



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HANNAH JOOK OTAVIANO RODRIGUES

**“- PRA CADEIA!”: MODERNISMO E AS REPRESENTAÇÕES DOS
ENCARCERAMENTOS EM FORTALEZA NO JORNAL CORREIO DO CEARÁ E
NO ROMANCE JOÃO MIGUEL.**

RECIFE

2022

HANNAH JOOK OTAVIANO RODRIGUES

**“- PRA CADEIA!”: MODERNISMO E AS REPRESENTAÇÕES DOS
ENCARCERAMENTOS EM FORTALEZA NO JORNAL CORREIO DO CEARÁ E
NO ROMANCE JOÃO MIGUEL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof^o. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.

Coorientador: Prof^o. Dr^o. Jailson Pereira da Silva.

RECIFE

2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

R696p Rodrigues, Hannah Jook Otaviano.
“-Pra cadeia!” : Modernismo e as representações dos encarceramentos em Fortaleza no jornal Correio do Ceará e no romance João Miguel / Hannah Jook Otaviano Rodrigues. – 2022.
133 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Antônio Paulo de Moraes Rezende.
Coorientador : Jailson Pereira da Silva
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Literatura. 3. Modernismo (Literatura). 4. Discursos. 5. Sensibilidades. 6. Correio do Ceará (Jornal). 7. Queiroz, Raquel, 1910-2003. João Miguel. I. Rezende, Antônio Paulo de Moraes (Orientadora). II. Silva, Jailson Pereira da (Coorientador). III. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-158)

HANNAH JOOK OTAVIANO RODRIGUES

**“- PRA CADEIA!”: MODERNISMO E AS REPRESENTAÇÕES DOS
ENCARCERAMENTOS EM FORTALEZA NO JORNAL CORREIO DO CEARÁ E
NO ROMANCE JOÃO MIGUEL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Data de aprovação: 29/08/2022

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende
(Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
(Universidade Federal de Pernambuco)

Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento
(Universidade Federal Rural de Pernambuco)

À MINHA “VÓVIS”, NAIR DA SILVA OTAVIANO (*IN MEMORIAM*), PELA PROFUNDEZA DA SUA EXISTÊNCIA EM MIM.

AOS MAIS DE 600.000 BRASILEIROS E BRASILEIRAS VÍTIMAS DA PANDEMIA E DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO E POLÍTICO DESTES PAÍSES.

A TODOS OS POVOS ORIGINÁRIOS QUE RESISTEM HÁ MAIS DE 500 ANOS E NÃO NOS DEIXAM ESQUECER QUE O BRASIL É TERRA INDÍGENA!

AGRADECIMENTOS

Nesse longo e doloroso percurso de pesquisa e escrita, permeado de tantas incertezas, inseguranças, medos, auto-boicote, por vezes caminhos tortos e confusos, se não fossem essas pessoas e tantas outras, certamente eu não teria conseguido chegar até aqui.

Sou, antes de tudo, uma solidão povoada. Foi preciso me perder para me encontrar. E se não fossem as pessoas que caminham lado a lado comigo, certamente isso não seria possível. Desde já, peço desculpas porque trago comigo muitos nomes, rostos e sentimentos e, infelizmente, o espaço no papel não poderá fazer jus à importância que cada um/uma têm em minha vida.

Em primeiro lugar agradecer ao Sagrado que habita em mim, nos meus afetos, na natureza. Sagrado de muitos nomes e muitas crenças, mas que para mim é essencialmente o Amor, que nos move e faz tudo fazer sentido. Agradecer também ao meu santo amigo e de quem herdei de minha avó Nair todo o companheirismo, sem Santo Antônio eu não sou nada.

Agradeço e reverencio os meus pais, Ana e Jook, sempre e prioritariamente, por tudo que eles têm me proporcionado a mim e aos meus irmãos, principalmente pela consciência de classe e desejos revolucionários de uma sociedade mais justa e fraterna. Aos meus irmãos, Harrison e Haynah, por serem os outros $\frac{2}{3}$ desse trio parada dura que somos juntos. À minha cunhada Elysianne por toda a graça e simpatia. Ao meu cachorro Zé, por ser a alegria dos meus dias.

Agradeço imensamente à minha “vóvis” Nair, por em 91 anos ter me deixado tanto dela e ser uma saudade esperançosa em mim. Agradeço também à minha tia-avó Neize, que também partiu, mas sem deixar de ser o modelo de alegria, generosidade e autonomia que busco ser.

Agradeço profundamente a dois seres humanos queridos e iluminados a quem tive a honra de ser orientanda, Antonio Paulo de Moraes Rezende e Jailson Pereira da Silva, aos dois que me orientaram, mas antes de qualquer coisa, me acolheram e me ensinaram com paciência, dedicação e amor. Em terras áridas, ter pessoas assim é encontrar um oásis imensurável. Guardo no coração cada palavra de incentivo e reflexão que vocês provocaram. Muito, muito obrigada por tudo, e, sobretudo, pela amizade.

Aos professores e professoras que aceitaram avaliar este trabalho, tanto na fase de qualificação, quanto neste momento de defesa: Prof. Dr. Flávio Teixeira, Prof. Dra Vicentina Ramires e Prof^a Dr^a. Alcileide Cabral por todas as contribuições e observações apontadas para melhoramento e crescimento desta pesquisa e pesquisadora.

Aos frades da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil por todo apoio, especialmente durante as seleções de mestrado, acolhendo-me em seus conventos tanto em Recife como em Campina Grande. À essas duas fraternidades, meu muito obrigada. Agradeço, de modo especial, ao Frei Joanan Marques, também colega de profissão, por todo o incentivo e por ser um grande amigo desde a primeira hora.

Aos meus alunos, crianças e jovens maravilhosos que me instigam a ser uma pessoa e professora melhor e a continuar acreditando na educação.

Aos meus amigos, que, como diria Maria Bethânia "mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim": Joninhas, Camila Cristina, Daniel, Thaís, Halina, Pedro, Mayla por estarem comigo desde os tempos do colégio e jamais terem largado minha mão e provando que não existe distância possível pra gente ser presente. Uma vida inteira de amizade não caberia em poucas linhas, mas cada um de vocês sabem a importância que têm em minha vida.

Aos meus amigos de graduação, mas que também se fazem presença e inspiração até hoje: Germana, Luís Eduardo, Charlene, Camila Mota e Bruno e especialmente, ao Thiago Nobre, por todo o incentivo, leitura, debate, fontes, livros e principalmente, companheirismo e estímulo desde o primeiro momento até o último. Você me inspira muito, "Pretinho". Obrigada por tudo.

À Marília Cardoso, pela amizade forte e feminista, por ser uma grande amiga e companheira de utopias e também angústias, por ter me presenteado com o Martín, a criança mais doce e amada, que quando ainda era semente já fazia morada em meu coração.

Aos seres humanos mais doces e potentes de Pernambuco e do Cariri cearense que o mestrado me trouxe: Giovanni Sellaro, Jonathas Duarte, Samuel Santana e Hyago dos Santos. Vocês foram minha casa longe de casa, obrigada pelos cocos em Olinda, pelas partilhas, por todo o acolhimento e por serem exatamente quem são.

A todos os colegas de Pós-Graduação, professores e funcionários do PPGH, em especial à secretária Sandra Regina, por todo o apoio e solicitude desde o início e paciência e presteza nessa reta final.

À minha psicóloga, Ivna Magalhães, por me acolher e acompanhar por quase cinco anos, me ajudando a compreender a potência que sou e me fazer enxergar que sou capaz de muito mais..

Aos funcionários e sócios do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) pelas fontes disponibilizadas e auxílios durante o pequeno e precioso período de pesquisa presencial.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que apesar de todos os ataques e contínuos desmontes na área de Educação e Pesquisa continuam lutando, resistindo e que nos propiciaram uma bolsa de mestrado durante boa parte dessa pesquisa.

À Yara Amanda por aceitar, apesar dos prazos, corrigir e normatizar esse trabalho.

A todos aqueles que torceram, rezaram e me apoiaram nessa longa caminhada: obrigada!

E por fim, muito obrigada a todos aqueles e aquelas que resistem, insistem e se organizam coletivamente para transformar o mundo, que não se curvam, que tombaram em nome da Justiça, da equidade, dos Direitos Humanos, em defesa da Natureza e de todos os excluídos. Aqueles e aquelas, anônimos ou não, que fazem do seu corpo e da sua voz instrumentos contra qualquer tipo de opressão, fascismo e barbárie. Só a luta muda a vida.

[...] Em cada época é preciso arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugá-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN *apud* LÖWI, 2005, p.65)

RESUMO

Na década de 1930, a literatura brasileira passou por uma significativa transformação, direcionando-se mais para a realidade social do país. O movimento do romance regionalista de 1930 trouxe à tona uma visão crítica mais profunda do Brasil, com foco especial na região nordeste, abordando questões sociais como a miséria decorrente das secas e das desigualdades sociais. Nesses registros, foram retratadas as migrações e suas consequências. Os autores regionalistas tinham o objetivo de descrever a vida real do povo dos lugares mais remotos do país, usando a literatura como meio de denúncia social. Rachel de Queiroz destacou-se nesse cenário, tornando-se uma escritora pioneira na história literária do Brasil. Sua obra de estreia, "O Quinze," publicada em 1930, é ambientada na época da grande seca nordestina de 1915 e aborda a miséria resultante desse evento. Essa obra marcou a entrada da voz feminina no campo social, levantando discussões sobre a dura realidade do Nordeste, moldada pelo clima rigoroso e pela injustiça social. Adicionalmente, a autora revelou suas observações e reflexões sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira. Diante da importância desta autora, o objetivo principal da pesquisa foi analisar como as pessoas encarceradas e o próprio espaço da cadeia eram retratados tanto na imprensa local quanto no romance "João Miguel", durante as décadas de 1920 e 1930, em Fortaleza. A análise teve início com um estudo aprofundado da conjuntura histórico-social da capital cearense nas décadas mencionadas, destacando a "Belle Époque" e sua busca por modernização. Além disso, foram abordados os movimentos literários e o Período Modernista, que trouxeram novas perspectivas e questionamentos sobre a realidade. Em seguida, concentramo-nos na análise do periódico "Correio do Ceará" entre 1920 e 1930, buscando compreender as razões e circunstâncias que levavam à prisão das pessoas, bem como os delitos ou crimes mais frequentes no cotidiano da cidade. Para ampliar o entendimento, foram exploradas as charges da coluna "Chronicas da Cidade" nesse mesmo jornal. Posteriormente, voltou-se ao romance "João Miguel", utilizando-o como uma fonte literária para compreender as sensibilidades dos prisioneiros e suas famílias. Nesse capítulo, destacamos a discussão sobre as representações do cotidiano urbano e como a literatura pode ser tratada como uma fonte histórica valiosa, proporcionando insights sobre a sociedade da época. Metodologicamente, a pesquisa se baseou em conceitos, métodos e reflexões teóricas da Análise Crítica do Discurso, complementados pelos métodos e teorias próprios da História. Os conceitos de Modernização, Modernismo, Modernidade, Discursos, Sensibilidades, Representação e Poder foram trabalhados em conjunto para uma abordagem abrangente e interdisciplinar. Ao final da pesquisa, foi possível alcançar uma compreensão mais profunda

das representações dos encarceramentos nas primeiras décadas do século XX em Fortaleza, tanto na imprensa local quanto na obra literária "João Miguel". As discussões sobre sensibilidades, discursos e representações contribuíram para um retrato mais abrangente do contexto social e cultural desse período marcante na história da cidade. Além disso, a valorização da literatura como fonte histórica demonstrou-se essencial para capturar nuances e emoções que outras fontes poderiam não revelar.

Palavras-chave: literatura; modernismo; discurso; sensibilidades; Correio do Ceará; João Miguel.

ABSTRACT

In the 1930s, Brazilian literature underwent a significant transformation, becoming more focused on the country's social reality. The movement of the regionalist novel in 1930 brought to light a deeper critical view of Brazil, with a special focus on the Northeast region, addressing social issues such as the misery caused by droughts and social inequalities. These records portrayed migrations and their consequences. Regionalist authors aimed to describe the real life of people in the country's most remote places, using literature as a means of social denunciation. Rachel de Queiroz stood out in this context, becoming a pioneering writer in Brazilian literary history. Her debut work, "The Fifteen," published in 1930, is set during the great Northeastern drought of 1915 and deals with the resulting misery from this event. This work marked the entry of the feminine voice into the social sphere, sparking discussions about the harsh reality of the Northeast, shaped by a rigorous climate and social injustice. Additionally, the author revealed her observations and reflections on the condition of women in Brazilian society. Given the importance of this author, the main objective of the research was to analyze how incarcerated individuals and the prison space itself were portrayed both in the local press and in the novel "João Miguel" during the 1920s and 1930s in Fortaleza. The analysis began with an in-depth study of the historical and social context of the capital of Ceará in the mentioned decades, highlighting the "Belle Époque" and its pursuit of modernization. Additionally, literary movements and the Modernist Period were addressed, bringing new perspectives and questioning the reality. Next, the focus shifted to the analysis of the newspaper "Correio do Ceará" between 1920 and 1930, seeking to understand the reasons and circumstances that led to people's imprisonment, as well as the most frequent offenses or crimes in the city's daily life. To broaden the understanding, the illustrations in the column "Chronicas da Cidade" in the same newspaper were explored. Subsequently, the novel "João Miguel" was examined, using it as a literary source to understand the sensibilities of prisoners and their families. In this chapter, the discussion highlighted the representations of urban daily life and how literature can be treated as a valuable historical source, providing insights into society at the time. Methodologically, the research was based on concepts, methods, and theoretical reflections of Critical Discourse Analysis, complemented by methods and theories from History. The concepts of Modernization, Modernism, Modernity, Discourses, Sensibilities, Representation, and Power were worked together for a comprehensive and interdisciplinary approach. At the end of the research, a deeper understanding of the representations of incarcerations in the early decades of the 20th century in Fortaleza was achieved, both in the local press and in the literary

work "João Miguel." The discussions about sensibilities, discourses, and representations contributed to a more comprehensive picture of the social and cultural context of this significant period in the city's history. Furthermore, the valorization of literature as a historical source proved essential in capturing nuances and emotions that other sources might not reveal.

Keywords: literature; modernism; discourse; sensibilities; Correio do Ceará; João Miguel.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: DEBATE HISTÓRICO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA	15
2	AS CIDADES INVISÍVEIS: A FRÁGIL FORTALEZA	21
2.1	FORTALEZA: ORIGEM, SECAS E MODERNIZAÇÃO	21
2.1.1	“A Fome” e “O Quinze”	23
2.2	FORTALEZA E A BELLE ÉPOQUE: PRÁTICAS E DISCURSOS	29
2.3	MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO, MODERNISMOS: NOVAS FORMAS DE INVENTAR E DIZER A CIDADE	37
2.3.1	Histórias e Discursos	37
2.3.2	Modernidade, Modernização e Modernismo	38
2.3.3	Desconstruindo tradições e a Disputa de saberes	40
2.4	O CAMPO CULTURAL E LITERÁRIO DE FORTALEZA NOS ANOS 1870 A 1930	42
2.4.1	Um vislumbre sobre o campo literário cearense no século XIX	43
2.4.2	O Pré- Modernismo e o Simbolismo	46
2.4.5	O Modernismo	50
2.4.3	Maracajá: o felino danado do Modernismo	52
2.5.	RACHEL DE QUEIROZ	56
3	CRIMES E CASTIGOS	60
3.1	O JORNAL	60
3.2	CRIMES NA IMPRENSA	63
3.2.1	Crime Bárbaro	74
3.3	ALCOOLISMO	79
3.4	POLÍCIA	88
4.	JOÃO MIGUEL	93
4.1	PREÂMBULO: POR TRÁS DA OBRA	93
4.2	O ENREDO	99
4.3	PERSONAGENS	101
4.3.1	As Mulheres em João Miguel	102
4.4.	A CADEIA E O ESPAÇO DO SENSÍVEL	113
4.4.1	O álcool e a cadeia	120
5	CONCLUSÕES	122

REFERÊNCIAS128

1 INTRODUÇÃO: DEBATE HISTÓRICO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

O debate e a reflexão entre os limites entre História e Literatura não são atuais e geram, por vezes, uma inquietação ou uma necessidade em pesquisadores ou apreciadores em tentar delimitá-los, talvez para estabelecer um lugar seguro entre a “Ciência” (História) e a “Arte” (Literatura) e estabelecer algum grau de hierarquia entre elas.

Este trabalho nasce do extremo oposto a esta ideia, não queremos e não buscaremos sobrepor a História ou a Literatura, mas caminhar por entre essas veredas, de paragens incertas, mas com muito caminho pela frente. É assim que encaramos essa aventura de escrever uma pesquisa que se arrisca na corda bamba, ora pendendo mais para a História, e aqui compreendemos a História como arte e ofício metodológico e científico, ora caindo nas graças da Literatura, com todo seu arcabouço de sensibilidades, imaginários e representações.

Contudo, nem assim cremos que seja, de fato, espaços e construções antagônicas, mas que se sobrepõem e se auxiliam para pensarmos um passado e uma narrativa sobre este passado. Desse modo, não poderíamos começar a falar sobre este entrelaçamento entre História e Literatura, especialmente neste presente estudo sem partimos de uma reflexão que julgamos pertinente da historiadora Sandra Pesavento (2000, p.39):

Nossa ideia é de que o texto histórico comporta a ficção, desde que o tomemos na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo. Os gregos que o digam, apesar das suas propostas diferenciadas. Há, e sempre houve, um processo de invenção e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo de criação seja de uma liberdade absoluta.

A história, se a quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De uma certa forma, eles se "impõem" ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte. Ou seja, são as perguntas que o historiador faz aos registros do passado que lhe chegam às mãos que irá dotá-los - ou não - de significância para seu trabalho. Logo, a própria categorização de algo como fonte é, já, uma construção.

Se a narrativa histórica parte da seleção e das perguntas formuladas às fontes e, claro, a atribuição de sentido que damos para estas fontes, nós partimos primeiramente de uma inquietação nascida de duas obras literárias: *Ressureição* (1899) de Liev Tolstói e *João Miguel* (1932) de Rachel de Queiroz.

Ambos romances tratam sobre a vida dos encarcerados e do sistema judiciário que produz e reproduz muito das desigualdades sociais que eram vivenciados em suas respectivas sociedades: a russa pré-revolucionária dos Czares absolutistas e a outra do interior do Ceará, no início do século XX em um modelo social ainda de coronelismo e retenção de poder nas mãos de latifundiários influentes em que as disputas políticas exerciam um poder paralelo ao Estado de Direito da recém República.

Assim, ao nos depararmos com essas duas obras, aparentemente tão distantes no espaço-tempo em que foram compostas, conseguimos ver semelhanças que nos provocaram profundo alvoroço: Como essas pessoas encarceradas eram representadas? Mais do que isso, como o Discurso da criminalização era produzido e reproduzido tanto na Literatura quanto nos periódicos da época? Que discursos e sujeitos estavam em disputa? Como a sociedade se estruturava nesse período?

Em outros termos, provocados pela Literatura nos sentimos impelidos a aprofundar a reflexão histórica sobre estes sujeitos, contudo, partimos principalmente das sensibilidades e dos afetos, pois, compreendemos que estes também são elementos importantes para construção da narrativa histórica dos povos e das pessoas.

Logo, neste trabalho, História e Literatura caminharão lado a lado para nos ajudar a compreender a complexidade social e cultural que se passava em Fortaleza e, de certo modo, no Ceará nas décadas finais do século XIX até o início do século XX.

Delimitamos este Espaço-Tempo pela disponibilidade das fontes, muito nos interessaria mergulhar também na complexa sociedade russa do século XIX, mas infelizmente não teríamos meios para isso. Dessa forma, *João Miguel* tornou-se o motivo maior para a construção dessa pesquisa. Ele foi o fio condutor, mas não a única fonte: livros, dissertações, teses e especialmente o confronto com os periódicos foram imprescindíveis para auxiliar-nos em nosso ofício investigativo.

No entanto, essa pesquisa pode ser considerada parte de um caminho que se iniciou ainda na Graduação, onde a centelha dos estudos em História Cultural e mais especificamente a curiosidade e a paixão por Literatura também bradou mais alto. Em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, nos dedicamos a perscrutar também duas obras de Rachel de Queiroz, *O Quinze* e *Memorial de Maria Moura*. Neste trabalho, intitulado “Ser Tão Rachel: as representações dos sertões nos romances ‘O Quinze’ e ‘Memorial de Maria Moura’ de Rachel de Queiroz”, nosso objetivo era adentrar nesse universo de possibilidades da pesquisa acadêmica e analisar essas obras já sob esses conceitos das representações, imaginários e sensibilidades, mas tendo como foco os sertões nessas narrativas.

Reconhecer os sertões através dos olhares e escritas da autora nos abriu perspectivas de avançar um pouco mais neste território transdisciplinar e assim, somando às outras inquietações já aqui apresentadas, resolvemos nos lançar a este novo desafio de pesquisa.

No entanto, também achamos necessário aprofundarmos um pouco mais em outras fontes e caminhos de análise, assim, diferentemente desse trabalho inicial, em que nos detemos substancialmente nas obras literárias, neste estudo atual buscamos outros documentos para confrontar com o romance. dessa forma, além do romance *João Miguel*, buscamos nas hemerotecas, tanto on-line, da Biblioteca Nacional quanto na do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, periódicos que nos apresentasse outras formas de Discursos sobre os encarceramentos.

Salientamos, neste amplo arcabouço documental, o periódico “Correio do Ceará” entre os anos de 1928 a 1934, essa seleção aconteceu primeiramente pela disponibilidade e considerável estado de conservação, ademais, este jornal apresentava algumas características que nos apareceu interessante de investigar, especialmente o discurso moralizador e ser pró-governista, além da presença de uma coluna intitulada “Chronicas da Cidade” que nos debruçamos mais atentamente em nosso segundo capítulo.

Nesta coluna, assim como em todo jornal, nós buscamos olhar para os Discursos que estavam sendo proferidos por esse meio, especialmente no tocante às práticas do cotidiano que eram consideradas impróprias ou mesmo criminosas, analisar como isto enunciado nos é importante para apreender como a sociedade se portava, porém, mais do que o era a regra, nos importa ver o que e quem escapava a elas e como isso era apropriado por quem estava discorrendo e o que estava por trás disso.

Em vista disso, trazemos a Análise Crítica do Discurso, disciplina surgida a partir da Linguística, mas que felizmente já rompeu as barreiras acadêmicas e hoje é considerada transdisciplinar. A partir da ACD procuramos aprofundar, com seus métodos e teorias, as críticas aos documentos, e como nos aponta Le Goff (2008) o *status* de documento é atribuição que o historiador (a) concede, ou seja, perpassa sempre por uma seleção, um recorte que inclui ou exclui alguns elementos.

Algo semelhante podemos dizer sobre os Discursos. Estes não são concebidos aleatoriamente ou, como popularmente costumamos dizer, “do nada”. Há, em toda enunciação uma intencionalidade, que pode ser explícita ou não, mas que ao analista crítico do discurso instiga e o inquieta. Assim como a produção das fontes é uma construção, o Discurso, ou melhor, os Discursos também o são.

Assim como a Nova História Cultural e mais precisamente a Escola do Annales propuseram uma nova forma de olhar para os documentos históricos, oferecendo novas metodologias, questionamentos, tratamentos e mesmo novas possibilidades de fontes, assim, ocorreu com a Análise Crítica, que passou de simplesmente uma disciplina puramente “técnica”, de analisar formas discursivas para algo mais comprometido, inclusive politicamente:

Fazer pesquisa em Análise de Discurso Crítica tem sido um desafio cada vez maior, para pesquisadores que se inscrevem em uma perspectiva de estudos da linguagem comprometida com a compreensão de questões sociais que perpassam a produção linguageira de/e sobre grupos historicamente oprimidos. (IRINEU *et al*, 2020, p.17)

Dessa maneira, julgamos importante para a tessitura desta pesquisa entrelaçar os fios teóricos e metodológicos da História e da Análise Crítica do Discurso, especialmente na investigação dos periódicos.

Todavia, precedendo adentrar nestes temas, julgamos necessário fazer uma breve contextualização do período em que situamos esta pesquisa. Antes de tratarmos dos periódicos e do romance, é imprescindível buscar compreender alguns aspectos políticos, sociais e culturais que permeavam a sociedade fortalezense do final do século XIX até os primeiros decênios do século XX.

Impossível ser capaz de contemplar tudo, isto posto, elegemos analisar o período conhecido como “*Belle Époque*”, que compreende aproximadamente entres os anos de 1860 a 1930, claro que essa intervalo não é um marco temporal fixo, porém, os utilizamos tomando como referência a pesquisa do professor Sebastião Rogério Ponte, intitulada “Fortaleza Belle Époque: Reforma Urbana e controle social 1860-1930”, obra essa reconhecida por seus pares pela grande contribuição que nos trouxe acerca deste assunto.

Portanto, ao observamos as tentativas de mudanças não apenas na infraestrutura da cidade, bem como as de modernizar os “hábitos e costumes” da população, buscamos apreender como isso ocorreu, porque não parece (e não foi) um simples processo de implantação de um modelo europeu de urbanização, tiveram meandros, resistências e adaptações que fizeram todo o percurso uma experiência marcante tanto para as mudanças no traçado urbano, com suas obras de melhorias e modernização, que claro, não alcançou toda a cidade, quanto para seus cidadãos que também conviviam com uma tentativa de readequação de modos, saberes e convivência.

Concomitante a este processo modernizador da urbe, o Ceará passou por duas grandes estiagens (1877 e 1915) que impactaram diretamente o cotidiano de Fortaleza. Centenas de pessoas migraram de várias cidades do interior fugindo da fome e da miséria para a capital

recém formoseada, contudo, ao mesmo tempo que "enfejavam" este espaço, muitos destes sujeitos contribuíram com a força de seu trabalho (pouco remunerado, diga-se de passagem) para as novas intervenções que eram realizadas.

Além desse fator sobre as novas configurações urbanísticas, nos detemos também em uma breve investigação sobre o percurso da construção literária no cenário fortalezense, procurando perscrutar os caminhos feitos pelas agremiações e grupos artísticos/literários e como eles procuravam vivenciar essas mudanças sociais que estavam inseridos.

Partindo desde os Oiteiros, ainda no século XIX até chegar ao Modernismo, âmago deste período, passando pela irreverência do período Simbolista com a “Padaria Espiritual”, buscamos fazer uma breve análise destas associações para compreender a importância que elas desempenhavam tanto como produtoras como reprodutoras do papel das artes, e aqui especificamente da Literatura, na sociedade.

Ainda dentro desse cenário de descortinar os caminhos, encontramos com uma breve análise sobre a escritora Rachel de Queiroz, exatamente para conhecer suas referências, relações pessoais, artísticas e profissionais, em suma, traçar um breve perfil a fim de conhecer melhor essa jovem autora que se lançou ainda muito jovem, mas com amplo apoio dos seus pais e dos pares no Jornalismo e nas Letras.

Destarte, estruturamos este trabalho em três capítulos intitulados sempre em referência a alguma obra literária que nos ajudou a pensar sobre as questões que buscamos tratar como tema central de cada divisão.

Assim, o Primeiro Capítulo foi nomeado “As Cidades invisíveis: a frágil Fortaleza”, tendo como inspiração o livro do escritor italiano Ítalo Calvino, elegemos este título justamente por compreender que muito do que se fala sobre as cidades perpassam sobre o imaginário, recriações e, claro, os afetos daqueles que a constroem. Para além da materialidade, há sempre forças invisíveis, contudo tangíveis que movem esse espaço.

Nosso objetivo é nos situarmos nas condições sociais e culturais que atravessaram a capital cearense: seu processo de crescimento, modernização e aformoseamento e como os períodos de estiagem e, conseqüentemente, a chegada dos retirantes foram importantes nesse processo, além de nos esforçarmos, de paralelo a isso, compreendermos os esforços de grupos e agremiações intelectuais que tentavam modernizar também os costumes e as “Letras”. Dessa maneira, percorremos não apenas a estrutura física da cidade, com as reformas urbanas, mas tentamos assimilar, inclusive, a “aura” cultural de Fortaleza, sem esquecer suas contradições.

No capítulo seguinte, que nomeamos *Crimes e Castigos*, em clara referência ao romance de Fiódor Dostoiévski, escolhemos esse clássico russo para nomear o segundo capítulo por nos

fazer recordar o papel punitivo das prisões, ao mesmo tempo que desperta profundas reflexões sobre os sentimentos controversos que o ser humano traz consigo.

Utilizaremos como fonte principal o periódico *Correio do Ceará*, entre os anos 1928 a 1934. Nosso propósito foi, através da Análise Crítica do Discurso, disciplina importante para este capítulo, compreendermos como a imprensa fortalezense noticiava os atos infracionais ou crimes, bem como as pessoas que os praticavam. Buscamos apreender os interesses e ideologias que estavam por trás dos Discursos enunciados, sejam através dos textos, manchetes, como também das charges que ilustravam a seção *Chronicas da Cidade*, um dos segmentos mais importantes para nossa análise.

O terceiro capítulo, por fim, traz em seu título o mesmo que o livro da escritora cearense que nos trouxe até aqui, *João Miguel*. Na derradeira parte que compõe esta pesquisa, perscrutamos o romance como vestígio importante para percebermos as sensibilidades, emoções e afetos que transpassavam o ambiente do cárcere. No entanto, partimos de uma breve conjuntura do processo criativo desta obra, justamente, por entendermos que Rachel de Queiroz criava a partir de escolhas e de um lugar social determinado.

Procuramos não cair em sentimentalismos, mas escrutinar como as relações interpessoais eram importantes neste espaço e como os laços afetivos também são dados importantes de sociabilidades que por vezes escapam do Discurso oficial de jornais e outros documentos, tornando assim, a obra literária uma fonte histórica importante que nos permite acessar esses aspectos, ainda que como toda fonte deva ser questionada.

Por fim, salientamos que não é nosso intuito, nem nossa pretensão encerrarmos ou buscamos respostas fáceis e prontas aos nossos questionamentos, porém, instigar também ao leitor/a formular novos questionamentos, duvidar e colocar em xeque certezas que, por ventura, venham a surgir ou que já tragam consigo.

2 AS CIDADES INVISÍVEIS: A FRÁGIL FORTALEZA

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.” (Ítalo Calvino)

De que matéria é feita uma cidade? Casas, ruas, pontes, praças, afetos, desafetos, intrigas... Quem compõe a cidade? Multidões invisíveis, pessoas notáveis, grandes nomes, indigentes... Difícil responder essas e outras questões quando nos damos conta das redes complexas e emaranhadas quando pensamos sobre a urbe, ainda mais quando este espaço já muito se modificou, mesmo que algumas permanências teimam em resistir.

Pensar Fortaleza do final do século XIX até os anos 1930 é uma pergunta que possibilita inúmeras respostas, sempre dependendo de incontáveis referenciais. Qual Fortaleza? Fortaleza “de quem”? Fortaleza “pra quem”?

Neste capítulo escolhemos um percurso. Elegemos, pois, caminhar por uma capital ainda tímida, meio urbana, meio rural, mas com uma efervescência cultural e artística que revolucionaram, ao seu modo, a pequena Fortaleza do início do século XX.

No entanto, essa mesma cidade é também cenário de muita desigualdade, pobreza e exclusão social, contradições e contrastes que nos faz questionar se falamos de uma ou de várias cidades, mesmo que estas estejam localizadas geograficamente no mesmo Espaço e inseridas cronologicamente no mesmo Tempo.

Veremos que são essas descontinuidades que permitirão uma imersão possível e pretensamente honesta desta capital, dita alencarina, mas que foi única, para cada habitante seu.

Refletiremos também sobre os Discursos que enunciavam esta cidade, a modernização e o modernismo. Por fim, as disputas de saberes e poderes através dos grupos e agremiações literárias do final do século XIX até o início da década de 30 do século XX, em especial, o movimento Modernista cearense. Neste ínterim, procuramos destacar a participação de Rachel de Queiroz, cuja obra “João Miguel” é produzida neste contexto e será nosso objeto de análise em nosso terceiro capítulo.

2.1 FORTALEZA: ORIGEM, SECAS E MODERNIZAÇÃO

Fortaleza “nasce” com o rosto para o mar, mas não consegue ficar por muito tempo de costas para o sertão.¹ Desde a colonização, quando até então ainda era povoado, depois

¹ No romance “Iracema”, o autor José de Alencar cria o mito de surgimento do primeiro cearense, Moacir, fruto do enlaçamento da indígena Iracema, do povo Tabajara, que governava os “sertões”, e Martim Soares Moreno,

passando à vila, até tornar-se em 1726 capital do Ceará, justamente por sua localização geográfica que facilitava o escoamento da produção de algodão para os portos europeus, Fortaleza, ainda que pequena, desempenhava um papel importante para o Estado:

Fortaleza pouco a pouco foi constituindo-se no principal centro de coleta do Ceará, desenvolvendo-se em termos urbanos. Surgiram as primeiras indústrias têxteis e também curtumes como consequência da instalação de fábricas na cidade. Ainda colônia de Portugal, a produção de algodão era exportada para a Europa através de Lisboa, capital da metrópole lusa. Contudo, após a assinatura do Alvará de Abertura dos Portos brasileiros ao comércio internacional, em 28/01/1808, o nosso algodão ia direto para a Inglaterra, maior comprador mundial do produto. (CAMPOS, 2008, p.22)

Todavia, foram nos períodos de seca que mais essa cidade era tomada pelos ares do sertão. Dentre várias estiagens que forçaram a migração de milhares de sertanejos, uma tornou-se especialmente marcante, tanto pela duração, 3 anos, quanto pela "invasão" de retirantes que a capital receberia.

A chamada “Grande Seca de 77” marcou de forma contundente a história do Ceará, considerada umas das mais longas (1877-1880), ela provocou um enorme impacto no cotidiano da capital. Milhares de sertanejos foram obrigados a “arribar” de suas terras em busca de sobrevivência, muitos tomaram o rumo de Fortaleza e de outras cidades, como Aracati, localizada no litoral Leste do Estado (NEVES, 2000).

Segundo Frederico de Castro Neves, essa seca “inaugura” um novo *modus operandi* que tem nos centros urbanos, em especial a capital, o principal cenário onde os retirantes irão se refugiar:

A seca de 1877-1880 trouxe novidades no campo das relações de poder que ficaram incorporadas ao imaginário político e social. (...) A pressão era exercida sobre todos os equipamentos urbanos e sobre todas as estruturas de sentimentos que a população experimentava com relação à pobreza e à caridade. Ruas, praças, bulevares tomados por famintos sem noções de higiene, demandando esmolas, água e comida por três anos; o espaço público recém adquirido pelos habitantes da cidade é invadido por pessoas que não o compreendem. Multiplicados por incongruências culturais que impediam uma compreensão mútua, os conflitos gerados por essa convivência forçada - e conturbada pela insuficiência dos meios de atendimento assistencial - acabaram por desenvolver uma nova estrutura de sentimentos com relação aos migrantes da seca: a caridade desinteressada - que, para os cristãos, abençoa quem a pratica e não quem a recebe - com que os primeiros retirantes são recebidos logo é substituída pela desconfiança, pelo medo e até pelo horror. (NEVES, 2000, p.47-48)

português, representando os conquistadores. Iracema, para seguir o seu amor, abandona seu povo e sua terra, e migra dos sertões para o litoral, mais precisamente para o lugar onde será fundada posteriormente Fortaleza. Esse romance foi melhor analisado em nosso Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Ser Tão Rachel: as representações dos sertões nos romances “O Quinze” e “Memorial de Maria Moura” de Rachel de Queiroz”.

Neste trecho citado, o autor demonstra como a cidade vai se constituindo a partir de disputas, por vezes, invisíveis, mas que é sentida por cada um dos atores sociais que a compõem. A disputa de poder², como bem coloca Neves, está arraigada ao sentido de pertencimento do espaço urbano, que à essa época, vai se acelerando e passando por um período de “aforseamento” e modernização, que veremos posteriormente.

Entender o impacto das secas sobre Fortaleza é importante para compreender um pouco mais sobre seu processo de urbanização. A capital, apesar de não sofrer diretamente com a estiagem, é afetada com a chegada de milhares de pessoas em um espaço que não estava preparado para tal.³

Além dessas questões estruturais, que veremos mais detalhadamente mais à frente, os períodos de estiagem também marcaram o imaginário e os sentimentos das pessoas. A desconfiança, o medo, o horror, a caridade, os abusos, a solidariedade, a indiferença... muitas emoções perpassam esse período e serviram de inspiração para duas obras marcantes da Literatura Cearense e que representam bem, à sua maneira, como os cearenses mais do que testemunhar, como sentiram esse momento.

2.1.1 “A Fome” e “O Quinze”

A seca marcou fortemente o imaginário do cearense, principalmente após o evento de 1877. Esta estiagem, ademais, foi retratada pelo o romancista e farmacêutico Rodolpho Teóphilo na obra naturalista⁴ “A Fome” publicada em 1890.

No livro, o autor irá narrar a história da família de Manuel de Freitas, um próspero fazendeiro que após 31 anos de fartura, perde tudo com a falta de chuva e vê-se obrigado a migrar com sua mulher e filhos para Fortaleza. Durante o percurso, o leitor vai se deparando com a ferocidade da paisagem e das misérias humanas: a seca, a fome, o infanticídio e o canibalismo.

² Para Foucault (2018, p.22): “Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.”

³ “A presença ostensiva de uma população retirante na cidade de Fortaleza provocou uma pressão simbólica sobre a população local que pode ser comparada à proporção dos números: cerca de 114.000 sobre 25.000!” (NEVES, p, 48)

⁴ Segundo a pesquisadora Gildênia Almeida (2007), em sua dissertação de mestrado, o romance apesar de apresentar algumas características do movimento Naturalista como os termos científicos e descrições de mazelas, o enredo e as personagens se aproximam mais do período literário do Romantismo. No entanto, para nossa pesquisa, compreendemos que essa mescla de estilos é totalmente plausível e demonstra a complexidade literária do autor, que se utiliza de dois movimentos literários para construir seu romance. Contudo, para fins analíticos da obra, determo-nos sobretudo nos aspectos do Naturalismo por entender que para nosso recorte temático ele seja mais eficaz.

Ao chegar à capital, no entanto, os Freitas não encontrarão sorte melhor, serão alojados em “currais” para ficarem longe dos sentidos sensíveis da boa sociedade, com quase nenhum alimento e veem alastrar a terrível epidemia de varíola que dizimou centenas de pessoas por dia.

Teóphilo, para além de romancista, foi também um importante personagem da “vida real”, sem apoio do poder público, o farmacêutico foi responsável por fabricar e iniciar uma campanha de vacinação de combate a esse vírus que atingia principalmente essa massa retirante que ficava amontoada sem condições básicas de higiene e enfraquecida pela fome tornando-se, assim, as maiores vítimas dessa doença.

Além da epidemia de varíola, que chegou a matar mais de 1000 pessoas em único dia, o romance aborda outras questões sociais que impactaram a vida tanto dos fortalezenses quanto dos imigrantes que buscavam refúgio na capital cearense. A casta Carolina, filha do fazendeiro, quase é vítima da concupiscência de Simeão de Arruda, um comissário distribuidor de socorros públicos, que tenta utilizar de seu cargo para seduzir a filha de Manuel de Freitas. A personagem, por ser o ideal de mulher para o Romantismo – ou seja, é bela, branca e de família importante, é poupada pelo autor da desonra, contudo, outra personagem – esta mestiça e pobre, não tem a mesma “sorte” e é “desgraçada” pelo dito comissário, restando à Rosa a prostituição.

Entendemos esse romance como uma importante fonte, pois nos fornece algumas pistas sobre as disputas de poder que ocorriam à época. Apesar de Manuel de Freitas ser um retirante como outros milhares que chegavam diariamente à Fortaleza, ele tenta se valer do seu antigo prestígio, como líder político de sua terra para tentar uma colocação melhor na nova cidade. Contudo, logo percebe que a seca acabara não apenas com sua fortuna, mas que sem ela, de pouco ou nada valia seu passado glorioso como coronel do sertão:

Manuel de Freitas bateu à porta de um dos bons prédios da Fortaleza, a casa do comendador ***. Apareceu-lhe um criado, que, depois de olhá-lo com indiferença, voltou-lhe as costas sem dar palavra. Freitas compreendeu o silêncio do servo; não merecia ser anunciado. Sentia o terribilíssimo jugo da dependência, era humilhado pela primeira vez na vida. Quis voltar e esconder-se em sua palhoça, a tragar as amarguras do infortúnio, mas isso era uma covardia, era entregar-se à indolência, ao aviltamento da esmola. (TEÓFILO, 1973, p. 103)

Manuel de Freitas percebe que já não é “um deles”, mas transformara-se num “pária”, no outro, nos lazarentos da seca e que, ainda que tenha sido importante politicamente outrora, agora era apenas mais um retirante, sem utilidade alguma. Tornara-se invisível. Sumia-se na multidão e essa era vista como um problema a ser combatido e evitado. (NEVES, 2000)

“A Fome”, sem dúvidas, é uma das obras mais importantes do cânone literário cearense, fonte inesgotável de detalhes que nos ajudam a pensar sobre a sociedade e o tempo em que foi escrita. Comprendemos que as nuances da escrita de Rodolfo Teófilo, seu estilo que mescla as influências de dois movimentos artísticos importantes como é o caso do Naturalismo e do Romantismo, bem como sua experiência pessoal e profissional com os retirantes são pontos fundamentais para a construção da narrativa, que, se por um lado não deixa de ser um narrativa literária ficcional, por outro, corroboramos com o pensamento da professora Sandra Pesavento que defende as manifestações artísticas como uma fonte inesgotável para o historiador, desde que ele não esteja interessado em “*resgatar as verdades* do acontecido, mas as verdades do *simbólico*, expressas no imaginário de uma época”. (PESAVENTO, 2002, p. 57, grifo nosso).

Assim, outro romance que para nós é importante, por também expressar o imaginário da época é "O Quinze" de Rachel de Queiroz, este, conseguindo romper as barreiras territoriais do Estado e consagrando a autora ainda jovem ao conhecimento público nacional e internacional. Ela, assim, como Teófilo também presenciou a seca, desta vez a de 1915, apesar de ainda criança quando esta ocorrera, Queiroz relata como este evento a marcou e como foi importante para seu início na Literatura.

Nesse livro, mais uma vez a vida dos retirantes é retratada. Em dois núcleos principais que se entrecruzam e se complementam, a autora procura transmitir ao seu leitor como a seca, além de um problema climático, era sobretudo uma questão política e social, haja vista que a estiagem impactava de formas diferentes camadas diversas da sociedade, podendo ser mais severa para uns, enquanto para outros era uma oportunidade até de ampliar seus negócios.

As famílias de Chico Bento e de Vicente e Conceição passam pelas agruras da falta de chuvas de forma diversa, enquanto os primeiros são obrigados a migrar a pé para a capital, depois de perderem os poucos bens que tinham, Vicente consegue permanecer em suas terras e aumentar o patrimônio familiar. Conceição, por seu lado, já vivia em Fortaleza e é através do olhar da personagem que observamos como os habitantes da capital reagiam com a chegada dos flagelados: entre caridades e pavor:

Conceição atravessava muito depressa o Campo de Concentração.

Às vezes uma voz atalhava:

-Dona, uma esmolinha...

Ela tirava um níquel da bolsa e passava adiante, em passo ligeiro, fugindo da promiscuidade e do mau cheiro de acampamento.

Que custo, atravessar aquele atravancamento de gente imunda, de latas velhas, e trapos sujos! (...)

Saía de casa às dez horas e findava a aula às duas. Da escola ia para o Campo de Concentração, auxiliar na entrega dos socorros.

E só chegava de tardinha, fatigada, com os olhos doloridos de tanta miséria vista, contando cenas tristes que também empanavam os óculos da avó. (QUEIROZ, 2003, P. 55-71)

Não é nosso propósito fazer uma análise muito detalhada sobre essas obras, buscamos, no entanto, a partir delas ilustrar sobre o período que elas foram escritas e publicadas a fim de problematizar as diversas questões sociais que permeavam a sociedade da época.

Sabemos que por se tratarem de fontes literárias temos que ficar atentos para não tomar as narrativas como testemunhos fiéis à sua época, aliás, nenhuma fonte é pura em si mesma, independente da sua procedência. Contudo, corroboramos com a professora Sandra J. Pesavento sobre importância de viabilizarmos as fontes também como meios de representações e entrada para as sensibilidades:

Imagens pictóricas, discursos poéticos e lendas são representações do mundo que se oferecem ao historiador como portas de entrada ao mundo das sensibilidades da época que as engendrou. Se a definição aristotélica as coloca do lado das coisas não verdadeiras, por contraste à história, narrativa do acontecido, tais representações, contudo, não deixam jamais de ter o real como referente. Seja como confirmação, negação, ultrapassagem, transformação, inscrição de um sonho, fixação de normas e códigos, registro de medos e pesadelos, exteriorização de expectativas, a arte é um registro sensível no tempo, que diz como os homens representavam a si próprios e ao mundo. (PESAVENTO, 2002, p. 57).

Dessa forma, compreendemos que a Literatura pode sim ser um caminho que nos aproxima do passado, não para recuperá-lo ou resgatá-lo, mas como marca humana no Tempo-Espaço, como pistas de sensibilidades e sentimentos de outros, para entendermos, sobretudo as limitações, as falhas, o não-dito e resistências.

Para além de entreter, acreditamos que as fontes literárias guardam em si, um pouco de outros ares, compreendemos também a importância da arte como forma de ressignificação do dito real. Em Fortaleza, músicas, poesias, livros, pinturas, até mesmo a arquitetura urbana, foram marcadas pela estiagem. A cidade, tanto em sua materialidade quanto em seu imaginário, foi impregnada pelos ventos secos que sopram do sertão.

Sob nossa perspectiva, não é possível desassociar a capital dos períodos de seca que assolavam principalmente o interior do Estado. Para entendermos essa capital é preciso olhar

também para as pessoas que a formaram. Muitos foram aqueles que expulsos de suas terras, buscaram em Fortaleza um novo tipo de recomeço e durante décadas, os ciclos de estiagem também influenciavam os ciclos fortalezenses, desde as reformas na infraestrutura urbana à política, de hábitos à temores, a seca marcou a história dessa cidade de forma inegável.

No entanto, não buscamos demonstrar uma origem ou uma explicação simplista para as complexidades que formavam a cidade do início do século XX, entendemos sim que as migrações sertanejas exerceram uma influência significativa para a edificação deste lugar, porém é apenas uma das incontáveis tramas que teceram a história fortalezense e que sendo impossível dar conta de todas, escolhemos este fio para iniciarmos o nosso estudo.

Retomando um pouco às obras literárias trabalhadas aqui, queremos pontuar alguns vestígios importantes sobre como a população citadina se comportava durante esses períodos e como a geografia urbana também se modificava para receber os exilados. Há, nesses livros, alguns pontos que se assemelham e em outros, observamos diferenças entre as estiagens de 1877 e a de 1915.

Inicialmente, notamos nos romances as dificuldades materiais para que as pessoas deixassem o interior assolado pela falta de chuvas regulares, a esperança depositada no fatídico dia 19 de março⁵ e a travessia dura, muitas vezes a pé, por longos trajetos para chegar à capital ou outras cidades maiores do interior que recebiam centenas de pessoas por dia.

Na obra *Naturalista* de Teóphilo, as personagens, ainda que outrora fossem ricas, com a chegada da seca perdem todas as suas posses e igualam-se à massa de retirantes que fogem da fome e da miséria. Em Fortaleza, a vida não melhora, eles vão para os “currais” ou “abarracamentos”, que segundo a definição de Neves (op. cit, p.31) eram: "ajuntamentos de retirantes que procuravam se arranjar sob as árvores ou construindo precárias barracas de palha - através de comissões de socorros formadas por pessoas mais abastadas da cidade”.

Esse tipo de alojamento era inapropriado para as multidões que chegavam diariamente à cidade e, apesar de terem sido organizados em distritos e de haver cargos remunerados que procuravam organizar estes locais, de acordo com o mesmo autor, os “currais” ainda incomodavam boa parte da população fortalezense, pois, sem nenhum tipo de ordenamento mais rigoroso, os sertanejos se espalhavam por todos os cantos da urbe, trazendo à tona a miséria sem disfarces diante dos sentidos sensíveis da sociedade alencarina.

⁵ Para a crença popular, sobretudo sertaneja, o dia de São José é a data limite para que chova, a esperança de um bom “inverno”(período da quadra chuvosa no Ceará, de dezembro à maio) é depositada até este dia, cientificamente conhecido como o início do Equinócio de Outono no Hemisfério Sul.

Diante dessa situação, a partir de 1915, surgiram os chamados “Campos de Concentração”, que buscavam trazer um maior ordenamento e disciplinamento aos retirantes, delimitando os lugares onde estes poderiam circular e que serviam também para centralizar a distribuição dos socorros públicos. São estes locais que são citados na obra *Regionalista* da escritora cearense.

Esse novo espaço designado para receber os sertanejos, no entanto, não ofereciam as condições básicas de higiene e esse agrupamento de pessoas nessas circunstâncias facilitaram a propagação de doenças como observamos num trecho de um periódico de 1916: “Nos campos de concentração dos famintos, em Fortaleza, começou a grassar nas crianças (sic), uma epidemia de desintheria (sic), que agora atingido aos adultos, chega a fazer 30 vítimas diárias. “(A Lucta, 5 de janeiro de 1916, p.1)

Não sendo nosso propósito nos alongarmos sobre as secas, entendemos a necessidade de nos determos sobre esses ambientes para entendermos a organização espacial e simbólica que ia se formando na cidade. Os abarracamentos, em 1877, e posteriormente os Campos de Concentração em 1915 e 1932 foram importantes para estabelecer os vínculos afetivos, sociais e geográficos para essas pessoas que aqui chegavam.

De acordo com a professora Kênia Rios (2014) após a estiagem de 1915, esses Campos foram ampliados não apenas na capital, mas nas cidades do interior que costumavam receber os retirantes, e foram construídos próximos às estações ferroviárias, vias estas que passaram ser utilizadas com frequência a partir de 1915 para migração sertaneja.

Neste sentido, Rios reforça a compreensão de Frederico Neves sobre esses locais serem sobretudo espaços de segregação social, mantendo os emigrantes afastados do centro urbano, lugar onde estava concentrada a maior parte das obras de embelezamento e modernização da cidade, que debateremos mais à frente.

Porém, se por um lado era de interesse da elite querer delimitar e segregar os sertanejos, por outro, também exploravam sua força de trabalho para as obras de melhorias da infraestrutura das cidades, e de forma geral, sem fornecer um salário digno para essas pessoas:

Para combater a “desordem” provocada pelos retirantes que iam buscar a sobrevivência em Fortaleza ou em outras cidades, as classes dominantes ficavam relativamente unidas, arrefecendo diferenças em nome do progresso e da segurança na cidade. Todos concordavam em manter os retirantes afastados de Fortaleza. Não havia grandes divergências quanto à efetivação de políticas de isolamento para a população fugitiva da seca. Nos jornais de 1932, as medidas de combate à seca são solicitadas em um só coro: trabalhado para os flagelados, construção de açudes, estradas e obras na Capital. (...) O desejado progresso da cidade foi conseguido, em grande medida, pelas atividades laboriosas dos retirantes. No discurso dos jornais, a solicitação de obras públicas para a cidade se compunha com argumentos humanitários em

torno do flagelado. Nesses pedidos, mas também como valor moral. Nas astúcias dos discursos das classes dominantes, buscava-se livrar o sertanejo do humilhante ato de pedir esmola. A solicitação de obras revestia-se de auxílio aos famintos. (RIOS, 2014, p.p.35, 75)

Dessa maneira, é impossível desassociar a construção e reestruturação de várias cidades, principalmente Fortaleza, da mão de obra de retirantes que fugiam da miséria provocadas pela seca, pois está para além de ser um fenômeno climático típico do semiárido também era uma questão social importante que influenciava na vida de milhares de seres humanos direta ou indiretamente.

É importante notarmos os "currais" ou "abarracamentos" como dispositivos disciplinares, no sentido foucaultiano:

Em primeiro lugar, a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. (...) Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, a disciplina é um controle do tempo. Isto é, ela estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia. (...) Em terceiro lugar, a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle. Não uma vigilância que reconhecidamente se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos, esteja presente em toda a extensão. (FOUCAULT, 2018, p.23)

A partir do que nos apresenta o intelectual francês, compreendemos como estes espaços dedicados a receber os retirantes buscavam cumprir um papel de controle e disciplinamento dos corpos. E não perder esse aspecto de vista é importante para começarmos a compreender as dicotomias e contradições que permeavam a capital, como aprofundaremos mais adiante.

Não é exagero afirmar que Fortaleza foi modernizada e embelezada pelas mãos, pés, em suma, pelo labor desses trabalhadores e trabalhadoras explorados em sua pobreza e fragilidade social. Centenas de Cordulinas, Chico Bentos e Manuéis Ferreiras e tantos outros anônimos contribuíram para as diversas reformas urbanas que a capital passou ao longo de várias décadas.

2.2 FORTALEZA E A BELLE ÉPOQUE: PRÁTICAS E DISCURSOS

Como outras cidades do país, Fortaleza passou por um período de grandes reformas tanto na infraestrutura urbana quanto nos costumes da população, pelo menos, essa era a intenção dos políticos e da elite local. Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a capital cearense viveu diversas transformações. Segundo o historiador Sebastião

Ponte (2010) o objetivo maior era a disciplinarização tanto dos espaços quanto dos corpos, especialmente das camadas populares:

No que concerne a Fortaleza, o processo disciplinar igualmente se desenvolveu a partir de 1860, quando se verificou significativa exportação de produtos primários para o mercado europeu, com destaque para o algodão, o açúcar, couros e café. Entretanto, tal ordenação urbana e social foi menos sistemática do que pontual, mesmo quando se tornou mais intensa após a implantação do regime republicano. Essa pontualidade, porém, não minimizou os efeitos produzidos pelos investimentos realizados na sociedade local, tanto no controle da saúde, dos hábitos higiênicos e do comportamento da população, como nas alterações efetuadas (mesmo sem profundidades cirúrgicas) no espaço e na arquitetura da capital cearense. (p.32)

Ainda que essas modificações não tenham ocorrido de forma abrupta e de forma homogênea, é a partir delas que Fortaleza vai deixando para trás o ar provinciano e tomando ares de cidade desenvolvida. Palacetes, lazaretos, teatros, cinemas, praças, ruas, prisões vão sendo construídos e reformados para modernizá-la. Contudo, a cidade não é neutra, as disputas ocorrem mesmo que de forma silenciosa, ou não tão discreta assim. Mesmo com todos os esforços das elites para “limpar” a urbe, o “atraso” e a pobreza continuam rondando e ameaçando o sonho de ordenamento e de *pólis* civilizada.

Longe de ser uma característica apenas de Fortaleza, a chamada “Belle Époque” foi um marco para outras cidades e capitais do Brasil, que tinham no modelo urbano e moderno das urbes europeias, em especial Paris, o ideal de cidade e civilização a serem alcançados e deixarem o atraso rural e provinciano para trás:

A onda modernizadora tomou conta das grandes cidades do mundo com o avanço do capitalismo. As cidades passavam por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da “verdadeira civilização”. O Brasil não estava excluído dessas aventuras de modernidade, no seu lado de concretização das mudanças urbanas que influíam no traçado das cidades, nos seus hábitos de higiene, nos seus desejos de consumo... O Recife seria cenário também dessas mudanças que revelavam que a modernização se dava autoritariamente, como no caso da reforma do Bairro do Recife. (REZENDE, 2016, p. 41).

Percebemos que este movimento modernizador, em ambas capitais, está intrinsecamente ligado às atividades econômicas atrelado aos signos de poder e modernidade. Não bastava apenas o crescimento financeiro, era necessário materializar esse “sonho moderno” em novos espaços e comportamentos.

No entanto, essas transformações, se ocorreram, não foram de forma voluntária ou sequer aceitas para uma parte da população, haja vista que mais do que “civilizar” a cidade e ordená-la, elas acentuaram ainda mais as desigualdades sociais que haviam, especialmente territoriais: desocupações das áreas centrais, formação das primeiras favelas/periferias, novos

espaços de lazer para elite e criminalização de comportamentos tidos como inadequados, como veremos no capítulo seguinte. Em Fortaleza, especialmente, o fator estiagem será, ao nosso ver, preponderante para esse processo modernizador da cidade.

O periódico “Mercantil”, cujo subtítulo era “organ dos interesses industriaes” (sic) publicou em sua edição do dia 11 de julho de 1877 uma reportagem sobre a chegada dos retirantes à capital e o impacto das construções na paisagem citadina:

Exc. o sr Presidente da provincia tenha já ordenado a 4 dos engenheiros aqui residentes a construcção de grandes palhoças para abrigo aos emigrantes, o número destes que augmenta todos os dias de modo admirável está a exigir providencias as mais largas para aquelle fim, fazendo presumir que nunca serão de mais as casas de ligeira construcção, que aqui se levantarem para offerecer um tecto aos infelizes, diariamente batendo ás portass da cidade. Assumiu a presidencia o Sr. engenheiro A. Herbster, como decano de seus collegas e por iniciativa do qual a reunião tivera lugar (p.4)

Ainda que não esteja completa, e seu início seja de difícil compreensão devido às condições de preservação do documento, podemos inferir que tal notícia trata-se de uma memória de uma reunião que se referia justamente da organização espacial da cidade de Fortaleza e o impacto direto das emigrações sertanejas para o projeto urbano na cidade.

No excerto supracitado, observamos que ainda no primeiro ano de estiagem, as obras para alocar essas pessoas não eram suficientes para dar conta do volume de retirantes que aqui chegavam. Mesmo com 4 engenheiros designados para a construção de “grandes palhoças”, as moradias não dão conta da quantidade diária da multidão que aqui chegava.

O engenheiro que assume a presidência da comissão é Adolpho Herbster. Essa comissão seria responsável por levantar tais palhoças como ajuda humanitária aos sertanejos, mesmo que, como observamos, logo se nota que tais esforços não sejam suficientes para garantir o ordenamento urbano de Fortaleza. Aliás, foi o próprio Herbster que em 1875 concluiu a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios:

Apesar de não ser um projeto inteiramente original, uma vez que mantinha o sistema de traçado urbano em forma de xadrez projetado para a cidade pelo engenheiro Silva Paulet em 1818, tratava-se de um estudo decisivo para a capital dali para frente, pois ampliava-lhe o traçado para além dos seus limites de então e conferia-lhe 3 *boulevards* (as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e D. Manuel) margeando o perímetro central. A finalidade de tais avenidas era, num futuro breve, facilitar o escoamento do movimento urbano, *tanto que respondem ainda hoje pelo tráfego emperrado da urbe, sem os quais não se sabe como poderiam fluir*. Por seu lado, o principal objetivo da nova Planta era disciplinar a expansão de Fortaleza, o que de fato, consegue, pelo menos até 1930. (PONTE, 2010, p. 27)

Todavia, compreendemos que apesar dos esforços despendidos e de muitas obras de melhorias ocorrerem na malha urbana, a cidade é um espaço de disputa, não sendo possível e

crível que com essa nova Planta Topográfica todos os problemas e disputas urbanísticos estivessem resolvidos, tanto que segundo Sebastião Ponte, o principal objetivo dessa obra seria justamente a disciplinarização da expansão de Fortaleza, algo que, na reportagem de apenas dois anos depois, notamos que não foi alcançado com tanto sucesso assim graças à “Grande Seca” e, conseqüentemente, a multidão que chegara à capital cearense.

Questão essa que, tampouco, se resolverá nos anos seguintes. Portanto, apesar de compreendermos como Fortaleza avançou em termos arquitetônicos e sociais, como construção de palacetes, praças, hospitais, cinemas, teatros e outras obras públicas, estes não impediram que a cidade continuasse a crescer de forma desordenada, especialmente nos períodos de estiagem e fora do perímetro “urbano”, ou seja, no coração da cidade onde estava localizada a maior parte dessas obras e que beneficiava a parcela elitizada da população.

A primeira tentativa das palhoças, possivelmente, fracassou, tanto que temos notícias posteriores sobre os abarracamentos, que já citamos anteriormente. Porém, nem mesmo esses foram suficientes para segregar essa população, e anos mais tarde, em 1915, os Campos de Concentração, lugares mais distantes, segregados e controlados passaram a vigorar na cidade.

Dessa forma, podemos inferir que, se há tanta preocupação em “organizar” a urbe é porque, de várias maneiras, aos olhos das elites e dos Governos, ela está “desorganizada” e era urgente “discipliná-la”: combater as desordens, os maus costumes, demarcar lugares e vivências, punir os crimes, no entanto, percebemos, através dessas brechas que sempre existiam os movimentos contrários, que não é possível, na efervescência da cidade, mantê-la apascentada e sem conflitos.

Ainda que algumas vozes tentem disfarçar a amargura por ter diante de si uma cidade “rebelde”, percebemos através dos Discursos, algumas vezes indiretos, que na maior parte das vezes, a ação não era o projeto esperado. Observamos isso, em especial, nos periódicos da época, ainda que o jornal “Mercantil” estampasse na primeira página a frase: “Neutro entre partidos políticos”, notamos que o próprio subtítulo do mesmo define a quais interesses o periódico representava, logo, a quem interessava essa aparente “neutralidade” partidária quando o mesmo se apresentava como “organ dos interesses industriaes”?

Não iremos nos deter numa análise muito profunda deste jornal, apesar de em uma breve verificação, notarmos que este servia aos interesses políticos dos governantes da época de toda província do Ceará. Especialmente na questão econômica, pois, em ano de seca, os prejuízos ocasionados por ela eram bastantes explorados nas páginas do noticiário, bem como os pedidos de socorros públicos para as cidades que recebiam as levas de retirantes.

Salientamos isto por entender a importância de analisar criticamente os discursos apresentados nos documentos, para isso, faz-se necessário a contribuição da Disciplina de Análise Crítica do Discurso (ACD)⁶, que será fundamental para nós ao longo deste trabalho. Sobre ela, nos apresenta Irineu et al (2020)

Desde meados de 1990, quando o campo de estudos começou a ser aberto e semeado no Brasil, a Análise do Discurso Crítica mostrou seu potencial para agregar pessoas, de diferentes partes do País, engajadas no propósito de tecer a crítica sobre a participação/função irredutível dos usos da linguagem na constituição da vida em sociedade, incluídas as relações interpessoais, geopolíticas, históricas, culturais etc. Isto porque, por meio da linguagem, compreendida em sentido amplo como *semiose* (abarcando sons, imagens, gestos, roupagens, performatividades, uso do espaço físico etc), articulamos dialeticamente três principais modos como construímos significados. Nós *agimos* e *interagimos* no mundo, por meio de gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como agentes atuando com pessoas e sobre elas; também *representamos* e projetamos o mundo por meio de discursos particulares, nas representações/saberes que nos constituem como agentes de conhecimento, e, por fim, nos *identificamos e identificamos* a outrem e ao mundo, por meio de estilos, nas relações éticas que constituem nossos agenciamentos como seres de ação moral. (p.13, grifos dos autores)

Compreendemos assim, as várias camadas que entrelaçam a cidade e as disputas que estão entranhadas em seu bojo. Para além de apenas uma disputa territorial de “formoseamento”, disciplinamento, modernização e segregação, a urbe também é disputada através dos Discursos. Quem contava Fortaleza? A partir de quais referenciais foram escritas sua “História”? Esses anseios “modernos” eram de quais grupos da população? Quem participava? Quem era excluído? Quem “autorizava” as *representações* e *identificações* “corretas” da cidade?

Muitas questões colocadas que a ACD pode nos auxiliar, se não a responder categoricamente a todas, ao menos nos ajuda a deslocar os conceitos de “centro” e “periferia” e a traçar outro mapa territorial, afetivo e imagético da capital. Para isso, precisamos nos familiarizar com alguns conceitos centrais sobre essa disciplina, e que são importantes para entendermos seus fundamentos, porém, nosso objetivo é aplicá-los dentro da nossa análise histórica dos documentos que serão apresentados no decorrer do trabalho.

A partir do conceito de *Prática Discursiva* podemos começar a compreender a profundidade do “invisível” que também move o cotidiano:

É preciso destacar que o conceito de prática discursiva que tem sido construído a partir das reflexões de Fairclough (2001 [1992]) e Chouliaraki e Fairclough (1999) em ADC teve influência dos estudos de Foucault (2008) sobre o

⁶ Em alguns momentos, utilizaremos a sigla ADC de Análise de Discurso Crítica, seguindo as escolhas de tradução dos autores citados, mas sem prejuízo ou discordância quanto ao conteúdo.

discurso como constituinte do social, dos objetos e dos sujeitos sociais, bem como à natureza interdiscursiva e intertextual das práticas discursivas. Foucault (2008) pontua que há vários elementos que colaboram para a existência do discurso, como o suporte histórico e o institucional, mas além deles, há um outro fundamental, que é a compreensão de que discurso é prática, que tem seu sentido construído nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento. Consoante Foucault (2008, p. 133), essa prática discursiva é conceituada como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica ou linguística, as condições de exercícios da função enunciativa”. (Irineu et al, p.145).

Neste sentido, entendemos que os textos ou enunciados pronunciados nas páginas dos jornais, ou mesmos das obras literárias, não podem ser descolados das condutas do cotidiano das pessoas, contudo, nem mesmo o comportamento diário são “neutros”, pois estes também decorrem de múltiplos fatores que permitirão essa prática e esse discurso, ou seja, discurso e práticas estão interligados intrinsecamente e um interfere diretamente sobre o outro, notadamente quando reparamos que um é base para que o outro possa existir.

Retomando o jornal “Mercantil” como um breve exemplo para analisarmos alguns pontos que nos fornecem pistas importantes sobre a Prática Discursiva do mesmo: Em primeiro lugar, o próprio título do periódico que remete justamente à prática comercial, que possivelmente estava ligado a algum setor econômico relevante para a economia da Província, fato que é reforçado e mais explícito no subtítulo do mesmo com a frase: “orgam do *interesses* industriaes.” Ou seja, mais do que simplesmente noticiar ou divulgar, este diário servia para defender os interesses de uma categoria: os industriais, assim, a ideologia⁷, quem comunica e para *quem* comunica já fica implícito nessas poucas linhas.

Apesar do enunciado seguinte tentar demonstrar uma “neutralidade”, quando se coloca como “neutro entre partidos políticos”, isto certamente busca camuflar ou não demonstrar claramente as escolhas políticas ou ideológicas do grupo que financiava esse veículo comunicativo, como podemos notar quando lemos atentamente algumas notícias veiculadas: os pedidos de socorros públicos para os proprietários de terra e gado que estavam sofrendo com a seca, a preocupação com a chegada dos retirantes à capital e a outras cidades do interior, as tabelas de preços com a cotação do gado, dentre outras.

⁷ Ideologia é outro conceito chave para ADC, sabemos que este conceito é complexo com um amplo espectro de significados e sentidos, no entanto neste trabalho o utilizamos segundo Fairclough (apud Irineu et al, 2020, p. 70): “Em 1989, o teórico da ADC define ideologia como “uma concepção do mundo que é implicitamente manifesta na arte, na lei, da atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva”. Em 2003, o autor faz uma distinção neste conceito: ideologia descritiva e ideologia crítica. A primeira é considerada como um conjunto de atitudes, crenças etc. A visão crítica entende a ideologia como um espaço para a criação, a manutenção e a mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração.

Ou seja, esses enunciados só poderiam ser proferidos porque existiam uma série de condições, ou “regras não ditas” que autorizavam e que os faziam ter sentidos para aquele grupo que emitia e recebia. Certamente não era a qualquer leitor que este jornal era direcionado, e especialmente quando pensamos nas condições temporais e espaciais de sua produção: período de estiagem, numa província ainda economicamente dependente das atividades rurais, tanto na agricultura quanto na pecuária.

A própria capital ainda iniciava lentamente o seu processo de industrialização e modernização, contudo, ainda com práticas e hábitos ligados ao que era construído como rural, como poderemos ver no capítulo seguinte. Diante disso, o Discurso e as práticas também vão se modificando e se adaptando às novas realidades, no entanto, esses processos são graduais e as permanências também são notadas.

É justamente na passagem do século XIX para o XX que iremos perceber as maiores transformações no meio social, cultural, político e econômico do Ceará, que irão interferir diretamente na vida urbana de Fortaleza. Após a Proclamação da República em 1889, o Ceará passará a ser governado por Nogueira Accioly, que estabelece no Estado sua oligarquia que irá durar 16 anos, uma das mais longevas do Brasil, indo de 1896 a 1912 (PONTE, 2010).

No campo cultural e social, Fortaleza também será palco de diversas manifestações artísticas. Durante a administração de Accioly, é inaugurado o principal teatro da capital, o Theatro José de Alencar, em 1910. O local será visto como mais um símbolo de modernização da *pólis*, unindo em consenso governistas e oposição:

Sem dúvidas, a construção do Theatro José de Alencar significou importante trunfo para os adeptos locais de afirmação civilizatória. Entre eles estavam inclusos também os que compunham o grupo anti-Accioly, que invariavelmente criticavam as realizações da oligarquia. Integrada por conceituados homens de saber, a oposição igualmente era produto e produtora daquela irradiação transformadora. Tanto que, embora questionando a forma da execução da obra, se rendeu à aparição do teatro em Fortaleza, porque também acreditava que o mesmo era uma *escola de costumes, artes e civilização* [sic]. (op.cit., p.49)

As transformações não ocorreram apenas no âmbito espacial. O Ceará, de maneira geral, se destaca por sua “tradição cultural”: danças, repentes, culinária, folguedos, brincadeiras, literatura, humor... Desde os primeiros repentistas⁸ que cruzavam os sertões com suas violas

⁸ Segundo DAMASCENO (2013, p. 105): “Do mesmo que na América Latina, também no Brasil ele [o cantador] se manifesta de longa data onde se distribui em qualquer lugar onde houvesse manifestações ligadas ao cancionero, à literatura, à festa, à dança e à musicalidade populares. No entanto, é particularmente no Nordeste Brasileiro, onde tradicionalmente sua figura está associada às nossas raízes mais profundas, nossas tradições culturais, e, mesmo, sociais e históricas, que ele se tornou mais expressivo e manifesto, atravessando os tempos e chegando aos nossos dias.”

em punho cantando as notícias ou causos fantasiosos à fundação da primeira Academia de Letras, este estado vai se constituindo também como um importante polo cultural catalisador de múltiplas influências e originalidade.

Porém, mesmo ao tratarmos de uma suposta “tradição cultural” temos que fazer um esforço, ao nosso ver, de balizar esse termo, pois entendemos que nenhuma “tradição” é dada por si só ou isenta de recortes e escolhas realizadas por alguns sujeitos:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2008, p. 525)

A reflexão sobre Monumento/Documento que o autor nos apresenta torna-se importante por compreendermos justamente que toda seleção de fontes é uma eleição, e com a construção da “tradição” algo semelhante ocorre. Apenas alguns elementos serão lidos e chancelados como “tradicionais” de uma determinada cultura. Porém, quem os chancela e os autoriza?

Ainda que seja um questionamento complexo e não tenhamos todas as respostas, é interessante notar como o Discurso é importante para o reconhecimento, a perpetuação e a naturalização dessa “tradição”. Aos poucos, esta vai sendo diluída na História até tornar-se quase um elemento invisível, como tendo sentido em si mesma e de uma maneira que nos leva quase a esquecer que não é um dado “natural”.

A partir disso, seria realmente possível falarmos de uma tradição literária cearense? Se sim, a partir de quais pontos?

Os pesquisadores Lilian Martins e Charles Pinheiro (2020) apontam algumas referências que delimitam essa tradição literária no Ceará com alguns marcos temporais, como o expressivo nome do romancista José de Alencar no início do século XIX e a fundação da Academia Cearense de Letras, em 1894 dois anos antes da criação da Academia Brasileira de Letras.

Afora os exemplos já citados, os autores apontam ainda uma série de "pioneirismos" que explicariam, em parte, essa forte "tradição literária" cearense, ainda que esta estivesse à margem do “campo de poder que destinado à Literatura Brasileira” (p.5):

No início da década de 1870, fomos um dos estados pioneiros na divulgação da filosofia positivista no Brasil, por meio da Academia Francesa (1873-1875). O primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão, em 1884. Somos também pioneiros na divulgação da estética simbolista por meio da irreverente Padaria Espiritual (1892-1898). Antecedemos, em dois anos, a criação de uma Academia de Letras no Brasil, com a Academia Cearense, em 1894. Veio de uma cearense, Emília Freitas, em 1899, a primeira publicação de um romance de fantasia científica, ou, como preferem afirmar pesquisadores a exemplo de Constância Lima Duarte, o primeiro romance fantástico brasileiro, A rainha do ignoto. E foi também uma cearense, Rachel de Queiroz, em 1977, a

primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras e a primeira a receber o Prêmio Camões, o maior da Língua Portuguesa, em 1993. (MARTINS, RIBEIRO, p.5, 2020)

Interessante notar como o Discurso do “pioneirismo” é forte e legitimador ainda hoje. A relevância cultural ainda é medida, ao menos em parte, pelo quanto temos de novidade, exclusividade e/ou vanguardista frente ao Outro. A Cultura, neste caso especificamente a Literatura Cearense, torna-se mais *especial* devido a essa visão precursora e é sobre isso que abordaremos a seguir.

2.3 MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO, MODERNISMOS: NOVAS FORMAS DE INVENTAR E DIZER A CIDADE

O estudo sobre o campo literário cearense é um assunto que têm despertado inúmeras pesquisas, especialmente na área de Letras, no entanto, é importante enfatizarmos as análises construídas a partir do olhar historiográfico.

Ainda que seja impossível, e longe do nosso objetivo, definir ou esgotar as inúmeras questões sobre o tema, compreendemos que o cenário, ou melhor, os cenários culturais do Ceará, em nosso caso, mais especificamente da sua capital, se não de forma determinante, mas, de maneira marcante podem nos ajudar a refletir não apenas sobre a estrutura propriamente cultural, como também política e social da época.

Entendemos, assim, que a Cultura não é algo apartado da vida cotidiana da cidade e do povo, tampouco é algo simples e singular, no sentido que só existe uma expressão “correta” ou oficial, mas se trata da pluralidade que está intrínseca na diversidade de corpos e mentes que, além das estruturas de concreto e areia, também compõe um território. Seria, então, a Cultura ou Culturas, as “Cidades Invisíveis” de que nos fala Ítalo Calvino?

Para essa pesquisa, sim. É sob esse símbolo “calviniano” que buscaremos percorrer esse trajeto. Apreender o que “borbulhava” culturalmente em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX não é um exercício simples, diante desse desafio, faz-se mister dialogarmos com estudiosos e estudiosas que nos antecederam nessas veredas.

2.3.1 Histórias e Discursos

Como já abordamos no decorrer deste capítulo, Fortaleza, assim como todo o estado do Ceará, foi e é formada por convergências de influências, Sujeitos e Discursos. Estes elementos não atuavam de forma isolada, pois eram produtos e produtores recíprocos.

Dessa forma, ao nos determos em certos Discursos, compreendemos que estes eram frutos de ideologias, práticas sociais, poderes e sujeitos de uma determinada sociedade, e no entanto, ele também atuava sobre ela, em um esquema de retroalimentação.

Ainda que, comumente, sejamos levados a pensar a História como um percurso linear e hegemônico⁹, e ainda que muitas fontes sejam produzidas ou interpretadas nesse intuito, sempre há brechas e frestas que deixam passar resistências, lutas e outros saberes.

Sob nossa perspectiva, os espaços e construções culturais também são construídos e constituídos nessa dicotomia, assim como os sujeitos que os concebiam. Não buscamos pessoas ou organizações “puras” e perfeitas, justo o contrário, são as ambiguidades e imperfeições que nos atraem. Mais do que buscar um marco fundador ou pioneirismos, buscamos entender as forças culturais que movimentavam as ruas e praças da capital alencarina¹⁰.

Entendemos também a força dos sentimentos e afetos que interpelam um novo olhar sobre a História e que compreendem, igualmente, como potências geradoras de novos Discursos, Práticas, Sujeitos e Espaços:

Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. (...) A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.” (PESAVENTO, 2007, p.14)

Assim, ao nos debruçarmos sobre as rodas e movimentos literários que ocupavam os espaços citadinos, buscamos entrever não apenas o fruto constituído do trabalho, mas as relações interpessoais e com o espaço que ocupavam ou procuravam ocupar.

2.3.2 Modernidade, Modernização e Modernismo

A segunda década do século XX foi um período de muita efervescência cultural, não apenas no Ceará, mas movimentos artísticos ocupavam e agitavam as cidades: São Paulo, Rio

⁹ “A primeira interpelação, no plano epistemológico, forma-se ao compreender a hegemonia enquanto discurso estruturante do sistema de filosofia tradicional imperante a cada tempo, capaz de influir sobre as massas populares, cerceando-lhes o pensamento original e próprio. (...) Dessa forma, o conceito de hegemonia em Gramsci nos é apresentado na sua amplitude, como lembra Luciano Gruppi (1978), ou seja, como algo que opera não somente sobre as estruturas econômicas e política da sociedade, mas também sobre o modo de como pensamos, nossas orientações ideológicas e formas de conhecer o mundo” (IRINEU, et al. 2020, p.87)

¹⁰ Mesmo esse epíteto pode e deve ser problematizado, pois faz referência ao escritor José de Alencar, apontado neste capítulo como um dos marcos fundadores da literatura cearense, mas, será que antes (e depois) dele, a cidade não "pertence" ou "pertenceu" a mais ninguém?

de Janeiro, Recife, Fortaleza... são apenas alguns exemplos dessa ebulição cultural que tomava conta do Brasil. Mas, o que provocara essa grande onda?

Como abordamos no início deste capítulo, a ânsia de modernização das cidades, o desejo de se afastar de práticas consideradas atrasadas e a forte influência das cidades europeias, em especial Paris, como modelo civilizatório são pontos chaves para compreendermos essa virada cultural. Entretanto, o pesquisador Thiago Nobre (2018, p.16) faz uma diferenciação, que consideramos pertinente, sobre os conceitos de Modernidade, Modernização e Modernismo:

Modernidade, Modernização e Modernismo são conceitos que usualmente se confundem, não raro sendo usados como possuindo significados sinônimos. No entanto, cabe aqui diferenciar e delimitar as suas concepções devidas. Os debates e as polêmicas entre os estudiosos não são poucos. Modernidade é aquele estado das coisas que surgiu devido às mudanças políticas, econômicas, sociais, técnicas, culturais e mentais advindas com a consolidação e desenvolvimento do capitalismo e desenvolvimento do capitalismo, que perduram até a contemporaneidade. Se aceitarmos, é claro, que a Modernidade ainda não tenha sido superada. Já o Modernismo é o conjunto de manifestações artísticas que pulularam entre o século XIX e XX. Por fim, a modernização estaria ligada ao desenvolvimento da tecnologia e da técnica.

Ainda que corroboremos com a síntese citada, entendemos também que esse é um assunto¹¹ muito complexo e controverso, não sendo, absolutamente, nossa pretensão simplificá-lo e resolvê-lo. Ainda iremos esmiuçar mais sobre isso no decorrer deste e dos demais capítulos.

Contudo, o que queremos destacar agora é a interligação entre os conceitos e como para pensar sobre os Movimentos Modernistas no Brasil é preciso não desconsiderar o período de modernização que passavam as cidades brasileiras. Aliás, Rezende aponta o cenário urbano como palco principal do desenvolvimento do Modernismo:

O modernismo ultrapassou as fronteiras das nações mais familiarizadas com o desenvolvimento tecnológico. Superando as determinações exclusivamente materiais, ganhando outros espaços, internacionalizando-se, ele foi sobretudo um movimento dos grandes centros urbanos. (REZENDE, 2019, p. 163)

Dessa forma, entendemos que as transformações e reformas urbanas que ocorreram de forma gradual e diferente nas cidades, especialmente as capitais, do Brasil também refletiram numa mudança de comportamento e mesmo sobre a visão de arte desses espaços.

Importante notarmos como os grupos de escritores, artistas plásticos, compositores e demais intelectuais foram surgindo e se consolidando seja a nível local, regional ou mesmo nacional, com a finalidade de oferecerem uma nova linguagem, um novo significado e uma nova estética para esse mundo novo que surgia.

¹¹ Sobre isso, recomendamos a leitura do capítulo “O território do modernismo: confrontos intelectuais” da obra (Des)encantos Modernos: História da cidade do Recife na década de vinte, de Antônio Paulo Rezende. (editora UFPE, 2019)

Assim, a modernização da urbe impactaria de forma direta o jeito de pensar e viver este espaço, ao mesmo tempo, que isso não acontecia de forma isolada, e por sua vez, os movimentos artísticos eram, de certa forma, balizadores dessa modernização, conferindo novos significados e nova “aura” a esse ambiente em transformação.

No Ceará isso não foi diferente, enquanto os municípios, e aqui trataremos de Fortaleza de forma especial, aspiravam o *status* de cidade moderna e civilizada, grupos de intelectuais se reuniam com o propósito de afirmar a identidade e a cultura cearense. E é sobre esses grupos que nos deteremos a seguir.

2.3.3 Desconstruindo tradições e a Disputa de saberes

Não é nosso intuito traçar uma linha cronológica ou buscar “uma origem de tudo”, como já perguntamos anteriormente, seríamos nós capazes de responder sobre as tradições artísticas do Ceará?

Dadas as multiplicidades culturais que nos abraçam de Norte a Sul, Leste e Oeste do estado, as incontáveis influências e criações é, para nós, impossível darmos conta de toda a riqueza cultural que este povo constituiu. Dessa maneira, trataremos aqui sobre a Literatura(s) cearense, sobretudo no período pré-modernista e modernista. Buscaremos, entretanto, focar em uma autora específica e que é o cerne deste trabalho: Rachel de Queiroz.

Entretanto, antes de chegarmos até ela é preciso retomar um pouco os caminhos percorridos pelas letras nesse lugar. Para isso, temos que refletir a própria construção identitária do ser “cearense”, como essa identificação perpassa as escolhas e busca legitimar um *ethos*.

Como já provocamos no início deste capítulo, não é incomum pesquisadores de diversas áreas buscarem uma “origem” da tradição literária no Ceará, apontando desde cordelistas ou o romantismo alencariano, contudo, o que seria possível falar genuinamente de uma literatura puramente cearense?

Tendemos a crer numa invenção de tradições¹² que buscam justificar o Discurso que naturaliza uma pretensa identidade cearense. Ora, como já observamos, estes, assim como as Práticas sociais não são dados em si mesmos e livres de ideologias e intenções, justo o contrário. Dito isto, a quem servia a criação de uma “identidade”, e no neste caso, uma “Literatura” cearense?

¹² “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.)

Ao buscarmos pesquisas sobre os movimentos literários neste estado, chama-nos a atenção o destaque que grupos e agremiações recebem: desde os Outeiros ao grupo Clã, além de outros. Segundo a professora Aíla Sampaio (2019, p.19):

A literatura produzida no Ceará, sobretudo em Fortaleza, caracteriza-se pela formação de grupos, agremiações, academias, não necessariamente com manifestos ou vínculos estéticos, mas pela ideia de fortalecimento, de resistência. Na visão de Batista de Lima, é uma “literatura de mutirão”, ou seja, de “mobilização coletiva para auxílio mútuo”. Essa união que se faz à força, como diria o guru Augusto Pontes, tem mantido viva a história que começou com Os Outeiros, nome dado aos poetas que, por volta de 1813 a 1817, participavam dos saraus na casa do então governador Manoel Inácio de Sampaio. O político, afeito à arte da palavra, fazia reuniões regadas a versos de Pacheco Espinosa, Costa Barros, Castro e Silva, entre outros. Eram textos laudatórios, sempre em louvor ao governante, que se mantinham manuscritos no Palácio e não foram publicados no período.

Muito dos registros sobre as práticas letradas e agremiações literárias que chegaram à nossa época são de intelectuais ligados, de alguma maneira, à elite política e econômica da cidade. E isso não é por acaso. Para Foucault:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem, mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (p. 132, 2018).

Neste trecho, observamos que para o autor, os intelectuais exercem um papel importante na disputa e validação dos saberes:

A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relação de poder que o constituem. *Não há saber neutro*. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial, mas porque *todo saber em sua gênese em relação de poder*.

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder (idem, p. 28 grifos nossos).

Ao trazermos essas reflexões para esta pesquisa, buscamos atentar para a participação ativa de intelectuais e escritores para a formação e propagação dessa tradição literária cearense e entendermos que o Discurso de identidade, dentre vários outros, tinha um sentido político

profundo, que como nos diz Foucault está intrinsecamente interligado com as disputas de poderes e saberes.

Eram estas pessoas que detinham os meios de propagar as ideologias modernizadoras da época, que buscavam modernizar, também, os costumes, as artes e os hábitos da população. Não à toa, não ser incomum as disputas de narrativas que grupos letrados diversos e contemporâneos travavam nos pasquins, jornais e revistas da época.

É interessante nos determos um momento para analisarmos estas agremiações e procurarmos compreender que Discursos e Práticas estavam sendo discutidas neste período tão marcante da história desta cidade.

2.4 O CAMPO CULTURAL E LITERÁRIO DE FORTALEZA NOS ANOS 1870 A 1930

Ao longo deste capítulo procuramos pontuar as transformações e permanências do Ceará, mas especificamente de sua capital, desde o final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX.

A ideia de progresso, muito propagada pelo pensamento positivista, encontrou terreno fértil em solo fortalezense, onde grupos de intelectuais procuravam dar novos ares para a arte e as letras cearenses. Algo moderno, que mesmo que bebesse e incorporasse alguns elementos das culturas populares e tradicionais, deveria integrar os valores desse espírito modernizador urbano, que perpassava não apenas as construções materiais da cidade, mas toda a sua “aura”.

Segundo o pesquisador Thiago Nobre (2018, p.25):

As elites intelectuais foram fundamentais na construção e na imposição da ordem social, legitimadas pela racionalidade cientificista e positivista europeia, servindo de base ideológica para as classes dominantes e para o Estado implementarem as modificações necessárias aos seus anseios imediatos. Galgando prestígio social, político e científico, os grupos intelectualizados conceberam novos saberes-poderes e representações sobre a cidade, instilando verdades voltadas ao ajustamento da população às novas convenções e regras de manutenção da existência concreta e das relações de trabalho. A capital do Ceará alicerçou-se como polo econômico-social hegemônico regional já na segunda metade do século XIX, a partir da crescente demanda de algodão para o mercado externo (1860-1870. Ainda no final do século XIX, Fortaleza se tornou a sétima capital brasileira em densidade populacional. Sendo assim, o porto foi melhorado, a estrada de ferro Fortaleza-Baturité (1873) foi implantada e firmas estrangeiras se multiplicaram.

Dessa forma, as rodas, saraus e reuniões de escritores, artistas e intelectuais eram mais do que um espaço de simplesmente “fazer arte”, era uma nova forma de apresentar e representar a cidade.

E como produto, muitos grupos e agremiações além de promover estes encontros presenciais, organizavam jornais, suplementos literários, revistas, pasquins e coletâneas que tinham como objetivo propagar esses ideais artísticos não apenas para o público local, quiçá para uma esfera também nacional.

2.4.1 Um vislumbre sobre o campo literário cearense no século XIX

Embora seja difícil e não termos o anseio de dar conta de todo este tema, entendemos a importância de “passar” rapidamente por estes salões e saraus literários da pequena Fortaleza do século XIX.

O recorte temporal que estabelecemos acontece de forma pragmática, por não quisermos recuar demais em nossa delimitação. Compreendemos também que as artes, e aqui especificamente a Literatura, não se desenvolvem de forma linear e homogênea, mesmo que, infelizmente, nem sempre consigamos abranger todos os atalhos e descaminhos.

As pesquisas sobre este tema costumam seguir um traçado pré-determinado e de certa forma, reto. Muito pouco escapa do “oficial”. Uma das causas, talvez, seja a própria conservação das fontes, haja vista que sobre certas agremiações ou sujeitos tidos como “importantes” ainda hoje é relativamente fácil termos acesso aos materiais produzidos por eles.

Não podemos afirmar, no entanto, que não existia uma Literatura popular, no sentido de produzida por pessoas de camadas mais humildes da sociedade, apesar de essa ser mais difícil, pelo próprio cenário social da época. Se pensarmos que durante praticamente todo o século XIX o Brasil ainda conviveu de forma vergonhosa com o regime escravista e, mesmo o Ceará tendo sido a primeira província a alforriar os escravizados, em 1884, isso não reparou os anos de profunda desigualdades sociais e econômicas para esta população e seus descendentes.

Afora isso, o número de pessoas analfabetas não apenas em Fortaleza, mas em todo o país era enorme, o que impedia uma grande parcela da população ao acesso à práticas letradas, desde literatura à jornais. Porém, como já citamos anteriormente e corroboramos com Foucault, os saberes não estão restritos aos intelectuais, estes procuram legitimá-los, mas mesmo as “massas” são produtoras e consumidoras de saberes.

Entretanto, muito desses saberes produzidos e experienciados pelas camadas mais empobrecida não possuíam a chancela de “intelectual” e foram vistos como menores e rotulados de populares ou folclóricos, justamente para estabelecer essa diferença e distanciamento daquilo que seria considerado “arte” ou “cultura”, estas sim reconhecidas como resultados de um trabalho verdadeiramente culto.

Ainda nas primeiras décadas dos anos 1800, um grupo de poetas conhecido como os Oiteiros¹³ participavam de saraus em casa do governador Manoel Inácio de Sampaio, nestas reuniões eram recitados poemas laudatórios à figura do governante e que não chegaram a ser publicados à época. (SAMPAIO, 2019)

Para ter esse reconhecimento, essa arte deveria ser inspirada e se aproximar dos modelos de artes europeias e se distanciar das tradições populares e “atrasadas” dos povos originários e africanos. Assim, ao nos debruçarmos sobre o fazer literário cearense, quiçá, brasileiro, não é incomum as comparações ou o modelo europeu como parâmetro, pois era de lá que a moda era ventilada.

Dessa forma, poetas e romancistas, desde o Romantismo, em meados do século XIX, eram influenciados pela arte europeia. Interessante notar, no entanto, que uma das características que definem o este movimento artístico e que também está presente na literatura é a busca pela valorização nacional. Contudo, isso não ocorre de forma “realista”, mas fantasiosa.

Observemos isso de forma contundente nas obras ditas indianistas de José de Alencar, um dos maiores expoentes do romantismo no Brasil. Apesar de ser erradicado no Rio de Janeiro, capital do império, suas obras *O Sertanejo* (1875) e *Iracema* (1865) se passam em sua província natal, o Ceará. Esta última carregada de elementos simbólicos que, inclusive, podem ser analisados como analogia a um mito de formação do povo cearense (brasileiro), fruto do amor entre uma indígena (Iracema) e o branco colonizador (Martim).

Assim, os elementos naturais brasileiros e os povos originários passam a representar um ideal romântico de perfeição de um passado idílico, maculado pela colonização e que deve ser enaltecido. E isso se deu não apenas na prosa, na poesia o Movimento Romântico também encontrou espaço para fortalecer o Discurso nacionalista.

*O Condoreirismo*¹⁴ foi uma expressão importante disso. Tendo os poetas Gonçalves Dias e Castro Alves como os maiores exemplos dessa organização a nível nacional, encontrou, também em terras cearenses representantes à altura como Justiniano de Serpa, Antônio Martins

¹³ Segundo a pesquisadora Ayla Sampaio citando a definição do dicionário Aurélio, o vocábulo oiteiros “designa festa no pátio dos conventos, em que os poetas glosavam os motes propostos pelas freiras”, o que já revela o caráter de poesia palaciana dos textos. (2019, p.19)

¹⁴ “O nome da corrente, Condoreirismo ou Condorismo, expressão que se associa à imagem do condor, tomada como símbolo da liberdade e da altivez da América, representa a poesia de poetas conscientes do contexto histórico que vivenciavam e preocupados com a problemática social. Identificando-se com o condor, ave de voo alto e solitário, com capacidade de enxergar a grande distância, os poetas ditos “condoreiros” sentiam-se também dotados dessa capacidade. Percebiam-se vocacionados pelo poder superior, como poetas-gênios, para orientar os homens nas sendas da justiça e da liberdade.” (VASCONCELOS, 2020, P. 43)

e Antônio Bezerra, juntos, os três lançaram no início de 1880, a obra *Três Liras* e ficaram conhecidos como “Poetas da Abolição”. (SAMPAIO, 2019).

Porém, percebemos que não existe uma linearidade nesses “movimentos”, um não assumia a vacância ou declínio do outro, mas coexistiam e disputavam espaço e Discursos. E essa ebulição artística não ocorria apenas no Ceará, após um levantamento bibliográfico, constatamos inúmeros estudos sobre essa agitação no final do século XIX em várias partes do país, e algumas pesquisas apontam como essas agremiações ou autores influenciaram não apenas o seu “local” como outros.

E aqui voltamos a insistir no papel social e político que estes movimentos artísticos possuíam, de forma direta ou indireta para propagação de valores e ideais sociais. Segundo Cícero da Costa Filho (2013):

Os moços bacharéis integrantes da *Geração de 1870*, na maioria, se contrapunham a toda mentalidade imperial. As idéias do Determinismo e do Evolucionismo serviram para compreender o novo Brasil que se anunciava e era representação mediatizada das transformações econômicas, sociais e culturais do momento. Assim como o pensamento espiritualista carreado pelo pensador católico Monte Alverne, representação do Espiritualismo de Vitor Cousin, expressava em grande parte o perfil cultural brasileiro da monarquia, agora as novas idéias do Positivismo, do Evolucionismo e do Determinismo anunciavam a sociedade que estaria por vir. Toda a agitação das idéias novas disseminada pela nova geração propunha uma renovação cultural baseada nos paradigmas do Naturalismo europeu.

Sem termos a pretensão de simplificar ou associar o advento das idéias novas às transformações econômicas e sociais da segunda metade do século XIX, é indispensável salientar a conjuntura que agora se abria a partir de 1850, com a lei que impedia o tráfico de escravos, tornando a Economia brasileira cada vez mais próxima do Liberalismo econômico norte-americano e inglês. Passados quatro séculos apoiado na Economia do trabalho escravo, o Brasil era concebido pela nova geração de intelectuais, bacharéis, médicos, jornalistas e funcionários públicos como um país atrasado e sem mais razão de ser dentro daquele perfil.

Uma das agremiações mais importantes no cenário fortalezense e que corresponde a análise feita por Costa Filho foi denominada *Academia Francesa* e reunia um grupo de intelectuais e profissionais liberais que se debruçaram sobre o pensamento de Comte, Spencer e Buckle e procuravam rebater ideias do Romantismo. (COSTA FILHO, 2013; SAMPAIO, 2019).

Importante notarmos que não existe consenso entre os pesquisadores sobre a “origem” deste grupo apontado como mais “filosófico do que literário” por Ayla Sampaio, para ela, a agremiação era inspirada diretamente na *Escola de Recife*, grupo liderado por Tobias Barreto e que difundiam os ideais positivistas. Já para o pesquisador Sânzio de Azevedo, conforme explica Cícero Costa Filho, esta agremiação cearense era independente da turma de Recife.

Contudo, não é nosso intuito nos prendermos em “pioneirismos”, mas refletir a circulação de ideias que permeiam esses círculos intelectuais, não apenas de uma localidade, mas de uma forma mais ampla, pois tinham uma fonte em comum. Daí podemos inferir a importância do coletivo para estas “escolas”, não apenas como forma de fortalecer e disputar o cenário local, mas como divulgação para outras localidades.

Ainda vislumbrando este cenário literário e cultural, avançando mais um pouco em nossa análise, chegamos aos movimentos pré-modernistas e simbolistas, já no início do século XX.

2.4.2 O Pré- Modernismo e o Simbolismo

No que consistiria o Pré-Modernismo? Essa pergunta ecoa durante muito tempo, não apenas para nós, mas para boa parte de estudiosos e intelectuais que se debruçam sobre o assunto. O que o define? Quais suas limitações? O que o marca? Esses e outros questionamentos não são, absolutamente, um consenso entre os pesquisadores. Contudo, não será nosso foco central aqui adentrar nessa seara, e para fins de síntese, adotaremos a definição do pesquisador Raymundo Netto (2022, p.) que assim o explica:

Devido a grandes mudanças sociais da época, o foco e os interesses da produção literária eram diversos e, por vezes, divergentes, o que é percebido nas características estéticas das publicações no período. E justamente por não existir um critério estético que reúna e defina a produção denominada pré-modernista, nem mesmo que a classifique como escola literária (reunia realistas, parnasianos, simbolistas e algumas antecipações modernistas), alguns autores definem esse “período de transição” baseados em um princípio cronológico. Daí, são consideradas obras pré-modernistas, aquelas que nos chegaram depois de 1902, data de publicação de “Os sertões”, de Euclides da Cunha, até 1922, ano da Semana de Arte Moderna, marco do Modernismo brasileiro.

Entretanto, dez anos antes do “marco inicial” do Pré-Modernismo brasileiro, ainda no século XIX, mais precisamente em 1892, no café Java, localizado na Praça do Ferreira, no coração da cidade, um grupo de artistas, especialmente escritores, deram início a uma das maiores experiências artísticas do Ceará: a *Padaria Espiritual*¹⁵.

Este movimento artístico-literário é, sem dúvidas, um símbolo importante para as concepções sobre arte em Fortaleza, não apenas durante seus 6 anos de funcionamento, como também influenciando e instigando artistas e pesquisadores muito tempo depois. Desde seu *Programa de Instalação*, que contava com 48 artigos, que além de estabelecer as “normas de

¹⁵ Sobre este tema há uma ampla e riquíssima bibliografia contemplando vários aspectos dessa agremiação.

funcionamento” de tal empreendimento - a maioria, inclusive, em tom de pilhéria - instituiu a posição de cada membro no grupo.

Um ano antes do surgimento da *Padaria*, foi lançada a *Revista Modernista*, que tinha como diretor o futuro padeiro Adolpho Caminha. Logo em seu primeiro número, faz-se uma breve crítica de como a Literatura era vista no Ceará, segundo a análise de seus idealizadores e o que eles pretendem com o lançamento desta publicação:

É tal a aversão manifestada no Ceará por tudo quanto cheira a litteratura que, emprehender a publicação de uma revista nesse gênero, afigura-se-nos a maior das temeridades.

Está exuberante provado, por experiencias successivas, a pouca ou nenhuma aceitação que têm entre nós essa espécie de revistas. Dir-se-hia que a sociedade cearense é, por força de sua índole refractaria ao progresso intellectual.

Innumeras tentativas se têm realizado n’esta capital para o fim de aperfeiçoar o gosto pelas bellas-lettras, o resultado, não ha negar, sempre foi negativo. Não sabemos a que attribuir semelhante indifferentismo, tal incuria, em materia de tanta importancia, quando é certo haver entre nós moços de incontestável talento e reconhecida aptidão, quer scientifica, quer litteraria, educados nas escolas do sul da República, os quaes, si não são em número bastante para constituir o que se chama modernamente um meio, poderiam, sem dúvida, concorrer muito para o engrandecimento intellectual d’esta terra.

(...)

É força, portanto, confessar a utilidade d’uma revista nestas condições, isto é, uma revista cujo programma seja mais ou menos o seguinte: - proporcionar ao publico cearense leituras variadas, de geral interesse, ao mesmo tempo uteis e agradaveis.

A nossa imprensa diaria ocupa-se quasi que exclusivamente de cousas politicas, limitando-se na parte noticiosa as transcripções sem interesse ordinariamente de ordem também politica. (...)

A “Revista Moderna” cujo primeiro número apresentamos hoje ao leitor, sem réclame previa, sem arruidos, vem, assim o esperamos preencher essa lacuna nas fileiras do jornalismo indigena do Ceará. Seu programma, em summa, é desenvolver o gosto pelas letras e pelas sciencias, esforçando-se por acompanhar de perto o movimento intellectual contemporaneo.

Este trecho pode nos fornecer algumas pistas interessantes, contudo, não podemos nos deixar seduzir pelas palavras do autor e tomá-las como absolutas. Destacamos alguns pontos que soam mais instigantes:

Em primeiro lugar, observamos que este artigo não é assinado, ou seja, não podemos assegurar quem o escreveu, se foi um texto escrito pelos redatores ou pelo próprio diretor Adolpho Caminha. Sendo este o texto de apresentação da revista, notamos, então, que este seria já um posicionamento coletivo, isto é, o que a linha editorial da publicação reconhecia como o cenário intelectual, em especial, o literário no Ceará.

Note que o emissor não trata apenas de Fortaleza, mas tece uma crítica ao comportamento de toda sociedade cearense, contudo, um pouco mais à frente, ele destaca o papel da capital como cerne das tentativas de “aperfeiçoar o gosto pelas bellas-letas”¹⁶. De fato, houveram muitas agremiações e clubes literários nesta cidade, desde os Oiteiros à própria fundação da Academia Cearense de Letras, em 1894.

Destacamos ainda as tentativas de produção de jornais, revistas, semanários e suplementos literários que pululavam, sobretudo, durante o século XIX. Ainda que não seja nosso propósito listá-los e escortiná-los, não raro em nossa pesquisa nos deparamos com registros literários desse tipo.

Logo, para entendermos a crítica levantada pelo corpo editorial da revista, precisamos questionar alguns pontos: Será que, de fato, a “sociedade cearense” era indiferente ao “progresso intelectual”? Se sim, o que explicaria então as tentativas, e alguns êxitos, anteriores? Se não, por que então continuar insistindo numa empresa já fadada ao fracasso?

Em nossa análise não é correto afirmar que não houve sucesso ou interesse anteriormente neste âmbito, como já destacamos anteriormente, ainda que compreendamos que isso acontecia de forma sazonal, ou seja, de acordo com a “tendência” do momento. Assim, era até de forma “natural” que os projetos surgiam e desapareciam, acompanhando as “ondas literárias” que estavam em voga na época.

Dessa forma, compreendemos esse Discurso como uma tentativa de delimitar uma nova tradição ou pioneirismo literário, desmerecendo as iniciativas anteriores como forma de romper com essas tentativas que, supostamente, não obtiveram êxito. Para isso, o emissor destaca a formação dos jovens nas “escolas do Sul”, tal como os interesses pelas áreas científicas e literárias, procurando assim, enaltecer os atributos e superioridade intelectual desses escritores.

O grupo não poupa críticas nem mesmo aos demais setores da imprensa, que para eles, eram apenas reprodutores das notícias políticas, sem demonstrar tanto interesse pelas artes. À vista disso, a Revista coloca-se como um contraponto e um projeto de modernização tanto das artes/divulgação intelectual quanto do próprio trabalho jornalístico, frente à “lacuna do jornalismo indígena”.

E aqui queremos pontuar o termo “indígena” como um adjetivo pejorativo para os autores da publicação, tanto que seu programa pretende preencher essa “lacuna”. Ora, o Discurso hegemônico colonial coloca todas as tradições e representações dos povos originários

¹⁶ Ainda que nossa pesquisa tenha como foco justamente as manifestações ocorridas nesta cidade, não podemos afirmar que este dado seja de forma incontestável, pois observamos também a presença de jornais e outras expressões artísticas no interior do Estado, como no Cariri e em Sobral, no norte do Estado.

como atrasado e subdesenvolvido, assim, o colonizador seria aquele que traria o progresso e a civilização. Notamos que a Revista endossa esse pensamento e Discurso. Logo, a ideia de “progresso” e “modernização” que ela busca seria o rompimento com esse fazer jornalístico, de acordo com sua visão, possivelmente inócuo.

Não nos deteremos em fazer uma investigação mais minuciosa sobre o conteúdo em si desse periódico, mas apontar esse editorial a fim de compararmos ao programa de instalação da Padaria Espiritual do ano posterior. Vejamos:

Se por um lado, em 1891, ano de lançamento da *Revista Moderna*, seus idealizadores encaravam essa tarefa com muita seriedade e um certo tom de superioridade intelectual frente aos movimentos anteriores, um ano depois, em 1892, como surgimento dos *padeiros*, a proposta de *modernizar* o campo artístico tentará ir por outros meios, como explica o professor Sânzio de Azevedo:

Mas Antônio Sales não desejava contribuir para a criação de mais uma agremiação com um “caráter formal de academia-mirim, burguesa, retórica e quase burocrática”, e sugeria: “só se fosse uma cousa nova, original e mesmo um tanto escandalosa, que sacudisse o nosso meio e tivesse uma repercussão lá fora”. Os companheiros concordaram e encarregaram Sales de achar um nome para a nova sociedade. No dia seguinte aparecia o escritor com o nome: Padaria Espiritual. Daí partiu ele para a redação dos estatutos, ou melhor, do Programa de Instalação, que haveria de transpor fronteiras pela sua originalidade e sobretudo pelo seu espírito. (AZEVEDO apud PEREIRA, 2016, p. 20)

Assim, umas das características mais marcantes do estilo da *Padaria Espiritual* será justamente o tom de galhofa, presente desde seu “estatuto” aos pseudônimos dos padeiros. O jornal *O Pão*, publicação semanal, teve seu primeiro número expedido no dia 10 de julho de 1892 e em sua estreia já deixa o recado aos seus leitores:

[A Padaria] não obedece absolutamente a sugestão extranhas, nem tão pouco toma a si o compromisso de agradar; em compensação, de modo algum ameaça hostilizar.

Promette apenas uma cousa: dizer a verdade, doa esta em quem doer.

Não promete ser eterno, deseja, porém, viver o mais que for possível. (*O Pão*, 1892, p.1)

Dessa forma, *O Pão*, metáfora para o alimento de conhecimento que seria fornecido pelo grupo, seria um instrumento para criticar, com fino humor, os costumes e até mesmo figuras ilustres da sociedade fortalezense, não poupando nem os próprios membros da associação: “Art.11 Essas dissertações serão feitas em palestras, sendo proibido o tom oratório, sob pena de vaia.”

Segundo ainda o professor Sânzio de Azevedo, apesar dos *padeiros* trazerem em seu manifesto elementos como o espírito nacionalista, um dos atributos marcantes da Semana de Arte Moderna de 1922, o que leva muitas pessoas a creditarem o movimento cearense como precursor do Modernismo, este, na verdade, seria Simbolista¹⁷.

Contudo, não se pode negar a forte influência que essa “sociedade de rapazes de Letras e Artes” deixou não apenas para os seus contemporâneos¹⁸, como também para todos que vieram depois. Não à toa, a grande quantidade de excelentes trabalhos acadêmicos cujo tema principal é esta agremiação, sem mencionar os movimentos artísticos que vieram posteriormente e que, de forma direta ou indireta, tinham a Padaria Espiritual como modelo. Trinta anos após o rebuliço causado pelos espirituosos padeiros, outra turma balançou as estruturas das “Letras e Artes”: chegaram os Modernistas!

2.4.5 O Modernismo

Por fim, nos primeiros decênios do século XX, o Movimento Modernista também irá desembarcar por essas terras. Apesar de nos remetermos quase que de forma automática para os artistas de São Paulo e Rio de Janeiro e logo lembrarmos da icônica Semana de Arte Moderna, que teve como palco o memorável Teatro Municipal de São Paulo, não podemos nos olvidar que não menos importante foi o Modernismo para o “Norte”.

Como já vimos, as mudanças sociais e tecnológicas estavam a todo vapor, os comportamentos e as sociedades estavam passando por significativas transformações e no campo das Artes não foi diferente, não apenas no Brasil como na Europa Ocidental e Estados Unidos, principais influenciadores culturais e comportamentais para esse lado do mundo. Em Fortaleza também, no início do referido século, os ventos do Modernismos sopraram e causaram um enorme rebuliço, uma fera apareceu e devorou os modos de pensar e fazer artes e literatura: o *Maracajá* estava solto!

Antes de apresentarmos e analisarmos o que se tratava este “felino literário” é importante compreendermos um pouco como o Modernismo adentrou e se alastrou por essas terras. Thiago Nobre (2018) apontou em sua dissertação de mestrado aspectos da inserção e consolidação desse movimento artístico e segundo este autor houveram “figurinhas” trocadas

¹⁷ Oficialmente, é com a Padaria que se inicia o Simbolismo nas letras do Ceará, sob influência não do filtro português como se dera no restante do país, mas diretamente do francês (em muito por causa da academia francesa que lhe precedeu), mesmo a maioria dos padeiros (como viriam a ser chamados seus partícipes) sendo praticantes da escola Realista. (PEREIRA, 2016, P.20)

¹⁸ Durante a Pesquisa, percebemos que após o lançamento do *Pão* em 1892 houve o surgimento de revistas e jornais que também se utilizam do humor, da sátira e da ironia como meio de ironizar os costumes e a sociedade cearense/fortalezense.

entre os modernistas do “Sul” e os do “Norte”, havendo inclusive homônimos nos dois “hemisférios”.

Dentre as dificuldades apresentadas por este pesquisador, a falta de cartas e relatos memorialísticos são apontados como especialmente sentidas, pois, segundo ele, dificultaria ou mesmo impossibilitaria a reconstrução das redes de sociabilidade dos intelectuais. Ainda assim, o trabalho demonstra o grande esforço em escrutinar os atores e, conseqüentemente, as obras, que movimentaram a cena artística cearense, e com base neste e noutros trabalhos que nos apoiaremos neste momento.

O Movimento Modernista cearense, assim como os demais já apresentados até aqui, teve sua gênese na inquietação da mocidade intelectual fortalezense e nos cafés da cidade. Nobre (op.cit.) aponta como fator relevante o papel do jornalismo para a empreitada literária: “O que nós podemos afirmar é que a inserção literária se dava, principalmente, por meio do jornalismo. Nessa época as barreiras entre jornalismo e literatura eram pouco perceptíveis” (2018, p.34). Ora, isso podemos comprovar (e concordar) a partir do que já analisamos até aqui.

Certamente não era uma novidade no meio intelectual cearense a presença de suplementos literários, revistas e jornais voltados exclusivamente ou que dedicavam algum espaço em suas páginas para a Literatura. O que podemos e devemos questionar era quem tinha acesso a esse material. Ainda que não seja o objetivo deste trabalho fazer uma análise, nem mesmo se propõe a pesquisar sobre a História da Leitura nessa gleba de Alencar, não podemos deixar de imaginar que grande parte da população, especialmente aqueles e aquelas que sequer tinha acesso à educação básica e/ou os retirantes estivessem dentre aqueles e aquelas que usufruíam destas ideias.

Entretanto, isso é apenas um aspecto a ser questionado e não diminui o valor dado aos esforços que gerações de artistas e escritores desprenderam para - cada qual no seu tempo e dentro das suas possibilidades, intenções e limitações - propagar seus ideais de cultura, beleza, arte e intelectualidade. Com o Modernismo cearense observamos um caminho parecido com os de gerações de intelectuais anteriores, ainda que cada qual tragam suas particularidades e a tentativa de avançar e por vezes mesmo romper com a geração anterior, percebemos que o *modus operandi* ainda que não se repita, se assemelha.

Desta forma, nos parece plausível que seja no seio do jornalismo que tenham brotado muito dos escritores cearenses, inclusive Rachel de Queiroz de quem nos deteremos mais adiante, de modo que percebemos como estas duas profissões muitas vezes andavam de mãos dadas e era quase impossível separar uma da outra.

Dito isto, concebemos que o Modernismo não brotou do “nada” e tampouco foi uma iluminação dada a poucos. Um ponto interessante que o nobre pesquisador, com o perdão do trocadilho, nos apresenta é justamente o embate de Antônio Sales, que décadas antes tinha fundado a revolucionária *Padaria Espiritual*, com a juventude antropofágica cearense (NOBRE, 2018).

Assim, a turma Modernista do Ceará também criou seu alvoroço na cidade, extrapolando os limites desta até. Nomes como Jáder de Carvalho, Antônio Garrido, Suzana de Alencar Guimarães, Renato Soldon, Franklin Nascimento, Paulo Sarasate e outros formaram em 1929 a *Tribu Cearense de Antropofagia*. Esta “tribo de canibais” foi anunciada nas páginas do recém criado Jornal *O Povo*. (O POVO apud Nobre, 2018).

Porém, não foi apenas em 1929 que apareceram os antropofagistas cearenses, o processo Modernista, se assim podemos defini-lo surge ainda no começo da década de 1920, tendo o ano de 1922 uma simbologia profunda devido ao primeiro centenário da Independência e as comemorações que pululam devido a esta histórica data (NOBRE, 2018). E ao longo de quase dez anos, os Modernistas pintaram, construíram e narraram as artes cearenses. Desde a Arquitetura às Artes Plásticas, passando, claro, pela Literatura, esse Movimento de fato mexeu com as estruturas do que se compreendia por arte no Ceará.

Contudo, nosso intuito aqui não é aprofundar em todos os pormenores dessas importantes agremiações¹⁹ literárias modernistas que sacudiram as letras cearenses e nacionais, mas mostrar a importância desse cenário para a constituição de nossas “cidades invisíveis”. Mas gostaríamos ainda de destacar um ponto que julgamos imprescindível para nossa reflexão até aqui, a publicação do Suplemento Literário Maracajá.

2.4.3 Maracajá: o felino danado do Modernismo

Ao longo dessas páginas fomos aos poucos descortinando o cenário social e cultural de Fortaleza ao longo de mais de quarenta anos. Aos poucos fomos adentrando em apenas um dos inúmeros percursos que poderíamos narrar e analisar esta cidade. Nesse caminho, fomos percebendo os Discursos, os sujeitos e as disputas de poderes imbricadas nessa emaranhada teia de sociabilidades.

¹⁹ Para isso sugerimos a leitura de trabalhos que trazem como foco principal o estudo do Campo Literário Modernista no Ceará, dentre as inúmeras pesquisas, destacamos a dissertação de mestrado de Thiago da Silva Nobre, intitulada “A tribo de antropofagia: Práticas Letradas, cotidiano e Modernismo(s) em Fortaleza (1922-1931)” UECE, 2018 e a de Alexandre Vidal de Sousa cujo título é: “Renovando as letras: O Movimento Modernista no Ceará entre tensões e contradições (1923-1931). UFC, 2018.

Ao nos depararmos com as agremiações e grupos literários, desde os Oiteros aos Modernistas, percebemos a força do coletivo, a importância das associações para as descobertas, criações e até mesmo expansão do campo literário cearense²⁰, contudo, outro fator também se mostra determinante ao analisarmos essa categoria: o papel da imprensa.

Em um rápido levantamento feito na Hemeroteca Digital e no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará percebemos a profusão de fontes desse tipo, ainda que quantidade por si só não queira dizer alguma coisa, pois, apesar de encontrarmos periódicos desde o século XVIII e, principalmente no final do século XIX e início do XX (recorte temporal desta pesquisa), observamos que nem sempre a qualidade era satisfatória ou com grandes hiatos nas publicações e/ou má conservação do material, tornando-os ilegíveis.

Contudo, ainda sim, chama-nos a atenção como o jornalismo era um importante veículo propagador de Discursos²¹ e disputa de poderes, e como esse veículo foi importante também para a divulgação das artes, e aqui tratamos mais especificamente da Literatura.

O *Maracajá* também entra nesse bojo, ainda que saibamos que não é com ele que se inicia ou finda o Movimento Modernista nessas terras do “norte”, mas escolhemos destacá-lo primeiramente por ser uma revista literária ligada a um jornal neófito - *O Povo* - e que teve grande contribuição para a propagação das ideias e dos literatos da época e, em seguida, por ser um dos espaços literários que escritora Rachel de Queiroz escrevera no Ceará.

Fundado em janeiro de 1928 pelo jornalista baiano, mas radicado no Ceará, Demócrito Rocha, o Jornal *O Povo* foi um veículo importante para a divulgação das ideias modernistas em solo cearense. Segundo o professor Sânzio de Azevedo:

Percorrendo-se as páginas d’O POVO de 1928 e 1929 [os dois primeiros anos do periódico], veem-se desfilar os nomes dos mais destacados poetas [cearenses] do movimento na época: Mário de Andrade (do Norte), Filgueiras

²⁰ Por conceito de Campo, utilizaremos o forjado por Pierre Bourdieu e que foi utilizado tanto por Nobre (2018) quanto por Sousa (2018):

Para Bourdieu, O campo se define como o lócus onde se travam disputas de interesses específicos entre os indivíduos interessados. Ou seja, é possível dividir a realidade em vários campos de poder, mais ou menos autônomos, citando como exemplo o campo da ciência, o da alta costura, o artístico, dentre outros, onde bens culturais particulares são concorridos entre os agentes. (...)A “estrutura óssea” do Campo, por assim dizer, pode ser apreendida em dois pólos antagônicos, mas ao mesmo tempo complementares: os dominantes e os dominados, pois um não pode existir sem o outro. Os dominantes são aqueles sujeitos que já estão reconhecidos e consagrados no Campo, detentores de grande montante de capital simbólico. Em contrapartida, os dominados se caracterizam pela ausência ou raridade no acúmulo de capital simbólico. Desta forma, a dicotomia apresentada entre as posições sociais influencia diretamente nas práticas dos agentes de uma forma binária, a que se dá o nome de ortodoxia e de heterodoxia. Ao quinhão dominante correspondem às práticas de ortodoxia que pretendem conservar o capital social acumulado. Por isso, eles buscam conservar as suas posições já consolidadas, criando e mantendo uma série de instituições e mecanismos que lhe assegurem a manutenção do poder. De outro lado, aos dominados resta a aplicação das práticas heterodoxas, buscando deslegitimar e desacreditar o capital social dos adversários. (NOBRE, 2018, p. 42)

²¹ No capítulo seguinte iremos analisar a responsabilidade da imprensa na divulgação e representação dos crimes ocorridos nas primeiras décadas do século XX.

Lima, Edigar de Alencar, Heitor Marçal, Sidney Netto, Rachel de Queiroz, Mozart Firmeza (Pereira Júnior), Franklin Nascimento, Jáder de Carvalho, Martins d'Alvarez, Silveira Filho, Lúcio Várzea (pseudônimo de Júlio Maciel) e tantos outros vanguardistas de então. Entre esses nomes, havia outro, o de “Antônio Garrido”, na verdade o pseudônimo de Demócrito, que não assinava poesia com seu nome oficial. (AZEVEDO apud NETTO, 2020, p. 108)

É, portanto, neste contexto que surge a *Maracajá* em 7 de abril de 1929, de acordo com Paulo Sarasate, um dos editores da publicação o título era mais um símbolo da valorização da fauna nordestina, e por extensão, da literatura cearense, ou seja, já sintetizava os anseios dos seus idealizadores e colaboradores:

Maracajá, cujo nome desentranhei das matas nordestinas, com pleno assentimento de Demócrito Rocha, para com ele batizar a publicação modernista do Ceará. [...] Com a minha cooperação, a de Mário de Andrade (do Norte) – inteligência vivíssima, capaz de largos voos e toda sorte de aventuras nos horizontes do pensamento – Demócrito Rocha, instituindo Maracajá, teve o mérito de sacudir, através do ‘gato bravo’, o ambiente literário local, impulsionando com maiores energias o movimento que, em 1928, atingira o seu clímax no Rio e em São Paulo e já se refletia no país. [...] Foi um marco notável, que os intelectuais do Sul saudaram com entusiasmo, mas não passou disso (SARASATE apud NETTO, 2020, p. 109)

Como já apontamos anteriormente, não é a partir da Maracajá que se inicia oficialmente o Modernismo no Ceará, tendo outras publicações e artigos em jornais surgidos a partir do ano do primeiro centenário da independência, em 1922, e em 1927 com o lançamento do primeiro livro autointitulado modernista *O Canto Novo da Raça*²², que reunia poemas de quatro poetas que iniciavam sua aventura por letras modernistas: Sydney Neto, Jáder de Carvalho, Mozart Firmeza e Franklin Nascimento. No entanto, é inegável a importância e o impacto que o “gato bravo” provocara não apenas nos *novos* do Ceará, mas em outras bandas do país, também chegando ao conhecimento dos Modernistas do Sul.

Em seu primeiro número, o suplemento trouxe, entre várias contribuições, um texto da jovem jornalista Rachel de Queiroz, que ao nosso ver, merece uma especial atenção:

Se eu fosse escrever o meu manifesto artístico

“Eu canto a alma de minha terra e a alma de minha gente”.

Canto o meu sol ardente, amoroso e ruivo, que é o mais pessoal e característico de todos os sóes do mundo.

Eu quizera que meu verbo estrellando em faíscas, reunisse-as todas em num foco só, atrahindo para a minha terra os olhares do mundo inteiro. E o que me dóe é ser meu verbo tão fraco; e as mesquinhas scentelhas que ainda faúlham sumirem-se tão depressa quanto os pingos de fogo das *estrellinhas* de S.João. Dizem que a arte deve ser universal.

Mas afinal, o que é que exprime «universalizar a nossa arte»?

²² Este livro estava esgotado há muito anos, sendo considerado uma obra rara, até ter uma nova publicação fac-símile lançada em 2011.

Transforma-la numa colcha de retalhos ou lhe dar um perfil caracteristicamente brasileiro que a faça distinguir-se em meio do concerto artístico universal?

Retalhando-a, espalhando-a, fraccionada e anonyma, por outros povos e por outras artes, operando um trabalho de dispersão, já praticado por dois séculos de literatura, dividindo-se pelos deuses da Grecia, pelas nevroticas perversões byronianas, pelo heroico preciosismo de Hugo, pela doentia extravagancia do nephelibatismo, penumbrismo, futurismo, quejandas contorsões da decadência?

Além do que, so compreendo e admiro uma manifestação artística quando é expontanea e sincera.

E, sinceramente, expontaneamente, meu coração só pode sentir e cantar o que sente e canta minha raça.

A interpretação de sentimentos extranhos, de bellezas extranhas feita por informação ou intuição é forçosamente convencional, falsa ou impessoal.

Eis porque sou nacionalista, eis porque dentro do meu nacionalismo inda me estreito mais ao círculo de meu regionalismo.

É que sinto que quanto mais próxima e familiar a paysagem, quanto mais íntimo o motivo de inspiração, quanto mais integrado o artista com o modelo, mais fiel, mais expontanea e sincera será sua intepretação (sic).

Eis porque eu canto o sertão, o sol, o Orós, as carnahubas, o algodão, os seringueiros, os jagunços, os cantadores e os vaqueiros, a caatinga, a Amazonia, a praça do Ferreira e o Cariry; eis porque canto o presente tumultuoso de minha terra e o seu passado tão curto, tão claro, tão cheio de expansão e vitalidade que é quasi outro presente.

(MARACAJÁ, Nº1, 07 DE ABRIL DE 1929)

Quantas camadas importantes há nesse pequeno texto! Seriam necessários vários capítulos ou uma obra completa para analisá-lo profundamente e ainda assim, certamente, não o esgotaria. Alguns pontos, entretanto, queremos salientar e procuramos compreender sua finalidade.

Primeiramente, chama-nos a atenção a posição que ocupa nesta publicação, por ser um texto-manifesto poderia esperar que fosse o primeiro texto da primeira página, ou, pelo menos estivesse em destaque nas páginas seguintes, mas não é o que ocorre. As primeiras páginas são dedicadas aos escritos dos redatores do *Maracajá*: Antônio Garrido (Demócrito Rocha), Paulo Sarasate e Mário de Andrade (“daqui”).

O texto-manifesto de Rachel de Queiroz fecha este primeiro número da revista, seria um presságio da última página da *Revista O Cruzeiro* que a autora assinaria suas crônicas durante muitos anos? Não sabemos. O que notamos é que a qualidade dos textos escolhidos para fazer a estreia do periódico não se perde neste último artigo. E, podemos apenas supor, que a posição ocupada deste pequeno escrito seja uma forma de assinalar ou sintetizar tudo que esse primeiro número quisera mostrar.

Em nove páginas, este primeiro fascículo passeou por diversos temas marcantes para o Modernismo, em especial, o felino cearense mostrou justamente suas características do

“Norte”: apesar de se inspirar, não procurava copiar a estrutura dos companheiros do Sul/sudeste, e até, em certa medida, os provocavam:

Há, no presente, uma certa controvérsia na imprensa de São Paulo. É a importação de braços para o café. Devem ser estrangeiros? Devem ser nordestinos? O italiano, o japonês? Ou o cearense, o parahybano? Será melhor que São Paulo prefira os europeus. Se os nordestinos emigrarem para o sul, quem é que vai terminar a obra do Amazonas e do Acre? A.G (MARACAJÁ, Nº1, 07 DE ABRIL DE 1929)

Rachel de Queiroz inicia seu texto falando em cantar sua terra e sua gente, ora, exatamente o que esse primeiro número do Maracajá procurava fazer: desde o poema “O índio ciará (dedicado a Mário de Andrade), de autoria de Heitor Marçal até o poema “O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta”, de Antônio Garrido. O que nos indica que, apesar da autora escrever em primeira pessoa, esse texto-manifesto representa a ideia do grupo e, finalizar a primeira edição justamente com ele, seria uma forma de sintetizar as ideias propagadas pelos Modernistas do Ceará.

Para eles, não bastava “cantar sua terra e sua gente”, mas fazê-los brilhar no cenário nacional, expandir a influência e as artes cearenses para além dos limites geográficos do estado. Ora, não seria essa também a pretensão ou o desejo de grupos intelectuais que os precederam? Mas, segundo o texto queiroziano, não era apenas “universalizar”, não bastava imitar ou tentar absorver as tendências externas, como aparentemente os outros movimentos artísticos fizeram, era preciso “nacionalizar” as artes. Seria preciso *sentir* o seu chão e sua gente, a fim de trazer sinceridade e espontaneidade, e não apenas um simulacro de arte externa.

Ou em outras palavras, fazer o verdadeiro exercício antropofágico. Porém, a escritora extrapola o sentido de nacionalismo, podemos inferir porque a ideia de “nacionalismo” estava intimamente ligada à arte produzida no Sul/Sudeste do Brasil, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo, logo, Rachel de Queiroz destaca que dentro do círculo nacionalista, seu círculo mais estreito é ainda regionalista: para ela, não bastava cantar o Brasil, mas sobretudo o Nordeste e dentro dele, o Ceará, como poderemos mais detalhadamente observar a seguir.

2.5 RACHEL DE QUEIROZ

No último tópico deste capítulo procuraremos aprofundar sobre a vida pessoal e os caminhos criativos da escritora Rachel de Queiroz para compreender como esta assimilava e (re)criava a partir do seu tempo e seu olhar as obras literárias que produzira. Compreendemos a complexidade criativa e não queremos absolutamente reduzir a fórmulas simples de causa e consequência, porém, trilhamos este longo caminho a fim de percebermos como a vida

cotidiana da cidade influenciava na construção artística e nos Discursos que a enuncia e vice-versa. São inúmeras as possibilidades de caminhar e imaginar as Cidades Invisíveis, agora, queremos aprofundar mais no olhar de Rachel sobre elas.

O texto apresentado anteriormente não foi o primeiro da jovem escritora para um periódico local. Mesmo contando com menos de 19 anos à época do lançamento do *Maracajá*, pode-se afirmar que Rachel de Queiroz já era uma veterana nas redações jornalísticas de Fortaleza. Sua estreia aconteceu aos 16 anos, ao escrever uma carta assinada sob o pseudônimo Rita de Queluz para a redação do jornal *O Ceará* sobre a eleição da também jornalista Suzana de Guimarães para Rainha dos Estudantes do ano de 1927. O estilo do texto bem escrito chamou a atenção do diretor deste jornal, que com a ajuda do escritor e amigo da família Queiroz, Jäder de Carvalho que desvendou a identidade da autora. Sobre este episódio e a sua estreia na imprensa cearense, a própria autora relata em seu livro autobiográfico:

Lá por volta de 1925-26, havia em Fortaleza um jornal chamado *O Ceará*, cujo diretor e redator era Júlio de Matos Ibiapina, um homem de muito talento, opositor por definição, ateu e anticlerical, de quem papai era amicíssimo; tinham sido companheiros de lutas nos tempos da política dos “marretas” e “rabelistas”. A segunda pessoa do jornal, o redator-chefe, era Demócrito Rocha, grande figura, em que mais tarde falo. Eles mantinham no jornal um suplemento literário que promoveu a eleição da primeira Rainha dos Estudantes do Ceará (...) Suzana foi eleita a primeira Rainha dos Estudantes e eu, que estava morando no Junco nesse tempo (tinha dezesseis anos), escrevi uma carta aberta para ela, fazendo brincadeiras, rainha em tempo de república!, enfim, gozações ingênuas, mas gozações. Foi a primeira coisa que escrevi; assinei com pseudônimo, Rita de Queluz. Mande a carta para *O Ceará*, em Fortaleza, a pequena Fortaleza daquele tempo, e a tal carta fez um barulho danado. (...) Mas Jäder de Carvalho, poeta e jornalista, que já me conhecia (era ainda nosso parente distante), opinou: “Isso é coisa de Rachelzinha, filha de Daniel. Sei muito quem é, só pode ser ela.” (Todo mundo me chamava de Rachelzinha por causa de nossa avó Rachel.) E acabaram apurando que tinha sido mesmo eu. Então recebo uma carta do diretor do *Ceará* me convidando para ir a Fortaleza, conhecê-los e ficar sendo colaboradora efetiva do jornal. Isso foi no ano de 1927 e eu, como já disse, tinha dezesseis anos. Mande logo umas crônicas e, na minha primeira ida a Fortaleza, fui visitar o jornal. Ibiapina me recebeu muito bem e me entregou a página literária do *Ceará* (ganhando cem mil réis por mês). Eu tinha que organizar o suplemento, fazer os convites e a seleção de colaboradores e publicar uma crônica minha. *O Ceará* tinha a peculiaridade de ser um jornal ateu e anticlerical. (QUEIROZ e SALEK, 2010, p. 28)

Este depoimento da escritora é interessante para percebermos sua inserção social e mesmo familiar e como estas foram importantes para seu início no jornalismo e, concomitantemente, sua estreia na Literatura. Desde criança, em sua casa, Rachel de Queiroz recebeu o apoio de seus pais, em especial de sua mãe, em sua educação, ainda que só tenha

frequentado a escola muitos anos depois, ela sempre teve em sua mãe, d. Clotilde, o incentivo e a direção nas escolhas literárias:

Eu nasci numa casa de intelectuais, onde todo mundo lia muito. E por isso, naturalmente, eu comecei a ler também. Sempre conto o que se passou um dia, quando eu tinha 12 anos e estudava num colégio de freiras. Eu estava lendo em francês um desses livrinhos de moça, que contava a história de uma jovem que vê dois namorados se beijando e fica com aquele homem na cabeça; minha mãe se aproximou e disse: “Minha filha, não fique lendo esses livros que só falam de sexo. Venha cá que eu vou lhe dar coisa melhor”. E me botou na mão *A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz. Foi assim que teve início, de fato, minha educação literária. (QUEIROZ apud SALLES, 1997, p.22)

Nestes pequenos fragmentos, descritos pela própria autora, compreendemos a importância do meio para a construção de sua trajetória como intelectual. Desde o cuidado e incentivo à leitura por seus pais até a oportunidade de trabalhar em importantes periódicos da época, Rachel de Queiroz foi, em muitos aspectos, a exceção da regra que possibilitou o florescimento de seu talento.

Ao analisarmos anteriormente um pouco sobre as organizações dos grupos de intelectuais e artísticos que irromperam no Ceará, observamos que a grande maioria era formado apenas por homens, poucos ou quase nenhum havia presença de mulheres, ainda que saibamos que escritoras e poetisas cearenses tenham existido e publicado antes de Rachel de Queiroz e que foram muito importantes para a construção e propagação das letras neste estado.

Contudo, é inegável a força queiroziana para a História cultural cearense e brasileira. E isso não ocorreu de forma acidental. Ainda que não possamos e não devemos negar o seu talento ou “dom” pessoal para a arte literária, é impossível recusar, neste processo, a força que o meio social que ela estava inserida possuía.

Não apenas com o incentivo financeiro e artístico de seus familiares, como também a oportunidade de desde cedo ter contato com intelectuais, poetas, políticos e demais artistas que frequentavam sua casa. Filha de um juiz de Direito e de família tradicional no Ceará (sua avó materna era prima legítima do escritor José de Alencar), que possuíam fazendas no interior do Estado, Rachel de Queiroz teve desde a mais tenra idade o privilégio de crescer em uma família com hábitos “modernos” que a possibilitava transitar, sem maiores problemas, no meio intelectual cearense:

Então, uma vez estávamos numa roda na praça do Ferreira, no Café Globo - acho que hoje já destruído, defronte à Rosa dos Alpes (era um dos escândalos que eu causava em Fortaleza, mocinha, frequentando o café dos literatos; mas, engraçado, nunca uma moça se sentiu tão protegida, tão mimada, uma moça sozinha num meio quase que só de homens, alguns da minha idade, outros mais velhos, mas em todos só encontrei carinho, sem nenhuma intenção que não fosse puramente afetuosa, literária). (QUEIROZ, SALEK, 2010, p.35)

Assim, não é por mero acaso que aos dezesseis anos a primogênita dos Queiroz tenha sido “descoberta” e convidada a integrar o jornal *O Ceará*, onde arrisca as primeiras crônicas e até o primeiro folhetim e que, mais tarde, a convite de Demócrito Rocha passa a colaborar com o recém-criado *O Povo* e como já destacamos também anteriormente, passa a ser um dos nomes de destaque da turma Modernista do “Norte”.

Importante entendermos esse movimento para não descolar a autora de sua conjuntura. Bourdieu aponta a relevância de compreender os campos e os poderes simbólicos que o indivíduo está inserido, a Análise Crítica do Discurso também nos ajuda a pensar sobre as intencionalidades e a inexistência de neutralidade tanto nos Discursos quanto nas práticas sociais. Assim, não podemos desligar a obra queiroziana da sociedade em que a autora estava inclusa e, mais do que isso, a forma como esta retratava e representava estes corpos sociais.

Ao traçarmos este rápido esboço biográfico do início da vida literária da autora não é nosso intuito limitá-la ou engendrar-la num lugar definitivo ou determinista sobre ela ou sua obra, mas perceber como as nuances sociais e pessoais podem influenciar no modo de enxergar e representar esta sociedade, de forma explícita ou não.

E para melhor compreendermos esta sociedade, abordaremos no capítulo a seguir a função dos jornais da capital cearense na divulgação e construção dos Discursos sobre a criminalidade no início do século XX na capital cearense, tendo em vista justamente o processo de modernização e mudanças tanto na infraestrutura material quanto nos costumes da população e como isso foi reproduzido na mídia local.

3 CRIMES E CASTIGOS

Após caminharmos um pouco e vislumbrar o cenário de Fortaleza de 1870 ao final da década de 1920, e podermos também conhecer a jovem Rachel de Queiroz e tentarmos traçar um plano de fundo, ainda que difuso sobre o cenário social, espacial, político e sobretudo, cultural que possam nos situar sobre a produção de *João Miguel*, abordaremos neste capítulo sobre crimes e castigos, isto é, sobre como os delitos e infrações eram apropriadas, (re)significadas, imaginadas e transmitidas nas páginas do jornal *Correio do Ceará*, buscando analisar os Discursos (re)produzidos e a importância destes para a formação e manutenção de um modelo de sociedade.

3.1 O JORNAL

Inicialmente, faz-se necessário entender a posição que o diário ocupa nessa sociedade, e mais do que tratar este veículo de comunicação como um ser abstrato, é preciso entender que ele era formado por indivíduos que ocupavam diferentes posições discursivas na sociedade. Mais do que perguntar que jornal era este, devemos questionar quais vozes propagavam as ideologias ali proferidas.

Essa não é uma pergunta tão simples de ser respondida, um periódico para circular são necessárias várias mãos que no caminho da História vão se apagando e se perdendo. Contudo, algumas pistas insistem em sobreviver, com elas podemos vislumbrar um pouco das mentes por trás das páginas.

Ainda que grande parte das reportagens não fossem assinadas, temos algumas informações que podem nos ajudar a entender o posicionamento ideológico do vespertino:

Correio do Ceará (Fortaleza, 1915) – Diário noticioso e consagrado aos interesses vitais do Estado, publicado em Fortaleza a 2 de março de 1915 sob a direção do Dr. Alberto Montezuma. Redator católico padre Sylvano de Souza. Redator comercial A. Fiúza Pequeno. Proprietário A.C.Mendes (STUDART *apud* ALVES, 2010, p. 31).

Alinhado às inclinações do Estado, da Igreja e da burguesia, o veículo midiático seria responsável por emitir e repercutir discursos que corroboravam com uma ideologia mais conservadora, anticomunista e até fascista. Sobre o papel da imprensa no Ceará, a professora e jornalista Adísia Sá (1982, p.1) nos traz uma colaboração importante:

Antes do advento do rádio e da televisão, o jornal possuía a hegemonia da notícia ou transmissão da informação e da opinião, a despeito de sua pequena tiragem e do campo restrito dos seus leitores: os alfabetizados, ou seja, os mesmos indivíduos que constituem a classe dominante. Mas era através desse veículo que a ideologia dominante alimentava os seus beneficiários e esses, por sua vez, por sua palavra e por seus comportamentos e atitudes, mantinham sob controle as classes subalternas, manipulando-as e, graças a isto, conservavam o *status quo*.

Neste sentido, compreendemos o papel da imprensa, neste caso o jornal, como importante veículo de propagação de ideologias, (pre)conceitos e valores, que atingiam especialmente uma parcela da população que teria acesso às informações. No entanto, não podemos compreender essa parte da sociedade apenas como meios passivos de recepção, ou seja, os leitores deste diário também eram capazes de apreender e ressignificar o discurso proferido por ele; de elaborar, no gesto interpretativo, novos discursos, que corroboram ou contradizem o Discurso inicial.

Do mesmo modo, não devemos imaginar que os dizeres do jornal repercutiam exclusivamente entre seus leitores. Isso porque o jornal, ao circular, dissemina ideias entre públicos variados, como por exemplo leitores de outros periódicos e mesmo não leitores, que poderiam saber daquilo que era noticiado a partir de conversas mantidas em encontros variados nos espaços de sociabilidade, como os transportes públicos.

Aliás, a existência desse tipo de discurso só é possível porque existia público para ele e vice-versa, como veremos ao longo deste capítulo. No entanto, isso não significa dizer que toda a sociedade era pautada ou concordava com ele, certamente, assim como hoje, existia uma imensa polifonia discursiva possível, inclusive dentro de um mesmo veículo de comunicação.

No jornal, também notícias relacionadas a temas religiosos eram muito comuns: congressos, exortações papais e “boas condutas cristãs”, todos os assuntos que fugissem a uma certa rigidez moral e de costumes eram fortemente combatidos pelo periódico. Como por exemplo, a sistemática perseguição a outros cultos religiosos distantes do cristianismo tradicional, que o jornal se refere como “catimbozeiros”:

Continúa o inquérito contra os <<catimbozeiros>>

Na delegacia de policia do 2.o districto, no cartorio do escrivão Gonçalves de Lucena, sob a direção do respectivo delegado Monteiro Gondim, vae continuando o inquérito acerca dos <<catimbozeiros>> presos em flagrante quando, em plenas 14 horas, á rua da Cruz n.35, estavam reunidos em sessão.

Pelas declarações feitas, já ficou mais ou menos evidenciado que era interessado da <<contra-dança>> função de <<catimbó>> Cosme Joaquim de Sant’Anna foi encontrado sentado em cima de uma mala, como quem estava na <<berlinda>>. E’ que, disse Maria de Nazareth, a <<Nazinha>>, tratava-se de uma sessão <<espírita>> para conseguir um logar para Cosme, que vem desde longa data desempregado. Declarou mais <<Nazinha>> ser a primeira vez que ia ali aquelle sr. pois elle reside

com seu pae, justamente a pessoa a pessoa que estava deitada na rêde na sala de entrada, antes de se penetrar no <<gabinete>> de serviços.
 Cosme que conta com 28 anos de idade, segundo podemos colher vive maritalmente com a famosa <<curandeira>>, sendo natural da Parahyba.
 Maria de Nazareth, vulgo <<Nazinha>>, conta diz ella, 22 anos de idade, cearense, dizendo-se casada, mas não disse com quem.
 Maria Antonia da Conceição, declarou que fôra ali na qualidade de lavadeira e ficou olhando a <<patuscada>>.
 Vicença Maria da Conceição, que diz ser viuva e cearense, também depoz, sendo depois todos postos em liberdade (Correio do Ceará, 26 de fevereiro de 1932, p. 3).

Essa matéria é importante por levantar alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, o tom de denúncia que o jornal apresenta, o levantamento das ocupações, dos estados civis e das idades dos “acusados”. Percebemos a maquinaria da governamentalidade em pleno funcionamento. O modo de enquadramento do sujeito (sexo, idade, ocupação, estado civil) estabelece e coaduna lugares sociais específicos. Em se tratando de praticantes de cultos africanizados, a resultante parece ser ainda mais radical, no que concerne à localização subalternizada desses sujeitos. Não são apenas arruaceiros, são sujeitos demonizados, associados ao demônio. O que se percebe é uma tentativa de incriminação tanto por parte deste veículo de comunicação como da própria polícia.

A escolha de palavras não acontece de forma aleatória ou despropositada. Dentro do contexto em que são citadas, carregam muito dos preconceitos que um grupo sofria dentro dessa sociedade. Apesar da liberdade de culto e a laicidade do Estado já serem asseguradas por lei desde a Constituição Republicana de 1891 e mantidas nas Cartas posteriores, não é isso que observamos nessa reportagem.

As expressões *catimbó*, *catimbozeiros*, *curandeira*, *espiritismo* e *patuscada* são utilizadas de forma depreciativa e preconceituosa pelo jornal para se referir a uma prática religiosa, possivelmente umbanda ou quaisquer outra, que fugisse ao culto católico tradicional. Interessante notar que até um inquérito policial e as detenções foram realizados, mesmo como apontamos anteriormente, na Constituição Federal a liberdade de culto a todas as religiões ser garantida, o que a prática mostra é outra realidade.

Mas, para além do aspecto puramente religioso, existe também o fator de classe, que não pode passar despercebido. As pessoas envolvidas são explicitamente de uma camada popular e envoltos em práticas vinculadas às religiões de matriz africana, apesar do jornal não detalhar se eram pretos ou não, tratava-se de um desempregado, uma *curandeira* e uma lavadeira. Após colher os depoimentos, os quatro envolvidos são postos em liberdade, porém, a questão que fica é, por que eles foram detidos?

O jornal não traz a denúncia completa, cita apenas que os *catimbozeiros* foram presos em flagrantes durante a sessão, contudo, mesmo o Estado não tendo a religião Católica como oficial, na realidade era assim que esta se comportava. Não era raro ver nas páginas deste mesmo periódico matérias que enalteciam a moral cristã, notícias sobre a Igreja e incentivo aos bons costumes católicos, junto a isso, existe o preconceito contra as religiões populares, em uma sociedade marcadamente racista. Então, o motivo legal nessa questão não é tão relevante para ser transmitido aos leitores quanto o sentido simbólico.

Uma nota como esta tem o objetivo mais forte de atacar essas religiões e essa classe do que propriamente oferecer argumentos legais que justificassem tal atitude policial. Isso nos leva a refletir como os próprios conceitos de *crime*, *infrações*, *punição* e *pena* são também construídas socialmente e a importância das criações discursivas sobre eles para a legitimidade ou não de práticas abusivas por parte da polícia e da justiça. Esse caso, como ilustrativo, nos faz pensar acerca dos modos como o crime era não apenas noticiado, mas como era exibido de forma exemplar.

Se observarmos com atenção a notícia em tela, perceberemos que além de uma informação, encontra-se ali indicativos de uma prática disciplinadora que visa mostrar aos sujeitos aquilo que é considerado o certo e o que acontece àqueles que praticam o que é considerado errado. A exibição dessas realidades, tem, portanto, aos olhos daqueles que faziam o jornal uma tentativa de implantar uma pedagogia do controle.

É sobre esse limiar discursivo que pretendemos debater neste capítulo, a importância da Análise Crítica do Discurso faz-se para percebermos a força dos poderes simbólicos e imagéticos numa sociedade com suas contradições. Ao escolhermos como fonte um jornal ligado às classes burguesas e à religião predominante da época, temos ciência que este oferecerá, explicitamente, apenas um lado dessa História e de modo algum representará a heterogeneidade de Discursos e Práticas que permeavam a sociedade.

Ainda que com essa clara limitação, entendemos que existia uma disputa narrativa sobre a cidade e seus costumes que não escapam totalmente aos jornalistas do *Correio do Ceará*. Em nosso caso, buscaremos compreender como isso, essa disputa, acontecia quando tratavam de temas que envolviam algum tipo de “distúrbio social” e a polícia.

3.2 CRIMES NA IMPRENSA

Percorrendo as páginas do *Correio do Ceará* não foi difícil nos depararmos com reportagens que tratassem sobre o cenário de violências, contravenções e crimes que aconteciam tanto na capital do estado, quanto no interior; ou mesmo no Brasil e no mundo.

Claramente, a repercussão e atenção dadas a essas reportagens dependia de uma série de fatores que analisaremos ao longo desse texto, como por exemplo a gravidade do delito cometido.

Porém, por ora, vamos nos dedicar com mais acuidade a uma das seções mais exploradas nesse periódico; uma coluna publicada diariamente com o título “Chronica da cidade”. O próprio título escolhido já remonta às intenções da publicação²³, dando a entender que tratava de um espaço no qual os diferentes acontecimentos que pontuavam o cotidiano da cidade seriam retratados. Ali, desfilariam fatos inusitados e corriqueiros, ações desempenhadas por sujeitos variados que ocupavam o espaço urbano daquela Fortaleza dos anos 1930.

Neste primeiro momento, analisaremos a “Chronica da Cidade” por trazer os tipos de transgressões mais comuns no cotidiano da urbe. As infrações que eram apresentadas por essa coluna eram, geralmente, de pequena à média gravidade: furtos, desaparecimentos, abalroamentos entre automóveis, brigas ou quaisquer tipos de perturbação da ordem pública.

A seção diária era escrita de forma anônima e compilava denúncias recebidas de seus leitores ou mesmo aquelas informadas à polícia. Era composta por pequenas notas que davam conta do acontecido, além de uma charge que a ilustrava. Entre os anos pesquisados (1928, 1930, 1931, 1932, 1933 e 1934) observamos mudanças gráficas apenas entre as figuras de 1928 e as dos demais anos, a partir de 1930.

Avaliaremos inicialmente, portanto, estas charges que já nos apresentam elementos importantes sobre os assuntos trazidos ao público por essa publicação:

²³ A crônica é um gênero textual que representa o cotidiano em um texto muito próximo da poesia. Esse gênero da literatura ligado ao jornal participa da nossa realidade há mais de um século e tem uma linguagem despreziosa, próxima da conversa do dia a dia. Como dispositivo para representar a vida corriqueira, o cronista utiliza a heterogeneidade, ou seja, fatos do cotidiano, para ilustrar ou para ajudá-lo a exemplificar sua explicação e, às vezes, fazer algumas construções humorísticas. Assim, o enunciador mobiliza outras vozes exteriores ao seu discurso para citar, direta ou indiretamente, ironizar, negar. (COSSARI, 2004, p. 1).

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 – Charge do jornal Correio do Ceará, em 1928



Fonte: Correio do Ceará, 9 de janeiro de 1928.

Figura 2 – Charge do jornal Correio do Ceará, em 1931



Fonte: Correio do Ceará, 2 de março de 1931.

As charges acima apresentam um panorama geral dos temas abordados pela coluna, elas ilustram e informam sobre os tipos de delitos que eram mais comuns, ou pelo menos, os mais abordados por ela: os furtos de animais, os boêmios (muitas vezes taxados como arruaceiros ou vagabundos, em oposição à figura do homem trabalhador, pai de família etc.) e os bebedores, que ocuparão preferencialmente as linhas dessa seção.

Comparando as duas figuras, observamos que a segunda é mais elaborada, trazendo uma cidade mais “movimentada”. A escrita em uma fonte gráfica mais moderna, (com serifa e em linhas retas), no título da coluna, deixa de lado o tom mais bucólico que existia na grafia da charge anterior, quando a fonte era marcadamente mais humanizada, e impõe essa sensação de escrita mecânica, feita pelas máquinas desse tempo mais acelerado.

A nova imagem da *Chronica*, inclusive, traz uma cena de abaloamento. Numa capital que buscava novos ares de modernização, os automóveis passaram a ser símbolos desse novo

status almejado (BEVILÁQUA, 2012), como consequência, com o número de veículos automotores circulando pelas ruas, os acidentes de trânsito tornaram-se cenas mais comuns a serem noticiadas pelos jornais, como podemos comprovar nessa nota da dita coluna:

Sempre o albaroamentos (sic) de vehiculos

A policia de vehiculos, sexta-feira, teve conhecimento de que na praça Visconde de Pelotas, o bonde de 2ª classe, da linha do Bemfica, de n. 53, guiado pelo motorneiro Francisco Xavier, tendo como conductor Francisco Dias da Silva, residentes no Guajerú, n.171 e rua Santa Thereza n.167, respectivamente, albaroou, com o auto-omnibus n.523, bem no canto da rua Antonio Pompeu.

Como era natural, vindo ambos os carros repletos de passageiros, houve grande panico, ficando ainda um deles ferido.

A occorrenca (sic) deu-se ás 15 e ½ horas (Correio do Ceará, 28 de março de 1931, p. 5).

Assim, “casos comuns de trânsitos” passam a somar-se às outras denúncias policiais. Concomitante a outros delitos mais “antiquados”, como o furto de animais domésticos, especialmente aqueles destinados à subsistência das famílias, revelando que apesar do caráter de modernização que a cidade almejava alcançar, ainda persistia uma realidade ligada ao modo de vida rural, geralmente este sendo associado ao atraso e ao provincianismo do qual a cidade buscava se desassociar. Em certo sentido, essas convivências coevas do moderno e do tradicional servem como ilustrativo dos limites inerentes à tentativa de implantação de um projeto de cidade que fosse plenamente planejado e que extirpasse, de um único golpe, os ares de passado

Como se vê nas imagens acima, o furto de animais domésticos figura nas duas charges de anos distintos e não por acaso, são inúmeros relatos que aparecem no cotidiano do noticiário com denúncias de furto desses bens:

Mais dois gordos perús surrupiados

Do quintal da residência do Dr. Góes, chefe do tráfego da R.V.C., os petiscadores de gordos perús, zás, levaram dois bellos especimens (sic).

Parece que os gatunos de perús, sonham onde elles (sic) estão empoleirados e, sem mais demora, lá se vão surrupiando, somente os donos sabendo quando o dia amanhece (Correio do Ceará, 2 de abril de 1931. p. 3).

O chefe do tráfego da Rede de Viação Cearense não foi o único a ter suas aves surrupiadas, outra figura importante também foi “visitada” por larápios que furtaram suas aves, este sofrendo um prejuízo maior:

O desembargador Athaide victima “deles”

O sr. desembargador Felliciano de Athaide, residente á rua são José n. 118 , fez sciente á policia de que audacioso gatuno surrupiou do poleiro de seu quintal, alem de gordo perú, mais onze galinhas.

A policia tomou conhecimento do caso e registrou a comunicação (sic) (Correio do Ceará, 21 de janeiro de 1932. p. 3).

Analisando com atenção os dois casos narrados observamos algumas pistas importantes sobre esses furtos. Em primeiro lugar, não se tratava de pessoas pobres, sem relevância social, mas justo o contrário, o primeiro era chefe de tráfico de uma empresa importante, sendo chamado de “doutor” pelo jornal, mostrando assim uma deferência com este cidadão.

O segundo, não menos importante, é um desembargador, cargo relevante no meio jurídico. Não por acaso que as profissões de ambos são citadas, o que nos leva a crer que, ao contrário do que podemos imaginar num primeiro momento, a criação de animais, especialmente para a subsistência familiar não era feita apenas por pessoas de camadas mais populares e que apesar dos ares “modernos”, a permanência de hábitos rurais podia ser notada também entre figuras importantes da capital.

Além disso, há que se considerar que a Fortaleza dos anos 1930 ainda possuía muitos espaços afastados de suas áreas centrais e aformoseada pelo processo de modernização. Não é estranho supor que nesses bairros hábitos como criar animais para o consumo da ou mesmo transporte fosse ainda a prática mais corrente.

Isso é importante para notarmos que hábitos não são modificados repentinamente e que, no ritmo da História, permanências e rupturas se sobrepõem mais do que somos levados a crer, quando, por exemplo, tratamos desses momentos de forma didática. O cotidiano comporta mais detalhes do que nas teorias, por isso a importância de estarmos atentos para as minúcias da filigrana.

Outro pormenor que observamos são as quantidades e os tipos de animais furtados: ao todo três perus e onze galinhas. Essas minúcias corroboram com nossa hipótese que a criação de animais não estava ligada diretamente à pobreza. Para a criação desses animais supõe-se casas com grandes quintais para abrigá-los, casas estas que deveriam se opor aos casebres que este mesmo jornal apresenta em outras narrativas.

O que podemos observar nessas notas é o inverso disso, não é nosso intuito, entretanto, generalizar e afirmar que essa prática era exclusiva de famílias com poder aquisitivo elevado, mas, que a partir dessas notícias, a criação de animais, exercício que remetia ao “atraso rural” também era praticada por pessoas influentes, com considerável poder simbólico.

Em todo caso, é inegável como ilustram as duas charges acima, que os ladrões de galinha eram uma personagem constante no cotidiano de Fortaleza. E se havia ladrões, havia galinhas. E elas ocuparam a cabeça do escritor Eduardo Campos, que escrevera sobre suas memórias na cidade. Priscila Queiroz, em sua dissertação de mestrado, utiliza as memórias de Campos para ilustrar esse cenário fortalezense nas primeiras décadas do século XX:

Eduardo Campos, ao comentar a vida em Fortaleza, no início do século XX, deixou claras as preocupações dos moradores relacionadas ao modo de vida que pretendiam ter na cidade. Quem iria alugar uma casa logo queria saber: “Tem quintal grande?” Em geral havia, e com razoável espaço para o situamento de inevitável galinheiro. Dona de casa tinha de ser também “criadeira” de galinha – desse modo mencionado. Melhor dizer: de galinhas. Há de ser assim no plural, as todas penosas criadas sob mil cuidados e padreadas por imponente galo, capaz de dar conta de pelo menos vinte consortes. Da construção do galinheiro cuidava naturalmente o chefe de família. E se fosse qual o pai que me criou, o João, impunha regras especiais; a área do confinamento das aves deveria estar toda entelada, o portão de acesso com trava e cadeado, e não esquecido aí – e armado- o “pega-ladrão”, curioso e improvisado artefato ligado à noite, energizado naturalmente, pronto a disparar ruidosa sirene logo tocado por intruso. Não se queria galinha preta. Dava azar. Preferidas por então as carijós boas poedeiras, indicadas para melhorar a raça (e tinham?) da pé-duro. Por esses dias ainda se podia ver, vendidas pelas ruas, as aves atadas pelos pés e mantidas dependuradas, malvadeza corrigida depois por postura municipal. Daí por diante, quem vendesse galinha havia de carregá-la em “capoeiras”, armações improvisadas com varas de marmeleiros e cipós entrançados – prisão e transporte a um só tempo” (CAMPOS *apud* QUEIROZ, 2011, p. 91).

Todavia, nem sempre as precauções tomadas pelos proprietários dos galinheiros eram suficientes e, como vimos, alguns furtos aconteciam e figuravam nas páginas do *Correio*, como outros furtos e brigas.

Dos episódios mencionados até agora, o jornal não cita o encerramento dos casos, ou seja, não sabemos se os ladrões de galinhas foram presos e os animais recuperados. Em outras situações, no entanto, o noticiário, traz em publicações seguintes, os resultados das investigações. Isso ocorre geralmente quando a polícia obtém sucesso e os larápios são presos.

Contudo, outra cena representada na ilustração do jornal de 1931 e que possivelmente faz menção aos jogos de azar, também são citados nas linhas da referida coluna. Na representação da figura, observamos uma pessoa sentada por trás de uma banca com uma possível roleta ao fundo. Essa imagem corrobora com algumas acusações apresentadas ao jornal, em que a denúncia de jogos proibidos figura em suas páginas, como por exemplo, em três notas lançadas no decorrer deste mesmo ano:

Somente por causa do jogo de “Bozó”

Na Polícia do 2º Distrito, quando na última permanência do Sub Inspector Sales, deram ciência de que na rua Dr. João Moreira, havia uma jogatina de <<bozó>>, jogo proibido, tomando sempre parte na mesma o próprio dono da casa.

Aquela autoridade, cerca de 22 horas. Fez remar para o local uma <<canôa>> policial, perfeitamente aparelhada para recambiar os jogadores, que poderiam <<viajar>>, no caso de serem encontrados, com passagem de primeira classe por conta do Governo que era quem os iria hospedar.

Sem demora a <<barcaça>> suspendeu panos e aprofundou para o local, guiando-os o farol da Santa Casa. Dobrado o cabo da rua Dr. João Moreira, tudo viajou de bitaculas (sic) apagadas, e silencioso, indo encontrar a <<tropa>> com a <<boca na botija>>.

Era o Araujo, que bancava a coisa, e mais o Antonio Sousa e o Pinto, tudo gente muito conhecida.

- Estão todos intimados a seguirem conosco até a Policia. Quero o <<bozó>> para levar. Viajarão a pé, com passagem de 1ª classe.

Não houve duvida, ante as expressões do guarda-chefe da expedição. Lá se foi todo mundo, e no 2o Distrito, foram entregues ao sub Inspetor Sales, que maneiroso como ele é, disse ao cabo:

-Cabo, hospede estes homens com as regalias as que têm direito. Dito e feito. Lá ficaram pernoitando, sendo depois de preenchidas as formalidades, mandados em paz. Safa!... que peór (sic) poderia ter acontecido (Correio do Ceará, 5 de agosto de 1931. p. 3).

A reportagem supracitada nos apresenta vários pontos interessantes. Sobre a forma da narrativa, observamos em primeiro lugar o tom sarcástico e ácido que o jornalista redige a nota, fazendo inclusive uma metáfora entre a diligência policial e termos náuticos para narrar o flagrante do jogo proibido. O humor guia a narrativa. Mas, novamente, aparece o tom moralista, didático, pedagógico, de acusação, que intenta mostrar como se agir dentro da sociedade e a quais tipos de sanções e ridicularizações se está sujeito quando se rompem os padrões morais da sociedade.

Já nas primeiras linhas é possível inferir que a denúncia foi feita anonimamente, haja vista o uso do sujeito indeterminado na oração “deram ciência”. Não era incomum que pessoas fizessem uso de denúncias anônimas para delatar algumas contravenções, possivelmente vizinhos do dito morador que também participavam da jogatina proibida, ou mesmo sujeitos que se sentiam incomodados ou ofendidos em ver essas práticas acontecendo em locais públicos.

Outro ponto que nos leva a crer em uma delação anônima é o fato da diligência ter tomado o cuidado de chegar discretamente com as "bitáculas apagadas, e silencioso”, encontrando os jogadores em flagrante delito. Esse relato possibilita também inferir que a “tropa” já era conhecida da polícia, levando a crer que já eram reincidentes, se não neste, mas em outro(s) delito(s), inclusive, contando com “regalias” como “viajar de 1ª classe”, o que, talvez, já funcionasse como uma punição por serem contumazes em suas práticas delituosas.

Ao chegar na delegacia, os “privilégios” foram estendidos com um pernoite na cadeia e depois liberados, o que também mostrava ser uma prática rotineira nesses casos de delitos mais leves, como veremos no tópico seguinte com a dependência alcoólica. No entanto, a nota

termina com uma ameaça velada de que o *peór* poderia ter acontecido, certamente para desencorajar que outras pessoas seguissem o caminho da contravenção.

Neste mesmo ano de 1931, outras duas denúncias sobre jogos foram relatadas nas páginas desse periódico intituladas respectivamente: “Jogatina de ‘bozó’ numa mercearia” e “Jogatina de menores nos bilhares”. Na primeira nota citada, do dia 02 de julho, observamos mais uma vez a perseguição ao jogo proibido de dados, neste caso, o dono da mercearia também estava envolvido e juntamente com ele, dois jovens de 20 e 22 anos, foram levados à delegacia, “onde lavrado o competente flagrante, registradas as prisões no livro do rol dos culpados e depois mandados embora.”

Diante dessas detenções, observamos que elas tinham o caráter mais “educativo” ou “intimidador”, do que propriamente punitivista, haja vista que nos dois casos citados, apesar dos flagrantes, os jogadores foram dispensados após uma noite ou algumas horas encarcerados.

Entretanto, a prática de jogos, legais ou não, não parece desaparecer do cotidiano citadino apesar das diligências policiais, como as citadas acima e do esforço dos jornais em corroborar com o discurso desmoralizante dessa prática ligada sempre à vagabundagem.

Chama-nos a atenção como esse hábito da jogatina atingia não apenas adultos ou idosos, mas mesmo crianças já eram vistas em locais de jogos, o que faz, mais uma vez, o jornal denunciar o caso à polícia:

A jogatina dos menores em jogos de bilhares

Comunicam nos da rua Major Facundo, que num bilhar que fica defronte da Garage Elite, vivem, desde pela manha á noite meninos jogando.

Como certamente o sr. dr. delegado não tem guarda destacado ali, lembramos a s.s. que determine ao dono da casa, a ser verdadeira esta denuncia, que não consinta absolutamente meninos ali jogando, nem durante o dia, nem também a noite (Correio do Ceará, 10 de setembro de 1931, p. 5).

Apesar do jogo de bilhar não ser legalmente proibido, o jornal apresenta a denúncia e cobra do delegado uma atitude contra a presença de menores nesse espaço de jogo, mais adiante, veremos como essa polícia dos costumes era útil para reverberar esse discurso moralizador presente nas páginas do periódico.

No entanto, não raro era ver as prisões dos “bicheiros”, cambistas que praticavam o “jogo do bicho”. Sem dúvidas, uma das atividades proibidas mais populares e, portanto, uma das mais perseguidas e flagradas pela polícia da capital. Como veremos na nota a seguir:

Um cambista de bicho no xadrez

A policia de quando em vez faz um gestinho de querer perseguir o afamado jogo do <<bicho>>.

Aperta as cousas um pouquinho e quando precisa mais apertar, afrouxa de uma só vez que a jogatina fica perfeitamente franca.

Ultimamente o jogo, já estava era franco. Ninguém temia chamar um cambista e com ele fazer o seu joguinho. Lá isto não, porque ninguém é de ferro, nem filho de allemão, como se diz vulgarmente.

Mas, desta vez parece que a cousa é séria.

Em Fortaleza, joga-se muito. Não é somente o sr. Holdernes Aguiar que foi preso em flagrante vendendo poules. Não senhor.

Agora o sr. Holdernes, como <<cambista>> esteve preso em flagrante e certamente será processado.

A policia, se continuar, terá de processar é muita gente e até gente muito boa e de alto relevo social (Correio do Ceará, 25 de março de 1931, p. 6).

Essa nota é particularmente interessante por alguns pontos. Em primeiro lugar, evidencia a popularidade e a propagação do jogo do bicho na cidade; por outro lado, demonstra as “vistas grossas” que os policiais faziam comumente para essa prática. As “brechas” entre a Lei e a aplicação desta. A polícia que deveria ser imparcial e implacável no combate aos delitos, encontra, no dia a dia, espaços e fura o bloqueio das letras da Lei. Mais adiante, analisaremos com mais afinco sobre os comportamentos sociais fluidos que a polícia, ou melhor, os policiais exerciam.

Entre *apertos* e *afrouxamentos* temos a prisão de um cambista do “jogo do bicho” e o jornal aponta que o problema está longe de ser resolvido com essa detenção, pois este senhor não era o único a praticar a jogatina. Demonstrando que apesar da proibição, o jogo era rentável e de interesse não apenas das camadas populares, mas que era um negócio que envolvia também classes sociais mais elevadas.

Contudo, é possível inferir com essa notícia que essa *gente boa e de alto relevo social* não eram os alvos das políticas de controle e da polícia que coíbiam os jogos e até que, um dos motivos de *afrouxamento* devia-se justamente às posições sociais dessas pessoas. Exceto as prisões dos cambistas, não vimos nas páginas do vespertino durante os anos pesquisados, nenhuma prisão ou processo à essas grandes figuras que o noticiário faz referência.

Isso é importante, porque as ausências e os silêncios também têm muito a nos dizer. A inexistência dessas prisões não nega, mas reforça a suspeita da presença de pessoas influentes por trás da prática de jogos proibidos, como acontece até hoje, inclusive ligadas a outras práticas criminosas. Porém, ultrapassando o tom acusatório, o que nos interessa aqui é anotar que essas práticas delituosas atravessam o tecido social, movimentando redes de interesses, mobilizando sonhos e dando a ver hábitos, práticas e sociabilidades marcantes no cotidiano da cidade.

De certa forma, notícias como essa apresentada acima apura a percepção de que nenhum discurso proferido é neutro ou ingênuo. Por isso, a disciplina Análise Crítica do Discurso (ACD) pode converter-se num recurso inventivo, transdisciplinar, para compreendermos as disputas, por vezes veladas, que permeiam as relações histórico-sociais.

Analisando criticamente o teor dos textos encontrados no jornal, tanto nas notas, como nas charges, observamos que existia uma intenção, velada ou não, de “educar” ou moralizar a população. O periódico funcionava não apenas para expor ou noticiar as causas das prisões, mas, sobretudo cobrar atitudes dos responsáveis, chamando a atenção para os casos, colocando-se como porta-voz da população. Fazendo reverberar a lógica do controle, exibindo instituições e códigos, dizendo onde, como e quais seriam os modos de comportamento e os a população desejável que essa sociedade ideava.

Porém, de que população estamos falando? Apesar da tendência de generalizarmos quando falamos de uma sociedade, neste caso, a fortalezense, entendemos que uma cidade com pouco mais de 100 mil habitantes existe diversas fissuras sociais que nos impede uma ideia de integração harmônica e homogênea.

Compreendemos que o *Correio* era destinado a uma parcela dessa população: letrada, possivelmente conservadora e católica. Não queremos e não podemos afirmar que outros leitores que fugissem a esses parâmetros não tivessem acesso ao jornal, como dissemos acima. Contudo, analisando-o como um todo, percebemos que era particularmente à uma classe que ele se dirigia. O forte ataque anticomunista, a defesa dos valores familiares e católicos, até reportagens pró-fascista, e a preocupação com a ordem, com o ideal do progresso tecnológico com a preservação dos costumes nos dão algumas pistas sobre a ideologia propagada pelo periódico.

Isso é interessante de notar no jornal como fonte de pesquisa, a multiplicidade de temas tratados, desde economia ao cotidiano, passando por política e anúncios publicitários. Essa miscelânea de assuntos e polifonias nos oferece um mosaico formado por peças que oram se encaixam, ora não, mas que é possível perceber uma imagem geral do Lugar/Tempo que ele existiu.

Outro ponto importante que nos cabe ressaltar é sobre quem fala, apesar das notas e das charges serem anônimas, ou melhor, não serem assinadas, compreendemos a partir da ACD que não existe Discurso sem sujeito e nem *sujeito assujeitado*, isto é, uma neutralidade:

Para a Análise do Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar o discurso. [...] As relações de linguagem, são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: **o discurso é o efeito de sentido entre locutores** (ORLANDI, 2003, p. 21, grifo nosso).

Desse modo, a construção imagética presente no noticiário alimenta e é alimentada de acordo com o meio social que está inserido. Analisando minuciosamente as fontes, percebemos através desses discursos uma parcela da mentalidade da época, que se não revela uma unanimidade de pensamentos, ao menos manifesta alguns pontos importantes de como pensava e se expressava parte da população, acerca dos temas pujantes no cotidiano da cidade.

A diversidade de notas referentes aos pequenos delitos ou acidentes é enorme, infelizmente, não poderemos analisá-las profundamente uma a uma, assim, além das notícias aqui apresentadas, que nos dão uma pequena amostra do movimento da cidade, sabemos que mesmo o jornal não era capaz de dar conta de tudo. O replicar desses assuntos, por sua vez, elucida a agitação na qual a cidade se envolvia. Pequenos delitos, acidentes e máquinas inovadoras conviviam com antigos hábitos como criar (e roubar) galinhas.

Mas sabemos que o que emerge em forma de notícias são também seleções. A cidade é recortada, pulsante e múltipla. Os olhares sobre ela também, o que escapa ao discurso dos periódicos, ou melhor, as narrativas que estão veladas ou incrustadas nas formações discursivas nos interessam.

Ainda na perspectiva de trabalhar o periódico como fonte historiográfica, sabemos que um dos desafios talvez seja a linguagem adotada por grande parte desses veículos de comunicação, muitas vezes pautada numa falsa noção de neutralidade ou uma narrativa “verdadeira”. Como pesquisadores, estamos tentados a buscar provas, indícios que corroborem com nossas hipóteses (ou o contrário), caímos na armadilha de observar “apenas” a forma, a organização do texto. O estilo²⁴ jornalístico não é uma invenção destinada apenas à informação. Seu sentido se encontra num lugar mais profundo, inseparável do poder, que o faz existir. Nesse sentido, longe está de ser mera narração do acontecido. É também sua invenção, sua transformação em algo dizível e, como tal, inteligível ao outro.

Ainda que não seja muito comum, procuramos aqui abordar também as emoções transmitidas pelas notas jornalísticas. Através de tons sarcásticos ou irônicos, metáforas e comparações é possível acessar para além dos fatos noticiados, ver através do “discurso verdadeiro e neutro”.

Como já pontuamos anteriormente, as formações discursivas são históricas e linguísticas, o que torna possível uma inteligibilidade deste discurso é justamente compreendermos sob quais cenários ele fora produzido e a quem ele se direcionava. A partir

²⁴ Pensamos estilo aqui conforme apresentado por Peter Gay (1990), para quem o estilo não é só forma. “O estilo ele escreve – molda e é moldado pelo conteúdo”.

dessas análises, podemos aprofundar os sentidos que não estão dados e nem tampouco são óbvios.

Dessa forma, começamos a compreender que a experiência e o discurso sobre crimes e violência são diferentes da nossa realidade atual porque a conjuntura histórica-linguística era outra, os significados narrativos são operados dentro desse âmbito social. Seria preciso imergir nessa sociedade para compreender totalmente o que eles *sentiam*.

Os afetos e emoções, ao nosso ver, são importantes para nos ajudar nessa aproximação imagética sobre o passado. Sabemos que é impossível recriá-lo e acessá-lo “tal como foi”, porque ainda sim, os passados também são diversos, jamais encontraríamos uma totalidade, contudo, dentro dessas limitações observamos a força das emoções para a constituição das representações. Não raro, os jornais apelam diretamente ou indiretamente às emoções das pessoas, seja com a finalidade de enaltecer ou repudiar ações da população.

No caso que analisaremos a seguir, trata-se de um delito grave, que fulgurou nas páginas do jornal, não sendo noticiado na coluna aqui analisada (Chronica da Cidade), mas que mereceu uma longa e detalhada matéria sobre ele.

3.2.1 Crime Bárbaro

A longa reportagem do dia 13 de agosto de 1930, em letras grandes e com foto do acusado, narrava com detalhes um crime bárbaro: a violação de uma criança de seis anos por um homem de 21 anos.

Figura 3 – Bestial e Deshumano



Fonte: Correio do Ceará, 13 de agosto de 1930.

Vários pontos chamam nossa atenção neste caso. A gravidade do delito justifica a atenção dada ao acontecimento, em contraste com os que surgiam na coluna *Chronicas da Cidade*, mais costumeiros e ordinários e tratados comumente sob a ótica da leveza, do humor, esse crime parece ser uma cruel exceção. Não se tratava de roubos ou desavenças entre vizinhos, mas de uma violação sexual de uma criança.

Dessa forma, o jornal apela para vários adjetivos como “monstro”, “bestial”, “individuo sem alma e sem coração” para despertar a atenção e a emoção dos leitores para este fato condenável. A reportagem é longa e traz detalhes da vida pessoal do acusado e do delito:

BESTIAL E DESHUMANO

A história asquerosa de um monstro

No decorrer no dia de hontem registrou-se um facto tristissimo e revoltante que, aberrando de todos os sentimentos de humanidade, clama punição severa para o seu autor.

Trata-se de um individuo sem alma e sem coração, empolgado por instinctos inferiores, indignos de um ser humano. (Correio do Ceará, 13 de agosto de 1930, p. 7).

Nesse trecho inicial da reportagem, a forma que o jornal trata do caso é importante de ser analisada. Claramente, o veículo toma uma posição, derrubando toda a ideia de imparcialidade. As escolhas das palavras são fortes e mais do que simplesmente noticiar o ocorrido, busca despertar as emoções dos leitores, não à toa, refere-se ao incriminado como *monstro e individuo sem alma e sem coração*, ao “desumanizar” o acusado, retira-se dele a capacidade de *sentir*, a não ser de forma instintiva.

Ora, é como se apenas aqueles que não fossem dotados de *emoções* fossem capazes de cometer tal ato. A humanidade, portanto, segundo o jornal, perpassa (também) pelos sentimentos, pelas emoções, coisas que aparentemente o rapaz acusado de violar uma criança não tem, haja vista que transgrediu não somente o corpo, mas a pureza infantil.

Assim, o periódico *clama uma punição severa* para este individuo desumanizado de *instintos inferiores*. O Código Penal de 1890 que vigorava à época estabelecia que:

CAPITULO I

DA VIOLENCIA CARNAL

ART.266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena – de prisão cellular por um a seis annos

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Certamente, o autor da reportagem teria acesso à lei, mas não é a ela diretamente que recorre para *clamar* por justiça, mas a um forte apelo emocional aos seus leitores. No decorrer do texto, isso torna-se evidente, não por acaso também a publicação da fotografia do acusado, que permitia, sobretudo, tirar do anonimato o suposto criminoso, além de fornecer informações pessoais como filiação, dados empregatícios, estado civil e residência. Sempre no intuito de repudiar veementemente o ato:

Casado com D. Francisca Barbosa de Oliveira, Raymundo Baptista não trepidou em atirar ás faces da esposa. A lama do seu crime, deshonrando o seu proprio lar com uma ignóbil acção.

Apezar de casado, a hyena humana, mantinha no coração eivado de impudicícia, os instictos perversos da libertinagem desvairada, não respeitando sequer a candura angelical de tenra creacinha (Correio do Ceará, 13 de agosto de 1930, p. 7).

É pelo discurso moralizante que o jornal acusa e defende. Se por um lado ele aponta os comportamentos perversos e desonrosos de Raymundo Baptista, ele procura enaltecer as boas condutas morais da família da vítima para endossar a inocência da criança:

A compaixão nos faz calar o nome da pequena victima, atirada ao infortúnio, a innocencia manchada da impureza do vicio, inconsciente, coitada, da grande desgraça que a infelicitou.

Bem perto da residencia de Raymundo Baptista, residia honrada família cujo regaço, um anjo de innocencia, com seus sorrisos, inebriava de santas alegrias, aljofrando com a pureza de sua idade, o lar feliz dos seus progenitores.

Raymundo Baptista conhecera-o e fizera-se seu amigo, como uma fera traiçoeira, que espreira a victima (Correio do Ceará, 13 de agosto de 1930, p.7).

Como já falamos anteriormente, a produção discursiva depende de sentidos que são atribuídos às palavras a partir de seu contexto histórico linguístico. Por essa matéria, percebemos o uso de vocábulos antônimos para demarcar justamente os lados opostos do acontecimento.

O violador, caracterizado como uma *Hyena humana* ou *fera traiçoeira*, o que quer dizer que era um monstro, apesar do ar de sorriso, espreira e se utiliza da intimidade e confiança da criança e sua família *honrada*, para praticar o crime. A vítima, por sua vez, é retratada como um *anjo de innocencia*. Como citado na notícia, os dados da vítima foram preservados, logo, não sabemos de mais detalhes, no entanto, a partir das informações fornecidas sobre o acusado, sabemos que era sua vizinha, logo deveria residir também na rua Barão de Aratanha, ou nas suas proximidades. O que de certa forma, torna a vítima identificável.

É interessante notar o empenho e os detalhes concedidos pelo periódico a fim de sensibilizar a opinião pública contra tal crime, especialmente se recordamos o cunho moralizante da religião que está presente nele. Toda a narrativa baseia-se em tornar Raymundo

um monstro desumano. Percebemos como a criação imagética e representativa é importante para validar o Discurso.

A reportagem não tem a função apenas de informar sobre os fatos, mas, sobretudo um papel importante de recriar o drama da família da menina e realçar os *instintos* animais do criminoso. Não se trata apenas de clamar por justiça, é necessário também expor o acusado e infringir-lhe uma derrota moral pública. Mesmo que após as investigações, porventura, o acusado fosse considerado inocente pela justiça, o “julgamento” social já teria sido proferido pelo veículo de imprensa.

Ainda neste sentido, o registro também exerce a tarefa de reforçar a importância da moralidade e da civilidade para a constituição de uma sociedade harmônica e pacífica. Sujeitos como Raymundo Baptista deveriam ser expostos para que constrangessem outros a praticarem crimes e para alertar a outras famílias sobre a vulnerabilidade que elas também poderiam estar expostas. Há aqui algo como o suplício de Damiens, conforme descrito por Michel Foucault (2012), na abertura de seu *Vigiar e Punir*. Essa exibição pública do criminoso, novamente, reforça o sentimento de alerta, a dimensão pedagógica e exemplar que não nos deixa esquecer o resultado, o destino, que aguarda aqueles que cometem crimes.

O jornal frisa a proximidade do acusado com a vítima e sua família e como ele aproveita dessa situação para atacar a inocente criança. Impossível não remeter às fábulas e contos de fadas que através de arquétipos remetiam aos perigos que as crianças, inocentes, estavam expostas, desde Chapeuzinho Vermelho ao Flautista de Hamelin (PACHECO, 2011).

Traçando um paralelo entre os contos infantis e a narrativa jornalística citada podemos compreender a importância do imaginário para a constituição dos sentidos e, por consequência, as formações discursivas atuantes na sociedade da época:

É bom lembrar: na análise de discurso não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. [...] Por isso a análise é importante. Com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito (ORLANDI, 2003, p. 42).

Ou seja, o jornal alimenta e é alimentado por uma série de fatores imagéticos e simbólicos que permeavam a sociedade da época que tornam esse discurso possível e acessível. Para além da prática do crime, uma função importante é a construção narrativa do caso que extrapola o relato objetivo e imparcial sobre ele.

Dessa maneira, compreendemos que o próprio conceito de crime é uma construção histórico-cultural que tentaremos apreender. Para além dos conceitos jurídicos de crime e infrações, buscamos neste trabalho alargar as fronteiras e observar como as nuances e as brechas se constituíam no cotidiano citadino.

Na letra da Lei, teoricamente, todas as irregularidades penais deveriam ser punidas de forma isenta e imparcial, por órgãos públicos que garantissem a transparência e legitimidade do processo. Contudo, o que é possível observar analisando as páginas dos jornais, é aquilo que escapa, a imperfeição, os desvios que constituem a vida real das pessoas. É o ordinário que nos interessa.

No entanto, esse “ordinário” também é construído e desconstruído, não apenas pelos registros deixados e aqui utilizados como fontes, mas pelo próprio olhar e escolhas da pesquisadora. Dessa maneira, as análises que pretendemos até aqui e a partir daqui se referem à desconstrução dos discursos proferidos pelos jornais, sobre quem e como eles falam, por entendermos o poder, em suas diferentes dinâmicas e formas, que as mídias exercem para a construção da sociedade.

Como bem pontua Orlandi no trecho supracitado, o imaginário tem força, e é especialmente com ele que as narrativas jornalísticas atuam, como podemos observar nesses relatos brevemente exposto aqui. Desde as infrações mais simples, citadas numa coluna que buscava relatar esses pequenos desvios, até delitos graves como o caso de violação de uma criança, o que percebemos é o jogo de imagens apresentadas no discurso, porém, nosso desafio é espiar para além do que está posto.

Se por um lado o periódico expõe nuances, por outro ele também silencia. Não sabemos, por exemplo, as versões dos sujeitos noticiados. Mesmo no caso de Raymundo Baptista, que ocupou bastante espaço no vespertino, não ouvimos a voz do acusado; do mesmo modo, também não temos as falas dos familiares da vítima, não sendo possível, através dessa fonte unicamente confrontar discursos, ter outras perspectivas. Como tratamos no início deste capítulo, a incongruência também é um aspecto importante a ser observado nesta fonte.

A escolha que o veículo toma ao tratar de um assunto é significativo para entendermos de onde e para quem ele está comunicando: principalmente reforçar a ideia de família e a imagem de lar para seus leitores, ou seja, tudo que desviasse dessas normas e oferecessem risco à paz familiar e a própria segurança dos membros deveria ser fortemente combatido. Sob essa perspectiva de defesa da moral, da honra da família e dos bons costumes, um dos assuntos mais recorrentes que surgem em suas páginas é o alcoolismo e suas consequências, especialmente para o ordenamento social. Sobre esse tema, discorreremos no tópico a seguir.

3.3 ALCOOLISMO

Entre as notícias mais recorrentes no *Correio de Ceará*, está, sem dúvidas, o abuso do álcool. São numerosos os relatos encontrados diariamente. A maior parte das notas encontradas na citada coluna *Chronicas da Cidade* trata justamente de homens e mulheres que enfrentavam esse problema.

Desde 1967, o consumo compulsivo do álcool já é reconhecido como doença pela Organização Mundial de Saúde e recomenda-se desde então o tratamento com múltiplos acompanhamentos terapêuticos e médicos, sendo visto como uma questão de saúde pública. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, não era assim que as pessoas que conviviam com essa doença crônica eram vistas.

No geral, sujeitos que lidavam com o alcoolismo eram tidos como vagabundos, desordeiros e desocupados. Estas pessoas eram, recorrentemente, recolhidas à cadeia e conseqüentemente, passavam a ser figuras constantes nos noticiários. As mais contumazes já eram personagens fiéis dessas notas que reprovavam tais hábitos e exortava por uma vida mais regrada. Dentre tantas, “Rapozinha” é, entre os anos pesquisados, uma das personagens mais frequentes nas notas policiais:

A <<Rapozinha>> presa e alcoolizada fere a um guarda que baixa a enfermaria
Mulherzinha incorrigível, desordeira e perturbadora da ordem, a conhecida Anna Maria de Jesus, mais vulgarmente conhecida pelo apelido de <<Rapozinha>>, vive no mercado publico e suas cercanias.

Raro é o dia em que a terrível alcolatra não promove desordens por ali.

Quarta feira ella estava insuportável, tanto insultando com gestos como com palavras de mais rude pornographia.

O guarda Damião, de serviço no mercado, foi obrigado a chamal-a a atenção pelos desatinos que vinha praticando, offendendo a moral publica.

O mantedor da ordem conseguiu retiral a do mercado da carne e ia levando-a , mas chegando no local dos vendedores de ferros velhos, sem que o guarda presenciase, eis que a <<Raposinha>> lança mão de um martello e investe contra ele, fazendo-lhe dois grandes ferimentos na cabeça.

Banhado em sangue, o guarda, com uma calma até admirável, conseguiu desarmar a desordeira e conduzil a á delegacia do 1º districto onde ella trancafiada num xadrez, mas insultando todos quantos estavam naquelle departamento de policia (Correio do Ceará, 21 de março de 1931, p. 5).

Com tal riqueza de detalhes nessa descrição, não é difícil imaginar a cena, narrada sob a perspectiva do repórter da *Chronicas*, possivelmente com os relatos do próprio e de outras pessoas que presenciaram o ocorrido. Como podemos notar, *Rapozinha* já era bem conhecida tanto pela polícia, quanto pelas páginas deste diário. Era, portanto, uma das personagens que assinalavam a paisagem citadina da Fortaleza daqueles anos.

De fato, seu nome figura em muitas reportagens e suas prisões eram frequentes, no entanto, este incidente foi mais grave pois gerou o ferimento de um guarda. Alguns dias depois,

a mesma coluna noticiaria que Anna de Jesus fora processada e que possivelmente sua estadia na prisão seria mais longa do que o de costume: “Desta vez a <<Rapozinha>> irá passar algum tempo na Cadeia, sendo até possível que se corrija, pois terá de fazer um jejum alcoólico, pelo menos durante o tempo que estiver ali, no presidiário (sic)” (Correio do Ceará, 24 de março de 1931, p. 5).

O que se destaca nesse relato é a relação entre crime e cotidiano. Mesmo sendo o alcoolismo uma conduta social reprovável, mesmo sendo a Rapozinha reincidente em tal conduta, o que pesa mesmo para sua prisão se alongar é o fato de, dessa vez, ter atentado contra um agente do poder público.

Contudo, retomando à primeira citação alguns pontos são importantes para nossa análise. Inicialmente, como já tratamos, a recorrência das detenções. Fica evidente que ela – e outros – eram “hóspedes” contumazes do xadrez, especialmente porque junto com a *carraspana* essas pessoas eram apontadas como desordeiras, logo, não poderiam ficar livres para causar transtornos na ordem pública.

Neste sentido, entendermos o significado de *ordem* para aquela sociedade se faz mister para que possamos compreender por que essas pessoas eram vistas como um perigo eminente para a construção imagética de uma cidade que ansiava pelo status de *moderna*. Assim, corroboramos com a análise de Daniel Gonçalves (2011, p. 13) sobre essa tentativa de controle e ordenamento que a elite fortalezense cobiçava:

O conceito de ordem social não significava consenso social, ou aquela que viria pela diminuição das desigualdades ou do debate e da mudança da estrutura social produtora da desordem, muito menos mediação e resolução de conflitos, mas sim da atividade policial de investigação, suspeição, investigação (sic) e repressão ou contendo as tensões sociais. Desde então, ordem seria presença de polícia, desordem sua ausência.

E aqui, uma relação de contraste se mostra interessante: de um lado, a mulher bêbada, vulgar e desordeira, de outro, o homem *mantendor da ordem*, trabalhador. O guarda desempenha o papel não apenas de um servidor público qualquer, mas representa uma autoridade do Estado, um zelador da ordem e da moral, por isso, a agressão que ele sofre, não se direciona apenas ao corpo físico do cidadão, mas fere simbolicamente também esses valores que ele tem que assegurar.

Diante disto, o periódico inclusive destaca a *calma até admirável* que o agente público tem para desarmar a mulher e conduzi-la à delegacia, deixando subentendido nas entrelinhas que caso ele houvesse reagido com alguma violência seria totalmente compreensível e até esperado, por isso a “surpresa” diante de tal comportamento. Mesmo quando detida, Anna de Jesus continua com os xingamentos, possivelmente sob efeito do álcool.

Com base em outras reportagens semelhantes, percebemos que eram comuns que ocorressem essas detenções de alcoolistas que perturbavam a pretensa ordem da cidade, porém, essas prisões duravam apenas uma noite e logo estas pessoas eram postas novamente em liberdade, geralmente quando recobravam o estado de sobriedade, mesmo que dias depois voltassem a “visitar” o cárcere.

O índice de reincidência chama a atenção nas páginas do noticiário. *Rapozinha* é um exemplo dessas “figuras públicas” que com seus corpos e comportamentos colocavam em xeque os padrões sociais estabelecidos pela Igreja, pela Burguesia e pelo Estado e ecoados pela imprensa.

Como já citado anteriormente, apenas na década de 60 do século XX, o uso compulsivo de álcool é reconhecido como doença pela OMS, com indicações de tratamento em redes de saúde, no entanto, como observamos na notícia posterior a essa prisão de Anna de Jesus e seu consequente processo, o jornal até aponta esse período (de cárcere) como uma oportunidade de *correção*, tendo em vista que ela teria que passar por um momento de abstenção forçada. Certamente, esse “tratamento” não funcionou, pois em alguns dias, ela já estaria novamente povoando as ruas da cidade e as páginas do mesmo diário.

Contudo, o consumo de bebidas alcóolicas não se restringia aos adultos, o jornal noticia um caso de uma criança que, pelo que podemos supor, também já era frequentador da cadeia e das notas policiais da cidade:

<<Cachacinha>> progredindo no caminho do erro

O menor Francisco Lima Vieira da Silva, de 12 annos de idade, que se faz conhecer no meio dos malandros e da policia pelo appellido de <<Cachacinha>>, cada dia que passa mais assustadoramente progride na estrada do erro e da perdição.

Com seus 12 annos, Francisco Lima, é um alcoolatra inveterado, alem de possuir na sua formação psychica os mais negros instictos. O <<Correio do Ceará>>, numa das suas reportagens, noticiou a selvageria praticada pelo <<Cachacinha>>, que com 1 pedra de quase 2 kilos, tentara esmigalhar a cabeça de uma criancinha de 2 annos de idade, que ficara aos seus cuidados.

Esse degenerado menor continua a receber suas prisões tendo as ultimas como causas furtos que elle vem praticando.

O <<Cachacinha>> foi conduzido ante hontem á 2.a delegacia accusado como auctor do furto de 34\$000 pertencentes a uma empregada da residencia do dr. Baptista de Oliveira.

Perante o inspector Sampaio, confessou o menor ser sua a realização do *feito* aludido, acrescentando que, do producto dele, só restavam 28\$000, o outro saldo já havia empregado em diversas compras.

A dona do dinheiro surrupiado pelo <<Cachacinha>>, já recebeu o dinheiro apprehendido pela policia (Correio do Ceará, 2 de fevereiro de 1933, p. 6).

Ao contrário do caso de violação, onde o periódico omite o nome da vítima, menor de idade, no caso de Francisco Lima, a identidade é revelada.²⁵

O apelido dado à criança já é bem revelador: com apenas 12 anos o menor tratado por *Cachacinha* já era bem conhecido entre os *malandros* e a polícia, mais detalhes sobre sua vida não nos é fornecido, não sabemos onde morava, se tinha ou não família, porém, baseados em outras notícias não é difícil supor que fosse mais uma das centenas de crianças e jovens que viviam nas ruas da cidade, causando asco e pavor aos olhos da sociedade alencarina conservadora e pretensamente “moderna”.

É possível que “Cachacinha” fosse uma personagem cuja existência se entrelaça numa teia maior de história dessa cidade. Como alerta Frederico Neves (2000), o tecido social da cidade tinha tramas tensas. A imensa desigualdade social que permeava esta capital, agravada pela imensa quantidade de retirantes das secas que aqui chegavam trazendo consigo a miséria que muitos preferiam não ver, tiveram, como resultado, o deslocamento dessas pessoas para lugares insalubres ou para a própria mendicância.

Não sabemos, contudo, qual a origem de Francisco Lima nem os motivos que o levaram tão cedo ao abuso de álcool e às práticas criminosas, no entanto, certamente o fator social interfere diretamente nestas consequências. Porém, o jornal não trata sobre isso, ao contrário, para ele, o garoto além do hábito de beber possui na “sua formação psychica os mais negros instintos”.

O discurso biologizante higienista estava em alta à época, baseados no Darwinismo Social e em outras teorias, esse enunciado buscava justificar comportamentos considerados impróprios ou imorais para uma sociedade evoluída a partir de aspectos “biológicos” que se manifestavam em raças ou populações “inferiores” e diante disso, demonstrava que certos indivíduos seriam *naturalmente* propensos à criminalidade, alcoolismo, vagabundagem ou quaisquer outras condutas que fugisse à “normalidade”:

O Darwinismo Social estava alicerçado nas ideias de Charles Darwin, a qual acreditava que os indivíduos estariam numa constante luta pela sobrevivência e, apenas os mais adaptados e fortes teriam vantagens, como longevidade, inteligência e qualidade de vida, sobrepondo-se aos indivíduos considerados biologicamente fracos. O lombrosianismo faz parte da ideologia propagada pela sociedade científica que disseminava a animosidade étnica e a noção da hereditariedade criminosa ao conhecimento popular (SANTOS, 2008, p. 52).

²⁵ Apenas em 1990 com a regulamentação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, leis próprias garantem que em casos como este, o menor seja preservado e não identificado.

O jovem Francisco é assim considerado um exemplar dessa “animosidade étnica”, dado como *degenerado*. O futuro parece traçado e o determinismo social o aponta como selvagem, capaz de atos inescrupulosos, ainda que não saibamos com detalhes o que aconteceu e não tenhamos a versão do menor.

No entanto, o jornal não se dedicava apenas em noticiar as prisões decorrentes dos transtornos causados por *desordeiros bêbados*, ainda utilizando o discurso pretensamente *científico*, também dedicava espaço para que importantes figuras públicas e autoridades da área de saúde decorressem sobre os malefícios que o uso contumaz e desenfreado de bebidas alcoólicas causava para o indivíduo e para a sociedade.

No dia 19 de outubro de 1931, o diário anunciava a “Semana anti-alcoolica” e nos dias seguintes, uma série de três artigos assinados pelo farmacêutico, sanitarista e escritor Rodolpho Theófilo dissertavam sobre os problemas causados pelo vício no álcool. No primeiro artigo, o escritor se refere às dificuldades políticas que entravam o combate ao alcoolismo, apontando que o interesse econômico de grupos como os donos de alambiques prejudicava quaisquer tentativas, impetradas inclusive por ele pessoalmente, de leis que restringissem o acesso às bebidas alcólicas:

Aproveitando a reunião da Assembléa do Estado, dirigi-me ao Presidente do Ceará e pedi leis contra o alcoolismo. O Chefe do Executivo, com sua visão nitida de espirito superior e culto, aplaudiu a minha idéa, mas nada fez porque entre os senhores deputados havia destiladores, que, uma vez diminuído o consumo da aguardente, seriam prejudicados em sua receita. Procurar demovel-os (sic) de sua orientação pecuniária seria trabalhar em pura perda. O egoismo é a lepra que mais corroe e infelicita a humanidade. Que importava aos alambiqueiros que o genero humano continuasse a degradar se cada vez mais, a apodrecer pelo mais nefasto dos vícios si em suas bolsas entravam algumas patacas? Assim perdi todo o meu esforço... (Correio do Ceará, 20 de outubro de 1931, p. 3).

Theófilo era um farmacêutico e intelectual que conhecia bem as incongruências da capital²⁶. Frequentava espaços como a Assembleia e os campos de concentração onde os flagelados da seca eram amontoados. Esse início da sua discussão sobre o problema do alcoolismo na cidade aponta algo que, se não era novidade, tampouco era apresentado de forma explícita nas notícias que o jornal estampava em suas páginas.

Ele faz questão de *radicalizar* a discussão, no sentido de ir até o cerne da questão para explicar ao leitor sobre a profundidade do problema do alcoolismo. Sabe que os interesses econômicos e políticos de um grupo se sobrepunham à possibilidade de evitar mais prejuízos à

²⁶ E do capital. Afinal, se por um lado burgueses queriam uma cidade moderna e burguesa, livre dos desordeiros de toda espécie, eram, por outro lado, os empresários do ramo das bebidas alcoólicas quem impedia que tais produtos fossem de fácil acesso, inclusive para jovens, como no caso de “Cachacinha”.

saúde das pessoas. O lucro estava (está) acima da vida. Assim, ele reconhece que não adiantaria apelar para a *sensibilidade* dos usineiros, pois eles não renunciaram seus lucros em prol da saúde das pessoas.

Rodolpho Theófilo foi uma das mais importantes vozes da época que utilizavam sua relevância social para denunciar os abusos e violências de grupos privilegiados sobre os empobrecidos e desfavorecidos. Desde a campanha contra o alcoolismo ao combate aos campos de concentração e o esforço pessoal de vacinar contra a varíola milhares de retirantes, evitando um surto e uma tragédia ainda maiores nas épocas de seca e de grande concentração de pessoas, em situações sanitárias péssimas, em Fortaleza.

Assim, reconhecer a figura desse homem é importante para entendermos um pouco os motivos dele ter espaço midiático para escrever sobre esse assunto num veículo que evita, a todo modo, se indispor com os poderosos. É interessante observar as várias camadas que formam a complexidade humana e, conseqüentemente, social. A luta dos interesses que abrem e fecham caminhos que parecem opostos, mas que precisam da contradição para manter-se.

Todavia, além de um sujeito com preocupações humanistas, Theófilo também era um cientista e seu discurso se pautava sobretudo no método científico e biologizante da época. Na segunda parte do seu artigo, publicado em 21 de outubro de 1931, o farmacêutico discorre sobre as implicações biológicas do alcoolismo, apontando que um “alcóolatra” (sic) estaria mais exposto aos riscos de enfermidades e que teriam menos chances de responder aos tratamentos e sobreviver. Aponta que as profilaxias deveriam caminhar juntas com o combate ao alcoolismo: “De que serve curar um *bichado*, si amanhã este volta a beber, a depauperar se e, portanto, apto a contrahir de novo a anquilostomo (sic) ou outra e qualquer enfermidade?” (Correio do Ceará, 21 de outubro de 1931, p.3).

Continua a denunciar a falta de interesse e empenho dos governos em lidar com essa questão e exalta a iniciativa de particulares, enumerando os diversos empreendimentos desse tipo de organização que lograram êxito em suas lutas e que no caso do combate ao alcoolismo, esse seria o caminho diante da ineficiência governamental.

O escritor reconhece o vício em álcool como uma doença e relata a dificuldade de abandonar o vício por conta própria e das conseqüências que isso causa tanto para o indivíduo como para a sociedade:

O vicio da embriaguez é uma nevrose, bem sei. Não sei si ha enfermos que se curassem pelo poder da vontade.

A grande maioria, a quasi totalidade deixa vencer se pelo alcool e, subjugada, acovarda-se consciente da sua desgraça, de sua impotencia, de sua abjecção e vae caminhando do hospital ao carcere, ao manicomio (Correio do Ceará, 21 de outubro de 1931, p. 3).

A partir da referência às instituições (hospital, cárcere, manicômio), Theófilo destaca, em níveis, a degradação humana a que o álcool acaba por submeter o sujeito. Antes de um discurso moralista, achincalhador ou condenatório, suas palavras destacam o processo de perda do controle sobre a própria vida a que os alcoolistas são submetidos. É como se em cada uma dessas instituições, se descesse um degrau a mais na escada da aceitação social.

Se o alcoolismo, para Theófilo, era uma doença e que o próprio enfermo não teria condições de curar a si por meio da *vontade*, então quais seriam as causas e possíveis tratamentos para este mal que assolava a sociedade? O cientista narra um estudo que realizou a fim de entender, à luz da ciência, os motivos da *nevrose*:

Estudei pacientemente a *psycopathia alcoolica* em um homem do povo. Este infeliz soffria grande desgosto pela sua infelicidade. Aconselhei o diversas vezes e, chorando, me prometia corrigir-se. Qual! Eram promessas de bebado...

Desejando que aquelle homem tão trabalhador, tão amigo da familia se regenerasse , levei-o para nossa casa a passar uma temporada commigo no <<Alto da Bonança>>. Foi durante essa estadia que pude estudal-o a *vontade* e conheci algumas de suas virtudes. Quando o julgui (sic) curado, minha mulher, mandou no pensar dela, celebrar uma missa em acção de graças, que o bebado ouviu e durante a qual comungou com compucção.

No dia seguinte se despediu de nós com lágrimas de gratidão. Voltou á casa. Oito dias, tomou uma formidável bebedeira e espancou a mulher, como tinha feito antes.

Os casos de embriaguez pelo poder da *vontade*, pelo querer, penso, são mal observados. Pode, porventura, a gente curar-se de uma enfermidade nervosa pelo querer? Penso que não. Conheço o poder da alta sugestão; mas não é a ele que se deve attribuir a cura dos bêbados. O que se dá, em meu humilde pensar, nos alcoolicos, que se regeneram, é a evolução de cellulas até então em estado latente, cellulas da *idiosyncrasia* dos bebados. [...]

É que as cellulas do alcoolismo que lhes chegara por herença (sic) ou por atavismo até então em estado latente, agora desenvolveram-se, e o desgraçado tem que cair fatalmente na mais pavorosa das misérias. A idade, a moral, a cultura do espirito absolutamente não dão imunidades alcoolicas. Felizes aquelles em que durante a vida, não evoluíram as cellulas do alcoolismo em seus organismos (Correio do Ceará, 21 de outubro de 1931, p. 3).

Esse relato traz vários pontos interessantes, que podem elucidar algumas questões importantes. Primeiro, notar que o amplo discurso que vimos propagados pelo jornal sobre o alcoolismo como fruto “apenas” de uma falta de moralidade ou como se os inúmeros casos de reincidência no álcool e, conseqüentemente, os “distúrbios” sociais que essas pessoas causavam, fossem produto exclusivamente de um comportamento imoral e de falta de “civilidade” não era uma unanimidade.

Apesar de ser esse o discurso mais difundido na imprensa da época, Rodolpho Theófilo desperta outro olhar para o problema e aponta um caminho científico, ainda que com suas possíveis falhas se observadas a partir da ciência atual, o sanitarista, no entanto, se empenha a

levantar outras hipóteses mais elaboradas que conseguissem, ao menos em parte, dar conta dessa situação.

Ele utiliza um método científico de observação e experiência para levantar uma hipótese que defende nessas linhas. Aponta, primeiramente, que a pessoa estudada possuía *virtudes: trabalhador e amigo da família*, em contraponto ao que vemos nas notas jornalísticas até aqui analisadas que sempre descrevem essas pessoas como *desocupadas, vagabundas e desordeiras*. Esse contraponto levantado por Theófilo é importante, principalmente para aproximar o leitor e apresentar o alcoolista mais como um enfermo, que assim como qualquer outro, não pode ter um controle sobre sua doença, aproximando-o mais da figura de vítima do que de criminoso.

O sanitarista, sobretudo, *humaniza* essa parcela da população que diversas vezes, na própria imprensa, é tratada como um fardo social incorrigível, cujo único destino é a cadeia ou o manicômio. Em ambos os casos, a segregação social, a separação, o envio para o lugar dos indesejados. Ele, entretanto, tenta primeiramente a reabilitação, por alguns dias acompanha o sujeito a fim de recuperá-lo e até uma missa de ação de graças é celebrada para comemorar a recuperação do doente, afinal, apesar de toda a ciência, a religião não poderia ser descartada.

Infelizmente seus esforços não alcançam o efeito esperado e o “paciente” tem uma recaída. Assim o farmacêutico aponta uma explicação biológica: seriam *cellulas do alcoolismo* o motivo para a degradação das pessoas. Não seria, portanto, uma fraqueza moral ou comportamental que levaria os indivíduos ao álcool, mas uma propensão genética, que ele atribui aos recorrentes casos de viciados nessa substância.

Sublinha, até, que essas “virtudes morais” não conferiam imunidade a esse tipo de bebida e que quase todos estavam sujeitos à essas recaídas, tratando-a quase como obra de sorte ou acaso que estas *células* não viessem a se desenvolver em algumas pessoas, inclusive em condições econômico-sociais mais favoráveis.

Apesar das notas jornalísticas exporem quase que apenas pessoas *do povo*, ou seja, cidadãos e cidadãs de origens nas classes mais empobrecidas, Rodolpho Theófilo avalia que essa enfermidade acomete indivíduos de todas as condições sociais e gêneros e que acarretam consequências difíceis em todas elas.

Diante disso, ele é enfático: “Sendo o alcoolismo uma moléstia para qual não é prophylaxia o bom exemplo, a cultura da bôa moral, só há um meio de combatel-o (sic) com efficiencia – o acabamento das bebidas alcoolicas” (Correio do Ceará, 21 de outubro de 1931, p. 3). No entanto, ainda assim existe uma justificativa um tanto elitista, ou melhor, higienista.

Como vimos anteriormente, esse tipo de discurso estava em voga à época, principalmente para explicar (e combater) certos comportamentos das camadas pobres.

Tendo consciência que era quase impossível que sua sugestão fosse acatada integralmente, ele passa a defender que “pelo menos” se suprimisse a aguardente. A justificativa? Era a bebida usual dos pobres. Sendo na maioria dos casos a única que lhes era possível consumir:

Estes venenos [Whiskies, champanhes, vinhos e conhaques] só estão o alcance dos abastados, dos ricos, e estes são em pequeno número. O nosso povo só pode beber a aguardente, e o faz com grande intemperança. Os bebados habituaes contam-se aos milhares. Se ao menos os desgraçados fossem somente os que bebem, mas não é assim. A prole que sae do bebado que é? Criminosos nato e matadores; ladrões, suicidas, epilépticos, loucos, cretinos, a escoria, emfim (sic), da pobre humanidade (Correio do Ceará, 21 de outubro de 1931, p. 3).

Apesar de reconhecer que o alcoolismo está presente em todas as classes sociais, o discurso de Teófilo também aponta para uma certa *higiene social*. Por que apenas os descendentes dos pobres estavam sujeitos à uma degradação moral provocada pelo alcoolismo? Para comprovar sua tese, mais uma vez ele recorre a um “estudo de caso”, em que o filho de um consumidor de álcool reincidente, que apesar de trabalhador, realizava uma série de pequenos furtos.

Mais uma vez, com o espírito de “salvador”, o sanitarista entra em cena e oferece ao rapaz a oportunidade de ser seu empregado, oferecendo-lhe uma *saída* para a vida de miséria que este levava. Por dois anos, logra êxito, no entanto, o final também não é mais feliz que o caso anterior, depois de três recaídas e do serviçal demonstrar arrependimento (“Não se avalia o sofrimento daquele espírito no momento que lhe mostrava a enormidade de sua falta, abusando de minha bondade, de minha confiança”).

Ainda que não duvidemos das “boas intenções” do escritor é importante notar como esse Discurso, assim como os outros propagados pelo jornal, buscam a fundo, um controle dos corpos e uma docilidade destes, como já nos aponta Foucault (2012), especialmente da classe trabalhadora.

Assim, entre vítimas e culpados, os pobres sempre precisam da tutela do Estado, ou de uma alma caridosa para superar o alcoolismo e serem especialmente produtivos e *domesticados*. O que esses Discursos nos apontam é a defesa de uma sociedade ordenada, “saudável” e prolífica, onde cada um desempenhe seu papel social pré-estabelecido sem causar transtornos ou conflitos.

Se alguns defendiam a prisão ou internação compulsória para os *vagabundos*, outros, mesmo entendendo que se trata de uma enfermidade e que a educação e a boa moral nada

podiam diante do alcoolismo, os discursos acabam convergindo para um ponto de repreensão dos corpos. Rodolpho Theófilo termina sua série de artigos com uma súplica generalizada:

Todos nós, grande e pequenos, ricos e pobres, podemos, querendo, ser factores de previdência humana. O humilde taverneiro em sua obscuridade social seria, si quizesse, um agente de primeira ordem na campanha contra o alcoolismo. Pode ser que estas linhas despertem em alguns a caridade para nossos irmãos que se dão ao vicio da embriaguez e acabem em suas bodegas com a venda de tão nefasta bebida. [...]

Os socialistas de nosso meio bem podiam trabalhar para a extinção do alcool, assim realizariam seus ideaes. [...]

Concluindo, faço um apelo a Imprensa, mormente a catholica, para abrir campanha contra o alcoolismo.

De nossa terra partiu a campanha contra o elemento servil: de nossa terra partiram os bandeirantes do Norte que povoaram e civilizaram a Amazonia; de nossa terra parta tambem a mais santa das cruzadas, a guerra contra o alcoolismo (Correio do Ceará, 22 de outubro de 1931, p. 3).

Compreendemos a complexidade e as diversas camadas que constituem uma sociedade. Normatizações e desvios são caminhos incontornáveis na formação histórica de quaisquer povos e culturas. Os Discursos observados até esperam dar conta de uma miscelânea de sentimentos e comportamentos de uma cidade, que como dissemos no início, é formada por vários microcosmos que estão em constante movimento, ora de divergência, ora de convergência, às vezes síncronos ou não.

Percebemos que Fortaleza estava distante da imagem de perfeição ou ordem que alguns veículos buscam passar; é uma cidade com fissuras, imperfeições e contradições. Por um lado, uma elite que ansiava a modernização dos hábitos, costumes e urbanística, por outro, o destino de centenas de refugiados da seca, que vão se amontoando pela urbe, trazendo consigo também seus hábitos e costumes, e, acima de tudo, a vontade de sobreviver.

Os delitos e crimes expostos até aqui demonstram um pouco da ambivalência desta capital, alencarina para uns, de desigualdade para outro. Porém, ainda falta falarmos de mais um “personagem” importante para a tessitura desse cenário de *crimes e castigo*: a polícia.

3.4 POLÍCIA

O jornal Correio do Ceará, ao trazer em suas páginas diariamente as contravenções e delitos, expõe não apenas a situação dos contraventores, mas revela também o papel que a polícia desempenha para a manutenção do Discurso de uma cidade “civilizada”.

É comum vermos nas notas e reportagens elogios feitos ao trabalho dos policiais e delegados pelo esforço de combater as desordens que perturbavam o cotidiano de Fortaleza.

Observamos que comumente a ação policial se concentrava em áreas da periferia, como o bairro Moura Brasil, em *colmeias*, como eram tratadas as casas de mulheres prostituídas e no centro e seu entorno, coração urbano de Fortaleza. Como vimos, sua atuação ia desde os

furtos de animais domésticos aos casos graves de crimes de violações de menores e assassinatos. Segundo Daniel Gonçalves, até a década de 1920 era comum, nas notas de jornais, a polícia não passar de informes rotineiros. Podemos constatar isso analisando algumas notícias breves dos jornais do final daquela década sobre o expediente das duas delegacias da cidade, o horário e os plantonistas de serviços naquele dia. Porém como o mesmo pesquisador aponta:

E foi na década de 1930 que se iniciou uma intensa campanha na criação de uma Polícia de Costumes para Fortaleza. A polícia ficaria com uma dupla função nesse aspecto: instruir a população de como agir e se comportar nos espaços públicos; e reprimir, usando a força quanto fosse necessário contra todos aqueles que não seguissem o padrão do bom convívio urbano, que implicava, decoreto público e civilidades nos costumes (GONÇALVES, 2011, p. 52).

É sob esse contexto de *civilidade dos costumes* que vimos as perseguições aos jogos de azar, mesmo sabendo que os punidos eram apenas uma pequena e frágil ponta de uma rede mais extensa e lucrativa e aos bêbados que vagavam pela cidade, insistindo em ocupar um espaço aparentemente negado a eles.

Afora esses grupos já citados e analisados, outras pessoas que não se encaixam no “padrão civilizado” também eram alvo constante da repressão policial, como constatamos nas notícias a seguir:

A polícia toma medidas sobre a mendicância

Para evitar exploração da mendicância, e bem assim a alluvião de mendigos postados nas vias publicas de maior movimento, a policia acaba de instituir a caderneta de identificação para que os que realmente são necessitados, demarcando uma zona da cidade para a mendicância.

Hoje apresentaram-se no 1º districto para os devidos fins cerca de 30 mendigos, entre os quaes, na maioria cegos e aleijados (Correio do Ceará, 21 de julho de 1930, p. 1).

A identificação dos esmoleres pela polícia

Conforme noticiamos em edição anterior, a policia, afim de evitar aa exploração da falsa mendicancia, estabeleceu o serviço de cadernetas de identidade, que são fornecidas gratuitamente, aos esmoleres.

Até hontem, foram despachadas 54 cadernetas.

Além da medida acima, ficou constituida uma zona especial para os esmoleres, a qual, conforme nota policial, ficou assim designada:

<<1º É prohibido pedir esmolas na parte da cidade que fica dentro das seguintes extremas: Subindo da praia pela avenida Alberto Nepomucemo (tambem conhecida por <<Descida da Praia>>) e rua Conde d’Eu (tambem conhecida por <<Rua de Baixo>>) até encontrar a travessa São Bernardo; dahi, seguindo pela dita travessa São Bernardo, até encontrar a Rua Tristão Gonçalves (também conhecida por <Trilho de Ferro>>, dahi, descendo pela dita rua, até encontrar a rua dr. João Moreira (também conhecida por <<Rua da Misericórdia>>); dahi descendo pela mesma (pela S.Sasa) até á praia, dahi pela praia até encontrar a avenida Alberto Nepomucemo.

2º Cada esmoler deve levar sempre consigo a caderneta, afim de mostral-a aos guardas e ás pessoas a quem pede esmolas.

3º - Toda vez que um esmoler mudar se de casa, deve avisar ao encarregado do registro, que lhe deu a caderneta, dizendo para que casa se mudou (Correio do Ceará, 31 de julho de 1930, p. 2).

Dez dias separam as reportagens sobre o controle da mendicância na urbe. A primeira apresenta um aspecto mais geral de tal medida, que buscava *evitar a exploração*, ou melhor, esconder esses corpos indesejados, por vezes, de pessoas com deficiências se não da cidade toda, pelo menos em parte.

Tudo aquilo que se apresentava como “anormal” ou incivilizado buscava-se afastar do coração da cidade, o centro, onde residiam a elite e onde pulsava o comércio. A delimitação geográfica para uma área livre de mendigos demonstra isso, porém, apenas afastá-los não seria suficiente, era preciso conhecê-los, fichá-los, tirá-los do anonimato que os fazem invisíveis no meio da multidão para que pudessem ser facilmente reconhecíveis. Por quê?

Certamente, uma das hipóteses mais fortes, de tanto investimento em inteligência investigativa e reconhecimento dessa população seria a prevenção em quaisquer movimentos que arriscasse a ordem provocados por essa população. Como demonstrado por Gonçalves (2011) a polícia agiria em duas frentes, preventiva e corretiva. E a melhor maneira de prevenir seria manter uma vigilância constante em grupo tão heterogêneo e populoso como os “esmoleres”.

As regras eram nítidas, estes seriam cadastrados e receberiam uma caderneta de identificação que deveria ser apresentado às autoridades e pessoas a quem pediriam esmolas, tornando-se assim, quase que mendigos “regularizados”, além disso, deveriam manter-se distante da área delimitada e manter suas informações pessoais atualizadas.

Podemos inferir que tal atitude não obteve a adesão esperada, pouco menos de 60 pessoas realizaram tal cadastro no período citado, além das notícias se multiplicarem e a queixa do jornal nos anos seguintes continuaram a se referir aos “problemas” que os mendigos traziam à cidade, especialmente durante os anos de seca quando Fortaleza recebia centenas de camponeses fugindo da estiagem (SILVA FILHO *apud* GONÇALVES, 2011).

Ainda em 1930, uma longa reportagem busca justificar o aumento dos gastos do Governo em Segurança Pública:

Alguns jornaes se têm ocupado, á cata de actos officiaes que criticar, do augmento do effectivo da Força Publica, em virtude da criação da quarta companhia do 1º Regimento Policial. [...]

O augmento do effectivo da Força Publica – que se fez com assento na faculdade que conferira ao governo o § único do art. 2º da lei 2.739, de 4 de novembro do anno passado – era providencia que se impunha á vista da insufficiencia da mesma Força para attender ao serviço de policiamento dos 83 municipios do Estado, inclusive o de guarnecer as respectivas cadeias.

Era, com efeito, tamanha essa insufficiencia, que havia municípios onde não se encontrava, naquella epoca, uma única praça destacada, circumstancia que tornava precaria a acção de defesa social e de repressão de delictos. Ainda agora, mesmo depois da organização da nova companhia, ha sédes de municípios garnecidas com uma só praça e a maioria o é apenas com duas (Correio do Ceará, 19 de agosto de 1930, p. 5).

Essa nota foi redigida pela própria Secretaria de Segurança em resposta a possíveis críticas publicadas pelo jornal “Gazeta de Notícias”, o que corrobora com a ideia de ser o *Correio* um veículo alinhado ao Estado, tendo em vista que é através dele que um órgão oficial do Governo resolve se pronunciar e justificar os investimentos.

Percebemos que a questão da segurança e do ordenamento não estava restrita apenas à capital, mas se entendia a todo território cearense, sendo uma preocupação do presidente manter essas cidades guarnecidas, até mesmo para evitar a invasão de *bandoleiros*. Lembrando que essa época invasões de cangaceiros ocorriam na região, atacando preferencialmente municípios do interior.

Dessa forma, o Governo busca justificar os valores gastos no aumento do efetivo policial, mas não apenas. No mesmo texto é listada as outras melhorias que seriam realizadas com esse orçamento, desde a tratamentos médicos e funerais à aquisição de uma oficina de tipografia para a Cadeia Pública da Capital.

No entanto, essa modernização das forças policiais não ocorria de forma equilibrada e não atingia todos os setores de forma equitativa. Apesar do longo texto que rebatia as críticas, é inegável que nem todos foram beneficiados por essas “melhorias”:

As reformas fundamentadas num policiamento “moderno”, preventivo, científico, aparelhamento técnico policial, com a publicidade da ordem nas construções e prédios ostentosos espalhados pela cidade de Fortaleza e interior, esqueceu o policial em plena rua, nas interações com o público, enfim, esqueceu o sensível da polícia: o policial pobre, sem segurança financeira de trabalho, sem carreira, sem profissionalização, tendo que civilizar e reprimir muitos daqueles que eram de sua mesma classe social, policiais também muitas vezes corruptos, violentos, estranhos aos discursos oficiais de modernização da polícia e aos regulamentos oficiais, herdando uma tradição de autoritarismo e repressão da polícia que vinha desde o século XIX (GONÇALVES, 2011, p. 82).

Apesar de no caso específico do periódico aqui analisado não ser muito comum as denúncias de violências por parte da polícia, algumas ocorriam, mas é interessante perceber que não é a voz da vítima que o jornal procura ouvir, mas a justificativa da Secretaria de Segurança Pública, que assegurava uma rígida investigação do ocorrido (*Correio do Ceará*, 1930).

Aliás, notamos que durante este ano a referida secretaria ocupa uma coluna fixa no diário, um canal direto com o leitor, sendo as notas redigidas pelo próprio órgão e apenas publicado pelo jornal. Nos anos seguintes, não observamos a continuidade dessa coluna, assim os crimes passam a ser noticiados em outras seções do jornal, a depender da gravidade do tema.

De modo geral, o *Correio do Ceará* se comporta mais como um propagador do Discurso oficial de modernidade e ordenamento social, atuando mais a favor do que contra a

polícia, majoritariamente elogiando o trabalho dos policiais, sobretudo os delegados que “não poupavam esforços” para garantir a segurança do bom cidadão fortalezense. Não era de estranhar que fosse assim. Peça na engrenagem do poder, a polícia funciona como protetora da ordem, portanto, como defensora do próprio Estado que a faz existir.

Quem deveria temer a lei e a polícia eram aqueles e aquelas que não se adequavam às normas, e eram eles que eram sistematicamente perseguidos e controlados pelo Estado através da sua força de segurança. Como podemos notar, isso não ocorria da maneira idealizada e as fraturas sociais seguiam expostas.

Muitos destes sujeitos seguiam invisibilizados, sendo tratados apenas como desordeiros, não é através do jornal que ouvimos suas vozes, ainda que seus sussurros sejam captados através das suas contravenções que teimava em disputar e realizar uma cidade para além do ordenamento e das regras da “boa conduta e convivência”. Mas a reverberação faz com que saibamos, por outros caminhos, algo desses sujeitos silenciados e usurpados do direito de se dizerem a si mesmos.

Não havia um limite rígido, tudo era maleável e constantemente construído e destruído, ignorando os apelos e a força do Discurso normativo. Vemos que o espaço que a notícia ocupava dependia diretamente da gravidade e de quem era atingido, infelizmente não pudemos analisar um a um detalhadamente. O volume de notícias e notas sobre delitos é enorme, se pensarmos que se tratava das primeiras décadas do século XX.

Isso comprova a intensa movimentação e desigualdades que permeavam a “Capital de um pavoroso reino” (NEVES, 2000). Desde os simples delitos aos assassinatos e violações ou tentativas de fugas de criminosos, podemos vislumbrar e só podemos imaginar como era essa sociedade, sabendo das limitações da nossa capacidade de apreender todas as contradições e riquezas. A história transborda. Há dimensões que ultrapassam nossas habilidades de compreensão e julgamentos.

Além dos Discursos dos periódicos, as Artes também absorveram, recriaram e ressignificaram o cotidiano da cidade. As prisões e os prisioneiros cearenses foram representados em um romance de 1932 pelas mãos de Rachel de Queiroz e é sobre esta obra que nós iremos nos dedicar no capítulo seguinte.

4. JOÃO MIGUEL

Agora imóvel, João Miguel apertava febrilmente na mão assassina, fitando o seu crime, que outros reviravam e despiam, e em cujos dedos crispados uma mulher tentava introduzir um coto aceso de vela.

Na confusão de imprecações e rezas, e no barulho do próprio sangue que lhe zunia aos ouvidos, ele apenas pôde distinguir a fala de alguém que lhe pôs no ombro a mão pesada:

- *Está preso!*

Após nos debruçarmos sobre os itinerários artísticos e literários do Ceará desde o final do século XIX até os primeiros decênios do século XX e compreendermos a relevância do pensamento moderno e modernizador propagado por meio das mídias da época, em especial os jornais que circulavam à época, neste derradeiro capítulo buscaremos abordar sobre como o olhar de uma jovem escritora sobre os encarcerados pode ser ressignificado a partir das sensibilidades e da arte.

Se os periódicos contam uma versão a partir do lugar de propagadores da voz hegemônica que procurava difundir um ideal de modernidade e civilização frente a uma suposta ignorância e atraso dos cidadãos e, sobretudo, questionando os hábitos das populações mais empobrecidas e corroborando para o processo de, certa forma, criminalizar a pobreza, por outro lado, a Literatura pode ser uma forma de tentar humanizar estes sujeitos, trazendo à tona sentimentos, emoções e sensibilidades que muitas vezes não encontram espaços nas concorridas e caras páginas das gazetas.

Não queremos polarizar uma fonte em decorrência de outra, compreendemos que ambas são importantes pois a complexidade do cotidiano e da História não pode ser encerrado através de um único ponto de vista, entendemos também que, mesmo nosso esforço é insuficiente para englobar todas as contradições e incompletudes de que a História é tecida.

4.1 PREÂMBULO: POR TRÁS DA OBRA

Em 1932, a jovem escritora cearense Rachel de Queiroz lança o seu segundo romance, intitulado *João Miguel*, após o seu arrebatador romance de estreia, publicado dois anos antes: *O Quinze*. Apesar da pouca idade, ela já não poderia ser considerada inexperiente, mas ao contrário, como já tratamos no início deste trabalho, Rachel de Queiroz já colaborava com jornais desde os 16 anos de idade e já frequentava as rodas de intelectuais e artísticas da cidade, além de ter participado ativamente do Movimento Modernista do Ceará, apesar de ser apenas no início dos anos 30, com o chamado “Romance Regionalista”, considerado por muitos a 3ª fase do Modernismo que ela se tornaria (re)conhecida nacional e internacionalmente.

Porém, mesmo com essa bagagem, seu segundo livro enfrentou algumas dificuldades e foi um marco importante para a vida política e pessoal da autora, como a própria relatou em sua autobiografia e em outras entrevistas posteriormente:

Como já disse linhas atrás, ao chegar ao Rio, trazia comigo os originais de *João Miguel*. Sabendo disso, uma pessoa da direção do Partido me procurou com um recado: eu deveria lhe entregar os originais do meu romance para que fossem lidos pelos dirigentes. Só então, depois dessa leitura, me dariam permissão para editar o livro.

Obedeci, de má vontade. Mas na província, de onde eu vinha, fazia-se, entre os comunistas, muita questão da disciplina, no caso especial dos “intelectuais”. Os operários, que compunham a aristocracia dos grupos marxistas, exigiam de nós obediência cega. Os intelectuais eram por eles considerados uma espécie de subclasse, pouco merecedora de confiança. (...) O presidente [do partido], declarando que acabara de chegar da União Soviética (eles jamais diziam Rússia), trazia ordens expressas de conter as infrações dos intelectuais. Afirmava ter lido atentamente o meu romance. E concluía que eu não poderia receber permissão para publicar sem fazer importantes modificações na trama, carregada de preconceitos contra a classe operária. Por exemplo: uma das heroínas, moça rica, loura, filha de coronel, era uma donzela intocada. Já a outra, de classe inferior, era prostituta. Eu deveria, então, fazer da loura, filha de coronel, prostituta. João Miguel, “campesino, bêbedo, matava outro “campesino”. O morto deveria ser João Miguel, e o assassino passaria de “campesino” a patrão. Indicou mais outras modificações menores, terminando por sentenciar: “Se não fizer essas modificações básicas, não podemos permitir que a companheira publique o seu romance.” (...)

No primeiro número do *A Classe Operária* (órgão oficial do Partido Comunista), publicado após esse incidente, dizia-se em letras garrafais que eu fora “irradiada” (expulsa) do Partido por ideologia fascista, trotskista e inimiga do proletariado. (QUEIROZ, QUEIROZ, 2010, p. 43-45)

Esta passagem autobiográfica nos traz muitos componentes importantes para análise. Desde o debate importante sobre a memória à construção da narrativa literária em consonância com as relações sociais, culturais e econômicas da época. Aliás, sobre este segundo aspecto não podemos nos esquivar das considerações levantadas por Walter Benjamin (2012) em seu texto *O Autor como Produtor* no qual traça justamente a “posição da produção literária não apenas em relação às relações de produção da época” e vai além: “gostaria de perguntar: qual é a sua posição dentro dessas relações?” (p.131)

Rachel de Queiroz traz em sua fala precisamente a tentativa de interferência do Partido Comunista em seu livro, classificando-o inclusive de “preconceito contra a classe operária”. Ora, o que talvez os membros do “Partidão” esperassem era um embate explícito na obra da escritora cearense e não uma denúncia social camuflada. Mais uma vez recorreremos a Benjamin para compreender o papel político, e aqui mais especificamente marxista, para a análise da obra literária:

Certamente terei vossa aprovação se passar agora, de modo só aparentemente imediato, para as relações literárias totalmente concretas: as russas. Gostaria de chamar vossa atenção para Sergei Tretiakov, e para o tipo do escritor “operante”, por ele definido e personificado. Esse escritor operante proporciona o exemplo mais tangível da interdependência funcional que existe sempre, sob quaisquer condições, entre a tendência política correta e a técnica literária progressista. (...) Tretiakov distingue entre o escritor operante e o informante. A missão do primeiro não é relatar, mas combater; não ser espectador, mas participante ativo. (BENJAMIN, 2012, p.134)

Benjamin evoca a figura do escritor russo como exemplo de escritor operante, ou seja, aquele que mais que observar e narrar o seu cotidiano, era também sujeito revolucionário, isto é, estava intimamente comprometido com as causas revolucionárias na sociedade. E isto de forma prática, mas também artística, assim a técnica deveria também extrapolar o sentido de apenas “literário”, mas tornar-se *práxis*. O artista seria, portanto, um elemento ativo na transformação produtiva e social. O mesmo autor reforça: “o lugar do intelectual na luta de classes só pode ser determinado, ou melhor, escolhido, em função da sua posição no processo produtivo.” (idem, p.137)

Retornando ao depoimento de Rachel de Queiroz, percebemos que a preocupação dos censores era sobretudo com a *forma* do romance, dessa maneira, supostamente pressionam a escritora para mudar o enredo de modo que os personagens e as narrativas sejam de uma obra explicitamente ligada e comprometida com os ideais revolucionários.

Ora, a escritora não aceita a imposição e foge com os originais, sendo depois oficialmente desligada do Partido Comunista e passa a se considerar trotskista. Para além das divergências e conflitos internos dentro dos ideais comunistas, o que nos importa aqui é o papel da Literatura para esta sociedade. Ao tentar modificar ou "adaptar" o enredo do livro, os componentes do partido estão reconhecendo a força da arte literária como propagadora de ideologia, tanto que Rachel como membro de tal organização, ainda que a contragosto, submete seus escritos aos escrutínios do grupo.

No entanto, cabe a reflexão: seria Rachel de Queiroz um exemplo da “escritora operante” que nos traz Benjamin? Cremos que este seja um questionamento pertinente, mas mais profundo que aparentemente possa parecer. A complexidade da humanidade se revela nos detalhes: a autora, como destacamos logo no início deste trabalho era de uma família tradicional e "burguesa", seu ciclo social estava repleto de jornalistas e intelectuais. A família Queiroz era uma das mais importantes da cidade de Quixadá, cidade do interior do Ceará, onde a própria autora passou boa parte da infância e juventude e que, mesmo após a mudança para o Rio de Janeiro, sempre passava temporadas na sua fazenda “Não Me Deixes”, neste município.

Porém, em suas escritas, Rachel de Queiroz sempre procurou retratar o povo nordestino, e aqui destacamos o cearense e mais especificamente a figura do sertanejo empobrecido. Todavia, devemos destacar que a forma da narrativa queiroziana está muito ligada, ao nosso ver, nesse entremeio dos caminhos: apesar de ser uma moça ligada a uma casta intelectual e mesmo material é, nos empobrecidos da terra, que ela escolhe traçar o seu caminho literário, e, de certa maneira, denunciar a omissão dos poderes públicos e as desigualdades sociais.

Percebemos essa característica desde *O Quinze*²⁷ e que continua em *João Miguel*. Neste primeiro romance, o modo como a seca impacta duas famílias de condições sociais e econômicas diferentes é uma denúncia de como a seca extrapola apenas o evento climático, tornando-se também uma conjuntura social.

Em *João Miguel* essa literatura engajada continua, mas agora o olhar da autora volta-se para os encarcerados. No entanto, cabe salientar que isso não torna a obra explicitamente panfletária, talvez, este tenha sido o maior incômodo que levou à “censura” do partido, mas, ao analisarmos profundamente este livro, podemos perceber que Rachel de Queiroz aprofunda não apenas as questões materiais como emocionais que estavam presentes para essas pessoas.

Outro aspecto importante sobre o trecho apresentado e que não podemos desprezar, é a distância temporal entre o ocorrido e seu relato. Os meandros da Memória e dos Discursos estão de várias maneiras implícitas nesta narração. Ao falar do passado, Rachel já não é a jovem de vinte anos, comunista, mas uma senhora com mais de 80 anos que está relatando suas vivências em uma autobiografia com sua irmã. Não que duvidemos da sua capacidade de “lembrar” e “esquecer”, mas entendemos que a construção da(s) Memórias é algo muito mais complexo e sensível que vêm provocando debates e estudos em diversas áreas e há bastante tempo.

José D’Assunção Barros (2011, p. 319) salienta que:

Apenas para mencionar os progressos no reconhecimento da complexidade da Memória Individual, lembraremos que o estudo dos processos biológicos de produção da memória tem permitido o crescente abandono das concepções que associavam a Memória à mera atualização mecânica de vestígios. Neste sentido, Changeux (1972: 356) faz notar que a Memória vem cada vez mais sendo concebida como fenômeno complexo: não envolve apenas a ordenação de vestígios, como também a releitura de vestígios. A memória, e ainda nos referimos aos processos mnemônicos relativos ao Indivíduo, dá-se de maneira ativa e dinâmica, envolvendo diversos aspectos, tal como o “comportamento narrativo”, ressaltado como fundamental por Pierre Janet e também por Flores em seu ensaio de 1972 sobre A Memória (1972: 12). Com isto, vemos que a Memória, mesmo no âmbito da vida biológica individual, vai deixando de ser concebida como passiva para cada vez mais ser compreendida como um processo ativo, dinâmico, complexo, interativo.

²⁷Para esta análise iremos considerar apenas os romances da autora, não iremos abordar as crônicas, gênero que ela também se destacou, especialmente pelo grande número e diversidade temática destes escritos.

A questão sobre Memória é longa e complexa, porém nos atendo a este fragmento de Barros já conseguimos entrever que a memória Individual não está desassociada da Memória coletiva, ou seja, retomando mais uma vez ao testemunho da escritora cearense, o fato dela “lembrar”, até com muitos detalhes, do fato ocorrido em sua juventude não o torna insuspeito, haja vista que, a própria autora, ao longo dos anos, de forma consciente ou não, “reciclou” estes fatos, revisitou-os e os enunciou como desejou.

Não há contraponto, pelo menos nesta autobiografia a essa versão dada por ela, apenas o Discurso proferido por Rachel de Queiroz neste caso é tomado como “verdadeiro” ou “autêntico”, os outros sujeitos sequer são nomeados ou identificados. Assim, a perseguição à sua obra só a valoriza mais diante dos olhos da crítica e do leitor e, num cenário maior de anticomunismo, só ajuda a propagar e reforçar a ideia de que o Partido perseguiu e censurou aqueles e aquelas que não “seguiam a linha”.

Ao ampliar a visão, percebemos que a própria escritora de comunista de “carteirinha” vai, ao longo do tempo, se aproximar de uma concepção mais conservadora e mesmo à direita da política brasileira, mesmo que ela se reconheça durante muito tempo como trotskista.

Foi, em sua casa no Rio de Janeiro que ela relata e busca justificar o apoio ao Golpe de 1964 (que ela nomeia de “Revolução de 64”):

Para falar na revolução de 1964, a gente tem que começar por duas figuras: Getúlio e Castelo Branco. Getúlio, a minha geração se habituou a considerá-lo como a fonte de todos os nossos males políticos. Talvez fôssemos injustos em algumas coisas, em muitas coisas mesmo. Mas a figura de Getúlio, para nós, era o símbolo de todo o desastre nacional. (...) E essa imagem de Getúlio não se acabou com a sua morte: prolongou-se através de Jango, de Brizola, do quererismo de Hugo Borghi. (...)

Conhecemos o general Castelo Branco através de Paulo Sarasate. Nós ainda morávamos na Ilha do Governador. Tinha sido ele comandante da Região, em Fortaleza, fizera muitas relações e, Alencar que era, descobrimos que éramos parentes; e assim, entre nós, surgiu uma relação muito simpática, muito cordial. (...)

E para todos nós, os símbolos sobreviventes do caudilhismo sem véus eram Jango, Brizola, o fantasma de Getúlio - tudo que eles representavam.

Começamos então a conversar política a sério, nos reuníamos em minha casa; curiosamente, Oyama [esposo de Rachel] nunca participava dessas conversas. Ele só começou a se interessar quando Castelo, seu amigo pessoal, entrou em cena, já depois de desencadeado o movimento.

As coisas foram se preparando, a gente conspirava, via o que um ou outro poderia fazer: passávamos a noite em “vigília cívica”. Eu me mudava de quarto para poder receber os telefonemas de Abdias, já que Oyama se recusava a acordar para saber das notícias. (QUEIROZ, QUEIROZ, 2010, p.214-217)

Logo, compreendemos que o meio social, afetivo e mesmo político que Queiroz estava inserida e, de certa forma, representava não pode ser desassociado às memórias que ela narra, ainda sobre esta associação entre Memória e Discurso, o verbete “memória discursiva” do Dicionário de Análise do Discurso traz a seguinte definição:

O discurso tem relação com a memória de maneira constitutiva, em dois planos complementares: o da *textualidade* e o da *história*.

As teorias recentes do contexto, fortemente marcadas pelas problemáticas cognitivas, fazem dele “um fenômeno *eminentemente memorial*. O contexto não é mais concebido como algo exterior, mas como uma realidade cognitiva: contexto linguístico, situação extralinguística, conhecimentos gerais reencontram-se tratados de forma memorial: todos têm o estatuto de representação interna, mesmo se se diferenciam quanto à origem e ao nível da representação (memória curta, memória longa etc)” (Kleiber, 1994:19)

O discurso é também dominado pela *memória de outros discursos*. Na análise da conversação, utiliza-se a noção de **história conversacional** (Golopentja, 1998): cada interação é, de fato, um episódio de uma unidade mais vasta, a da sucessão de interações, que já ocorreram entre os interactantes.

Uma formação discursiva²⁸ é tomada em uma *dupla memória* (Mainguenu, 1984:131). Ela se atribui uma **memória externa**, colocando-se na filiação de formações discursivas anteriores. Com o tempo, cria-se também uma **memória interna** (com os enunciados produzidos anteriormente no interior da mesma formação discursiva).

O discurso apoia-se, então, numa Tradição, mas cria, pouco a pouco, sua própria Tradição. Aqui, a memória não é psicológica; ela é inseparável do modo de existência de cada formação discursiva, que tem uma maneira própria de gerir essa memória. (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2020, p.325)

Ao propormos essas reflexões buscamos estender as possibilidades de análise da autora e sua obra, não simplificar, mas compreender que as minúcias por trás de um livro e da vida de uma pessoa são muito mais complexas do que qualquer trabalho, em qualquer área, dará conta.

Não queremos reduzir a produção literária de Rachel de Queiroz aos seus posicionamentos políticos e/ou pessoais, mas entendemos que ao relatar sua experiência como escritora, e mais especificamente sobre este romance, ela nos oferece uma oportunidade de aprofundar sobre seu modo de olhar e *representar* o mundo.

Temos entendimento que a autora de 22 anos que enfrentou, segundo ela, a tentativa de controle do partido ao qual era membro, não é, de forma linear, a senhora octogenária que escreve suas memórias. Corroboramos com o trecho supracitado de Charaudenau e

²⁸ Em função de sua dupla origem [Foucault e Pêcheux], o termo “formação discursiva” obteve grande êxito, mesmo fora dos trabalhos inspirados pela Escola Francesa. Ele permite, com efeito, designar todo conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa: o discurso comunista, o conjunto de discursos proferidos (...) basta postular que “para uma sociedade, um lugar, um momento definidos, somente uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade” (Maingueneau, 1984:5)

Maingueneau que pontuam as produções das memórias como algo externo e interno, que são perpassadas por inúmeros componentes, principalmente o meio que ele é produzido/propagado.

Destacamos este ponto pois a análise que faremos desta obra parte também do cenário da sua época e compreender o que a autora nos relata também é importante para percebermos suas matizes e sensibilidades.

Temos ciência que a Literatura, como obra artística e como produto cultural de sua época, pode nos trazer elementos indiciários importantes se entendermos como ela está estruturada. Rachel de Queiroz não foi a única ou a precursora a fazer isso, entretanto, concebemos distinguir através de sua percepção e suas escolhas um modo diferente de tratar da realidade dos encarcerados. Não iremos fazer uma crítica literária, mas observar como a romancista se apropria da tangível vivência dos encarcerados para (re)criá-las e (re)contá-las.

4.2 O ENREDO

O romance inicia com a prisão do protagonista, João Miguel. Após uma briga em uma festa, João mata outro homem e a partir daí o fio da narrativa se desenrolará por pouco mais de 150 páginas. Tal como em *O Quinze*, a autora em poucas folhas escreve uma obra que tocará em muitos temas sensíveis, tendo como plano de fundo principal a convivência de vários tipos numa cadeia pública do interior.

Desde ciúmes à uma reflexão sobre as desigualdades sociais, o livro abarca com simplicidade, mas não de forma simplória, a complexidade humana. Os personagens, em sua maioria, de origem humilde e camponesa, ao serem presos se (re)conhecem na fragilidade. Aos poucos, o leitor vai conhecendo cada um desses sujeitos e seus delitos que os levaram à prisão.

Apesar de ser a cadeia o espaço onde a trama toda se passa, não são os crimes que definem esses indivíduos, seus delitos são apenas secundários diante de toda a riqueza humana que a autora busca retratar em suas personagens muito bem construídas. Estão presentes aí: a fragilidade, as dúvidas, as traições, o desengano, a humilhação, o arrependimento e a indiferença, a solidariedade, o companheirismo, a amizade, a insegurança... Diante de toda essa diversidade de afetos e sentimentos que surgem a cada linha, o leitor vai até se esquecendo que está diante de “criminosos”.

Ao nosso ver, este é o maior mérito e talvez, fosse de fato o objetivo da escritora: humanizar estas pessoas, que em vários aspectos são tratadas e retratadas como escórias da sociedade, os “esquecidos da História”. Não que isso seja uma tarefa fácil, mas ao nosso ver, Rachel de Queiroz conseguiu trazer um novo olhar para estas pessoas através de sua narrativa ficcional.

Sobre o período de pesquisa para a construção desse romance, um elemento nos chama atenção: a pesquisa “de campo” que a autora fez para conhecer de perto a realidade dos encarcerados. Como já demonstramos no início deste trabalho, a romancista inicia sua carreira como jornalista e assim ela gostava de se descrever até o final de sua vida. Dito isto, Rachel de Queiroz se debruçou sobre o tema para poder se inspirar para escrever a trama:

Passaram-se alguns meses. Então, um coronel do interior - que eu pinte em *João Miguel* - tinha matado um irmão dele, do tal das notas ferinas. Coisa de briga política: o coronel assassinara o moço, promotor no interior. E veio preso para Fortaleza; isso se dera exatamente quando eu estava escrevendo *João Miguel*. Neste tempo, era moda a gente “colher material” na fonte. Assim, eu frequentava a cadeia pública para ver o ambiente da cadeia, para “estudar o meu material”. (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010, p. 36)

Aliás este era um hábito que a acompanhou até o seu último romance. Ao se interessar e vislumbrar um tema para seu próximo livro, ela primeiramente buscava estreitar laços e conhecer mais sobre o assunto que iria retratar em suas páginas. No entanto, isso não faz dos romances ou mesmo as crônicas da autora uma obra historiográfica em si mesmas, pois compreendemos que não era este o propósito que ela buscava, mas essa informação torna-se relevante para entendermos que as obras de arte, e, aqui incluimos mais estreitamente a Literatura, são também registros da época e da sociedade que foi produzida.

A questão central, ao nosso ver, não é saber até que ponto Rachel de Queiroz utilizou de “verdade” em sua narrativa ou o quanto essas personagens carregavam de verossimilhança com o “material” que ela recolheu e estudou. Para nós, o que nos interessa, sobretudo neste capítulo, é como a escritora se apropria, não apenas destes possíveis relatos e observação do ambiente e das pessoas para recriar e ressignificar símbolos, emoções e a forma de humanizar e aproximar essas pessoas de um público, que como vimos no capítulo anterior, só tinha uma percepção oficial: as da imprensa.

Dessa forma, buscaremos aqui não fazer uma análise quantitativa ou estabelecer uma comparação entre as fontes para obtermos um resultado qualitativo, mas entendermos como o mesmo assunto (encarceramento) era e foi retratado de forma distinta e igualmente importante por outra fonte histórica, a partir de escolhas e, principalmente, do olhar e da sensibilidade de sua autora.

Ao compreendermos que a História também é, por sua parte, narrativa e que comporta um traço ficcional, haja vista que a única forma de acessarmos o passado não é o recriando puramente tal como ele foi, mas imaginando-o a partir do acesso e perscrutação atenta às fontes. Partindo disto, a historiadora Sandra Pesavento nos coloca que:

Nossa idéia é de que o texto histórico comporta a ficção, desde que o tomemos na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo. Os gregos que o digam, apesar das suas propostas diferenciadas. Há, e sempre houve, um processo de invenção e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo de criação seja de uma liberdade absoluta. A história, se a quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De uma certa forma, eles se "impõem" ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte. Ou seja, são as perguntas que o historiador faz aos registros do passado que lhe chegam às mãos que irá dotá-los - ou não - de significância para seu trabalho. Logo, a própria categorização de algo como fonte é, já, uma construção. A história é controlada ainda pela relação que o historiador narrador estabeleceu com o seu objeto — o tal real acontecido — e que se torna uma finalidade de ofício. O historiador quer e se empenha por chegar lá, a este real-referente que ele busca representar e que se situa além, em uma temporalidade já transcorrida e inatingível. (PESAVENTO, 2000, p. 39)

Dessa maneira, o que separa esta pesquisa daquela realizada por Rachel de Queiroz é, sobretudo, o direcionamento que damos a elas. Enquanto nós procuramos narrar sob a égide de Clio, a jornalista-escritora se utilizou das fontes para escrever um romance, produto também de seu tempo.

O enredo da obra proporciona ao leitor, e por conseguinte, também à pesquisadora a oportunidade de refletir a partir das emoções despertadas, pois se durante muito tempo os trabalhos em História se desviaram de tratar sobre esse assunto ou colocando o tema das sensibilidades como algo relegado a segundo plano, vimos, que por outro lado, as Artes procuraram estabelecer com esses temas uma centralidade fundamental. No entanto, reconhecemos a importância dessas temáticas para a compreensão das trajetórias humanas nas sociedades que se constituíram.

Isto posto, conhecer os dramas das personagens é procurar igualmente compreender as emoções que permeavam esse ambiente. A partir daqui, buscaremos um outro olhar para a cadeia, e, principalmente para os sujeitos encarcerados.

4.3 PERSONAGENS

Rachel de Queiroz constrói uma trama com relativamente poucos personagens num espaço reduzido, mas não tem pressa de apresentá-los de uma só vez. Apesar de ser um romance curto, contando com apenas 159 páginas, o enredo se desenrola devagar, assim como as características físicas e psicológicas de cada persona.

Aquele que está em destaque, claro, é João Miguel. Este será o personagem mais trabalhado e ambíguo de toda a obra. Vai sendo revelado aos poucos e é através dele que observamos os maiores conflitos internos das emoções humanas.

Num primeiro momento, tudo que sabemos sobre ele é que tem um relacionamento (“amigado”) com Santa e que nunca tivera nenhuma questão policial, até se envolver em uma briga, numa festa, e matar um homem. A partir deste acontecimento, toda a vida deste humilde e anônimo camponês muda com a prisão. João irá enfrentar inseguranças internas e externas. Porém, antes de entrarmos no itinerário do protagonista iniciaremos essa análise por um grupo de personagens bem complexo e divergente: as mulheres.

4.3.1 As Mulheres em João Miguel

Uma das marcas mais relevantes de toda a trajetória como escritora de Rachel de Queiroz é a presença e a força feminina nos seus romances. Em *O Quinze*, a autora já tinha revelado esse papel importante e central que as mulheres teriam em suas histórias. Em *João Miguel* percebemos também essa potência em suas personagens.

A começar por Santa, companheira de João Miguel e que está ao seu lado nos primeiros momentos após a prisão. É ela quem o apoiará e dará o suporte emocional e material nos primeiros dias em que ele ficou preso. Para ele, ela era mais que uma amante: “Toda família que ele possui sou eu. Eu é que tenho de fazer as vezes de mãe, de mulher e de filha...” (QUEIROZ, 2004, p.21)

Assim, logo no início vamos entender que os laços que ligam esses dois personagens perpassam por várias camadas, desde uma ligação sentimental a até mesmo uma sujeição material, primeiro por parte dela, quando João ainda estava em liberdade, mas depois ele é que passa a depender que Santa provenha suas despesas:

O carcerário riu-se:

- Então, bote as três para trabalhar e sustente o homem... Que ele aqui sempre havia de achar quem lhe desse um caroço de feijão... Mas você sabe o que é comer de esmola... A bem dizer, é passar fome...

Santa juntou as mãos:

- Se Deus me ajudar, fome ele não passa; estou já acabada, mas ainda sirvo para alguma coisa... (QUEIROZ, 2004, p. 21)

Em nenhum momento fica explicitamente exposto qual seria a profissão que Santa exercia, contudo, em conversas com outras detentas fica subentendido que em algum momento anterior ao seu atual relacionamento com João Miguel ela teria sido uma mulher prostituída.

Mas atualmente trabalha fazendo pequenos serviços domésticos, como lavar roupas para terceiros.

Podemos imaginar que o nome "Santa" também não é mero acaso. Seria já um prenúncio do declínio que ela terá ao longo da narrativa? Se no início do livro a personagem se mostra solícita e sempre atenta às necessidades do seu companheiro, aos poucos, vamos observando que o casal vai se distanciando e ao percebermos isso, compreendemos que esse desencontro acontece especialmente por eles estarem em rotinas diferentes.

Enquanto o tempo passa arrastado para João na cadeia, Santa tem diante de si a liberdade, um outro contexto. No entanto, o enredo não se desloca para estes outros espaços-tempo, não sabemos com detalhes o que se passa no lugar fora da prisão, mas acompanhamos de perto as crises internas que esta personagem passa. Inclusive, essa é uma das características estilísticas dessa obra, a autora prioriza a análise psicológica dessas pessoas.

E é justamente a partir desses conflitos internos que vemos Santa se desenvolver, entre esse papel a ela atribuído de “mãe, mulher e filha”, ou seja, de cuidadora para uma mulher que podem vivenciar outros amores. Contudo, essa ruptura não acontece de forma fácil, nem para ela, nem para o seu parceiro:

Talvez por causa da chuva, Santa não vinha.
Aliás, ia rareando mais as visitas. Havia nela uma diferença vaga, que ele não compreendia bem, mas o preocupava e afligia, perturbando-lhe as longas horas de solidão. (...)
Santa procurava um pretexto; um pretexto bem grande que explicasse tudo e mormente que a livrasse da sensação de vergonha e dó - vergonha acompanhada de medo, para dizer a verdade.
O preso fixava-a, com um olhar parado e triste, onde se liam ansiedade, angústia, desespero e desconfiança.
Mas Santa não encontrava a palavra procurada, nem a ideia necessária, diante daquele olhar que a esgravatava, e onde lhe parecia que dormiam todas as astúcias e todas as perversidades. Afinal, não podia se esquecer de que João Miguel já tinha matado um - a bem dizer sem motivo. (QUEIROZ, 2004, p.75-82)

Nestes trechos citados, podemos observar a tensão que se estabeleceu entre o par. Santa estava em um envolvimento amoroso com o Cabo Salu, um dos guardas da cadeia. Porém, percebemos que a complexidade dos sentimentos humanos, Santa sabe que continuar enganando João não é correto, mas ainda provida desse dever de cuidar, não consegue lhe ser sincera e encerrar o caso, alimentando um conflito moral interno que a desassossega.

Contudo, antes de falarmos mais sobre os sentimentos que afloram nesses personagens e neste fragmento podemos perceber que são muitos (preocupação, vergonha, aflição,

ansiedade, dó, angústia, desespero, desconfiança, solidão...), queremos retomar ao papel de cuidadora das mulheres nesta obra.

Nessa narrativa observamos que em vários aspectos, as figuras femininas estão intrinsecamente relacionadas ao papel de cuidadoras tanto no sentido material, quanto emocional. Há, neste curto romance, um panorama da atribuição social da mulher, mas qual mulher está sendo representada nesse livro?

Entender que ao falar de "mulher", assim, no singular, pode nos levar a cometer um erro de equalizar todas as experiências diversas que essa “categoria” possui. Ao observamos os estudos sobre gênero que compreendem o período de lançamento do livro, observamos que grande parte trata justamente dos hábitos da mulher “moderna”, ou seja, uma vivência integrada ao modo de vida urbano:

Transformar-se em uma bela mulher no início do século XX era fazer parte de uma cidade moderna, urbana, inserida no progresso. O primeiro passo seria uma higienização do corpo para poder circular nas ruas. (SANTOS, 2013, p.103)

Assim, falar sobre a mulher sertaneja e ainda mais sobre as empobrecidas torna-se um desafio particularmente difícil. Mas que a partir da Literatura podemos abrir caminho para as reflexões. Não é difícil imaginar como seriam as condições e opções de vida oferecidas a uma mulher pobre, analfabeta do interior de um Estado que também estava à margem dos grandes centros urbanos.

Vimos no decorrer dos capítulos as questões sobre a Modernidade e a Modernização, em especial em Fortaleza. Rachel de Queiroz vivenciou isso *in loco*, porém, por outro lado, por questões familiares, ela também tinha contato com as pessoas que viviam distantes dessa realidade. Dessa maneira, enquanto a cidade se apressava e se apurava para receber os ventos do progresso, o campo ainda era visto e sentido como lugar de atraso:

Na década de vinte a cidade era pensada como realização da sociedade humana, como uma forma distinta de civilização, centro das atividades. Para Williams (1989, p. 11) a natureza, o campo eram considerados como um lugar de atraso, ignorância e limitação. Nesse momento o que permeava a discussão entre campo e cidade, era a noção de civilização, apoiado no discurso da higiene, saúde e beleza (SANTOS, 2013, p. 103)

Ora, isso não estava apenas no campo dos espaços, mas perpassa pelos comportamentos sociais e individuais dos sujeitos envolvidos. Retomando o texto da obra, vamos notando que as construções psicológicas e até físicas das personagens, e aqui em especial a feminina, vai de encontro com essa ideia de ignorância e limitação.

Só a título de comparação, quando estamos diante de Conceição, uma das protagonistas de *O Quinze*, vislumbramos um modelo dessa mulher “moderna”, aquela que não busca no casamento ou na família seu modelo de realização pessoal, mas, por outro lado, conquista sua independência financeira e emocional, ainda que isso seja um choque para outras pessoas. Em *João Miguel*, de outro modo, as mulheres poderiam ser tidas como subordinadas aos anseios dos homens, como seres que estão ali para o cuidado e o zelo com o outro.

E isso não ocorre somente no caso entre Santa e João. No decorrer das páginas, vamos conhecendo outras situações que nos levam a refletir sobre essas representações do feminino. Maria Elói, Filó e Angélica são as outras mulheres que queremos aqui analisar.

O percurso de Maria Elói é interessante e com algumas nuances importantes. Ela é uma das pessoas presas nessa cadeia que João está detido. Apesar de ser uma personagem secundária, seu papel mostra uma situação que ainda é bastante atual: a condição (e o abandono) das mães que estão em situação de encarceramento:

Além da presa que fazia a comida, havia outra mulher na cadeia, a Maria Elói, pobre criatura amarela e angulosa, toda olhos, o cabelo muito preto e escorrido caindo eternamente, um rolo frouxo, que lhe pesava sobre a esguia nuca ossuda.

Colado ao peito, trazia ela sempre um filho pequenino. E o outro, mais velho, seguia-a como um cachorrinho, calado e chupando o dedo, circulando os olhinhos doentes pelas paredes, pelas criaturas, numa eterna indiferença que só de raro em raro o deixava chorar por sono ou por comida.

Quando alguém de fora, uma visita, passava defronte do quarto de Maria Elói, o último corredor, onde ela levava o dia remendando os trapos, ou andando acima e abaixo com os filhos, ouvia-se a sua voz lamentosa, que gemia:

- Tenha compaixão destes dois inocentes que estão se criando na cadeia... (QUEIROZ, 2004, p. 44)

Enquanto João Miguel e outros presos recebem recorrentemente a visita e os cuidados de suas companheiras e/ou filhas, Maria Elói tem que suportar o peso da maternidade solo e não apenas isso, mas saber que seus filhos estão sendo criados num ambiente impróprio para eles.

A solidão e o abandono de mulheres, sobretudo aquelas que eram mães, encarceradas, infelizmente, não é algo que ficou no passado ou na narrativa ficcional. Mesmo nos jornais, não localizamos nenhum vestígio dessa situação e, assim como não encontramos nenhuma pesquisa sobre essa realidade no período em que concentramos este estudo. No entanto, trabalhos recentes dão conta do triste fato de desamparo que essas pessoas enfrentam:

Em geral, a população carcerária feminina corresponde, segundo Bruna Angotti (2015) a mulheres jovens, de baixa renda, geralmente mães, presas provisórias com suspeita de crime relacionado ao tráfico de drogas. (...)

Deve-se aplicar um olhar específico para as carcerárias ao se tratar da família, pois, uma das maiores preocupações das mulheres encarceradas é manter os vínculos familiares, uma vez que a perda desse vínculo gera estresse e ansiedade, sendo esse um valor social que deve ser permitido e influenciado positivamente pela penitenciária. (...) (VASONE; SANTANA, 2015, p. 312)

Não é nosso objetivo comparar os dois tempos históricos e as sociedades distintas e cair em anacronismos, nosso intuito é trazer como apesar de muitas mudanças, a solidão das mulheres encarceradas é algo muito importante para passar despercebido. O fato de não ter nenhum estudo ou mesmo o silêncio de outras fontes já demonstra o qual invisibilizado esse tema foi tratado por muito tempo.

Se pensarmos nas dificuldades dessa mulher em maternar, principalmente em uma cadeia pública mista, haja vista que segundo nos aponta Bruna Angotti e Fernando Salla (2018) foi apenas no início da década de 1940 que começaram a ser instaladas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul os primeiros presídios femininos, passamos a compreender também o quão difícil seria essa realidade para seus filhos.

Apenas com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, haverá, de fato, uma regulamentação sobre os direitos desse menor, complementando a Lei de Execução Penal (LEP) de 1984:

O filho de uma carcerária tem o direito à liberdade desde seu nascimento, porém o artigo 9º do ECA dispõe que “O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade”. Este é o complemento pelo artigo 83 da LEP § 2º regulamenta como deve ser os estabelecimentos penitenciários “Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses.”

Pois bem, o artigo anterior afirma que o filho deve ficar encarcerado juntamente com a mãe, em um local apropriado, porém, ainda dentro da penitenciária. Outro fator ainda mais relevante é o disposto no artigo 89 ainda da LEP que dispõe “[...] A penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa”. Ou seja, mesmo depois da amamentação, as crianças podem ficar até os 7 anos de idade com a liberdade cerceada. (VASONE; SANTANA, 2015, p. 314)

Importante esse trecho para percebermos a progressão nos direitos das mulheres e, por conseguinte, de seus filhos em situação de cárcere aconteceu ao longo do tempo. Ao retomarmos ao caso, ainda que ilustrativo, de Maria Elói, percebemos o quão falha ainda era esse sistema prisional, sabemos que ainda estamos longe do ideal, contudo, de acordo com as pesquisas que já citamos, este progresso aconteceu de forma gradual, primeiro com a criação

de penitenciárias exclusivas para mulheres, depois com esses direitos assegurados às gestantes e mães.

Maria Elói e seus filhos não terão acesso a esses direitos, que só serão conquistados anos depois. Ela sabe que seus filhos são vítimas de um sistema que a pune duplamente: pelo crime que cometera e por ser mulher (e mãe). Não percebemos este peso duplo nos personagens masculinos, mesmo que eles sejam pais, ainda que elas não sejam as presas, como companheiras de detentos também têm que suportar o fardo da solidão e do abandono. Outra Maria, esposa de um dos encarcerados, em dado momento desabafa: “- [...] pois o senhor é de muita sorte em não ter família. Preso só presta é só no mundo.” (Queiroz, 2004, p.127)

Ao relatar isso, essa outra Maria expressa que as mulheres sofrem as consequências da prisão mesmo que não sejam elas as prisioneiras, pois, novamente, recaem sobre elas o papel de cuidar e prover para a família quando esta perde seu principal mantenedor:

- Oh, seu João, para que dor maior! Ver-se sozinha com os filhos, e o marido condenado! Olhe que eu já padeci tudo quanto é dor no mundo... Já vi meu pai morto de bala, à traição. Já tive oito filhos, cada qual com maior dor... Aconteceu ao José esta desgraça, e já vi uma filha minha rapariga... Só me falta agora sofrer a dor da morte... [...]
- Falta também me tocarem fogo na tapera... Nesse dia eu me sento no chão e espero para morrer, porque não tenho mais coisa nenhuma que esperar... (QUEIROZ, 2004, p.128)

E não apenas as esposas ou companheiras que sofriam indiretamente com a prisão dos homens. Há, no livro, outra personagem que expressa bem o lugar de filha, além de ser uma figura que faz, ao nosso ver, um contraponto à Santa: Angélica. Ela, como as outras mulheres analisadas até aqui, passa a orbitar em torno da cadeia por causa de um homem, neste caso, seu pai.

Coronel Nonato foi preso após matar, em praça pública, um desafeto. Segundo a autora, ela teria se inspirado em um caso real, como já observamos em um trecho já citado, mas retomaremos as motivações do crime mais à frente, o que nos determos neste momento é sobre o impacto que esta prisão gerou na família do acusado e, mais especificamente em sua filha mais velha, Angélica. Como em outros caso já analisados aqui, a notícia da prisão do chefe da família vem com um grande encargo emocional e preocupações por parte daquelas que ficarão do lado de fora da cela:

De tardezinha, uma dolorosa procissão invadiu a cadeia e parou na porta, parlamentando com Seu Doca. Eram a mulher e as três filhas do Coronel Nonato, que vinham visitar seu preso (...)

A moça mais velha, pálida e magra no seu vestido branco, com os cabelos lisos em redor dum rosto triste que parecia de freira, pousou a mão no ombro do carcereiro e disse baixinho:

- Nós sabemos, Seu Doca, que o senhor tem ordem para não deixar ninguém falar com meu pai. Mas o senhor há de ser um homem tão sem coração que não deixe ao menos a gente tomar a bênção a ele, no corredor? Que mal pode haver num pai abençoar as filhas? (...)

O homem levantou um olhar desorientado para as quatro mulheres que se agrupavam em torno dele. A velha, erguida à sua frente, severa e dura no casaco de seda preta, fitava-o, como se o intimasse a discutir os seus direitos. A moça, com os olhos ansiosos postos nele, tremia levemente o lábio; e o seu rosto descorado, feito cara de quem está rezando, traduzia mil súplicas angustiadas. Atrás delas, as duas meninas choravam. (QUEIROZ, 2004, p. 94-95)

Afora o fato do preso ser uma figura notória localmente, isto é, um “Coronel”, percebemos que a família se sente desamparada com a prisão do mesmo, ainda que ao contrário da família de José e Maria isso não implique diretamente que ela passará por dificuldades de subsistência, ainda sim, existe um desamparo e também uma desmoralização com essa detenção, que não atinge apenas a figura do patriarca, mas que atinge todo o grupo familiar.

Encontramos pesquisas na área de Psicologia que podem nos auxiliar a pensar sobre os sentimentos e percepções através do olhar dos prisioneiros (BEZERRA et al., 2022). Entendemos que estudos como estes devem ser incentivados e apropriados por outras áreas do conhecimento, principalmente a História, pois entendemos que os sentimentos e afetos também são componentes indispensáveis e indissociáveis do ser humano, e conseqüentemente são construídos e desenvolvidos de acordo com o cenário social e temporal que está inserido. Nada é natural, sequer a forma que sentimos e expressamos.

Assim, compreender que estas representações do sentir estão presentes na obra queiroziana também são pistas importantes para compreender as redes sociais e a própria sociedade que estava inserida. Não podemos deslocar o peso de uma sociedade machista e profundamente patriarcal para esses afetos até aqui analisados. O pretexto modernizador não alcança totalmente essas mulheres, o papel de cuidadoras e dependentes, em vários níveis, destes homens e que, quando estes estão, de certa forma, com seus poderes abalados, balançam também a estrutura dessas famílias.

No entanto, perceber essas questões não nos faz duvidar dos poderes que estas mulheres também possuíam, seja de forma direta ou indireta haja vista que como aponta Roberto Machado sobre o pensamento de Foucault:

[O poder] não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade

de relações de forças. e como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. (...) pois ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde. (MACHADO in FOUCAULT, 2018, p.18)

Dessa forma, podemos imaginar que apesar do peso do machismo sobre essas mulheres, elas encontravam brechas e também eram capazes de se reinventar, apesar das dificuldades. Elas sofriam, decerto, mas não desistiam, sejam por elas ou por sua família, não obstante grande parte dependesse materialmente dos homens para manter-se, eram substancialmente elas que detinham o poder de conseguir burlar as regras da cadeia para trazer algum conforto para os prisioneiros.

Além desse quesito, observamos outra questão importante na construção dessas personagens femininas, e aqui, nos parece um tanto explícita, é no tocante das ambivalências que notamos entre Santa e Angélica. Essas representações dos distintos papéis femininos não são, de forma alguma, uma novidade na Literatura. É, de certa forma comum, no cânone literário mundial e nacional, a composição de mulheres que seriam vistas como exemplos sociais de boa conduta, obediência, servilidade e mães de família respeitáveis, e, por outro existiam aquelas que desvirtuavam o lar, as marginalizadas, “mulheres de vida fácil”, renegadas e que seriam “indignas”, infiéis e que representam esse lado da fraqueza feminina.

Ora, Angélica e Santa são claramente esses polos opostos. A primeira sendo a moça branca, virgem, pura, filha de um poderoso líder político que deve ser sua inocência preservada:

Doeu a João Miguel aquela linguagem tão solta nos ouvidos de Angélica:
 - Filó, tenha mais cuidado com essa língua! Pensa que é só abrir a boca e dizer o que quer? (...)
 João Miguel insistiu, já furioso:
 - Mais respeito, Filó! (QUEIROZ, 2004, p. 144)

Por outro lado, Santa, como já demonstramos, seria a mulher facilmente descartada, aquela que não é digna de confiança, de origem desconhecida, sem rumo e sem família, que está fadada ao esquecimento e à vergonha. Por mais que João nutre algum sentimento por ela, essa mulher não parece estar à altura do merecimento desse amor e do respeito:

- Se você me bota de militriz, pra que faz tanta conta de mim? Ninguém se ocupa em querer amarrar mulher à-toa, não! Se eu sou uma cachorra, é muito fácil, é só me largar que logo acho dono! (QUEIROZ, 2004, p.84)

Assim, em duas pontas da narrativa, observamos essa construção imagética das mulheres, e isso notamos também nos Discursos presentes nas páginas dos jornais: de um lado a exaltação dessa figura feminina que resguardava os valores familiares, por outro, especialmente nas colunas policiais, a condenação aos comportamentos julgados inapropriados para o “sexo frágil”.

Afora, essas duas mulheres, que em nossa análise também ocupam um lugar central na narrativa, justamente por ampliar nosso campo de visão sobre o papel social (contraditório) dos ambientes, físicos e simbólicos, que comportam toda a complexidade da sociedade, ainda trataremos de uma última personagem feminina que também figura nesta narrativa: Filó.

Ela, assim como Maria Elói, é uma das presas que estão cumprindo pena na cadeia pública de Baturité. Ela é assim descrita:

Em Filó, o que sempre admirava João Miguel, era a faceirice constante, o eterno pó-de-arroz, os eternos brincos, o cabelo *à la garçonne* com um pega-rapaz no meio da testa, os lábios roxos pintados, mostrando, num riso largo, os dentes brancos de louça.

Podia vir com o vestido rasgado, sujo de picumã e tisna da cozinha com que lidava. Mas na cara roliça e alegre as duas rosas de tinta de papel floriam sempre e do cabelo bem aparado escorria óleo cheiroso.

E era realmente inesperada, naquele corpo sujo e gordo de cozinheira, a cabeça pintada de mulher de ponta de rua.

Talvez fossem os restos do seu passado galante, interrompido pelo drama que a trouxera à cadeia: uma bebedeira, uma questão, uma navalhada e um desgraçado que rolara, debaixo da mesa, com os gorgomilos cortados. (QUEIROZ, 2004, p. 45-46)

Não fica evidente qual o motivo do crime, aliás, isso é uma característica importante no estilo narrativo que a autora elegeu: as violações cometidas não são tema central da história desses personagens, porém, como eles passam a lidar com isso e, principalmente as redes de apoio que vão sendo tecidas a partir disso, porém, trataremos disso mais adiante.

No entanto, sobre Filó, queremos retomar essa representação sobre a construção da figura feminina. A descrição física da personagem demonstra um pouco esse estranhamento e até ambiguidade: uma mulher ao mesmo tempo vaidosa e suja, que no rosto detinha um certo ar faceiro, mas seu corpo traía sua condição social e sua posição no mundo.

Afora isso, a personagem representa também outro aspecto sobre ser mulher, aquela que não é dócil, obediente, casta e “do lar”. Interessante perceber como a sexualidade dessas mulheres é sempre colocada em xeque. Assim como Santa e Maria Elói, Filó também é marcada por seus comportamentos que desviam daqueles esperados por uma dama.

Interessante notar como isso está ligado a uma classe social bem recortada. Elas pertencem a um estrato social mais empobrecido. Podemos, então, ainda há influências

Naturalistas da Literatura? Como observamos, por exemplo, na obra, já citada, de Rodolpho Teóphilo? Será que o determinismo social também está presente neste romance?

Não podemos fincar nenhuma resposta de forma definitiva, mas não seria de estranhar, especialmente depois de analisarmos as trajetórias não lineares dos movimentos artísticos/literários em Fortaleza que, na maioria das vezes, conviviam ou se sobrepunham aos outros, não sendo assim um absurdo admitir que apesar de traços Modernistas, esse livro ainda pode carregar um semblante Naturalista, onde o meio influenciava de forma direta os comportamentos e até mesmo o destino das personagens, assim, essas mulheres de classes mais subalternas estariam fadadas à prostituição ou ao abandono, mas, para as moças brancas e ricas, a pureza, a castidade e o ideal de família seriam preservados.

No entanto, pelas mãos de Filó os presos eram alimentados, não fica explícito se ela o fazia de maneira voluntária, ou se, de alguma forma era remunerada, sabemos apenas que a família era responsável por prover esses alimentos, mas era essa detenta que cozinhava e cuidava diretamente da alimentação.

Não encontramos pesquisas e/ou fontes que dessem conta de quem ou como eram realizadas as refeições nos presídios, haja vista que como optamos por pesquisar preferencialmente em periódicos, esse tipo de informação não constava em suas páginas dos jornais, posto que as colunas pesquisadas estavam mais focados no Discurso disciplinador, ou seja, mais do que o cotidiano da cadeia e dos presos, os enunciadores dos Discursos focaram nos motivos das detenções, e, principalmente como esses corpos e comportamentos eram inapropriados para a ascensão modernizadora da capital.

Porém, não é difícil imaginar as dificuldades que estes presos, especialmente os mais empobrecidos passaram no cárcere. Privações, insalubridades e esquecimentos deveriam ser a tônica cotidiana desses invisíveis. Porém, é na rede de solidariedade que eles se fortalecem.

Mais uma vez é a figura feminina que é responsável pela esfera do cuidado, Santa compra os mantimentos, Filó os cozinha, tanto para João quanto para seu José. Angélica, por sua vez, todos os dias leva a refeição do seu pai, e mostra-se preocupada com ele.

Em um livro intitulado “Protagonista de Rachel de Queiroz: Caminhos e descaminhos”, a pesquisadora Lourdinha Leite Barbosa faz um interessante estudo sobre todas as protagonistas dos romances queirozianos, no entanto, não dedica uma linha sobre essas figuras femininas em *João Miguel*, talvez por não enxergar que algumas delas exerce uma posição central na obra. Fato que nós não corroboramos, entendemos que pelo menos Santa seria uma excelente personagem que poderia ser apresentada como coprotagonista, como em nossa análise é Conceição o é.

E ao percebermos essa brecha, não apenas nesta pesquisa, mas de forma mais ampla, quando buscamos estudos diversos sobre a bibliografia sobre Rachel de Queiroz podemos compreender, ao nosso ver, o quão enviesado está também nosso olhar sobre as representações femininas. Qual o “tipo” de mulher que enxergamos como protagonistas? Precisa ser uma heroína destemida como Maria Moura? Precisa ser uma mocinha independente, mas de posses, como Conceição? Por que não podemos enxergar mulheres simples como centrais de suas narrativas?

Apesar de entendermos que como escolha, a autora prefere trazer a história de João Miguel em destaque, isso não nos impede de perceber a relevância dessas mulheres como fundamentais para a construção, inclusive, da própria riqueza literária e as percebemos como figuras importantes para a profundidade das questões aqui (re)tratadas.

Compreendemos as personagens do livro, não como modelos fidedignos daquilo que se convencional como “real”, pois entendemos que mesmo as descrições dos periódicos sobre as pessoas, tem um toque de recriação e imaginação, justamente para melhor prender o leitor, porém não conseguimos alcançar essas representações se descolarmos, ao nosso ver, o conceito para nós muito valioso de *sensibilidades*:

Principiemos nossa reflexão pelo entendimento de que as sensibilidades corresponderiam a uma relação originária dos homens com a realidade, expressa por sensações e pela percepção, que, de forma individual e partilhada, implicam a tradução da experiência humana no mundo. Sendo, contudo, um processo subjetivo, brotado do íntimo de cada indivíduo, como uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. Sendo a sensibilidade uma forma de ser e estar no mundo, ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica

(...)

Mas o conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos e das sensações que vêm do íntimo de cada indivíduo. Há, pois, uma dimensão primeira que é a do corpo em contato com o real. Há uma relação que se estabelece de presença ou doação do real sobre os indivíduos, que não ficam indiferentes aos estímulos sensoriais. Os sentidos são afetados e provocam sensações, ou seja, são dotados dessa capacidade reativa, anterior à capacidade reflexiva, e que marca uma modificação no equilíbrio entre o ser e o mundo. As sensações, fenômenos da ordem da sensibilidade, são imediatas e momentâneas e podem ser definidas como a capacidade de ser afetado por fenômenos físicos e psíquicos, na reação dos indivíduos diante da realidade que os toca. (PESAVENTO, 2005, p.128)

Contudo, a autora está falando de sensibilidades como estímulos vividos a partir de corpos reais, de “carne, ossos e nervos”, então seria possível deslocar essas experiências para corpos “inventados”, ou seja, para personagens produzidos a partir da atividade criativa de uma autora? E a cadeia, espaço que nos remete à disciplina, violência e controle dos corpos, poderia

ser um ambiente para pensarmos sobre os afetos? É sobre esses questionamentos que iremos refletir a seguir.

4.4 A CADEIA E O ESPAÇO DO SENSÍVEL

Após essa pretensa e breve análise sobre as figuras femininas neste romance, não poderíamos deixar de olhar com mais atenção para o percurso de João Miguel na prisão. Como já pontuamos anteriormente, as trajetórias dos encarcerados e de suas famílias e/ou companheiras são diretamente impactadas a partir do momento do encarceramento.

Porém, mais do que analisar os motivos que levaram essas pessoas à prisão, queremos nos deter à esses caminhos de sensibilidades que nos instiga a professora Sandra Pesavento, em trecho também já citado. Ela apresenta um aspecto que julgamos importante, o caráter *reativo* do sensível, aquilo que seria pré- racional, porém, mesmo reconhecendo que isso é um processo individual, logo subjetivo, a historiadora não nos deixa olvidar que como essas experiências são vivenciadas e, depois, fixadas e significadas está intimamente ligada à vivência compartilhada social, cultural e historicamente.

Logo nas primeiras linhas, e assim segue por toda a narrativa, vemos descortinar sob nossos olhos uma sucessão de sensações, sentimentos e emoções. Seguindo o mesmo texto de Pesavento, o desafio do historiador(a) que intenta enveredar por esse campo de pesquisa é justamente readaptar seu olhar e passar a observar com mais atenção para as entrelinhas, ou os sussurros das fontes escolhidas:

O poder interpretativo do olho deve ser estimulado, para dar a ver e dar a ler as marcas do passado, que encerram outros significados para a representação do mundo que não são mais os nossos. O olhar do historiador da cultura, detentor de uma bagagem específica de saber acumulado - ele, também, possuidor de *studium* e *punctum* - interpretará tais sinais, estabelecendo nexos e relações para tentar chegar ao tal mundo do passado onde os homens, falavam, amavam e morriam por outras razões e sentimentos. (PESAVENTO, 2005, p. 133).

E são esses outros olhares através das representações, que buscamos esmiuçar esse romance. *João Miguel*, como já pontuamos anteriormente, tem como uma das características justamente a preocupação em focar na riquíssima construção psicológica dos personagens. A autora não procura, ao nosso ver, pautar essas pessoas a partir dos crimes que cometeram, isso, ao longo da narrativa passa a ser plano de fundo para reflexões que versam sobre a vida, relações e o próprio sentido de justiça.

Retomamos agora a figura do protagonista. João, como já abordamos, é preso após matar um homem numa briga numa festa. Não fica claro as motivações, mas não é o crime em si que

nos chama nossa atenção. Às vezes em que, por ventura, esse acontecimento é lembrado é sempre para explorar alguma sensação que este fato provoca tanto no personagem quanto no interlocutor, senão vejamos alguns excertos:

João Miguel, coberto, de uma vergonha imensa, machucando a fronte no varão, de tanto baixar a cabeça, murmurou:

- Coitado...

- Coitado? Foi ele que fez sua desgraça! Se não fosse ele, você não estava onde está! Pensam que precipitar um homem assim!...

Aliviado pela perspectiva daquela justificação, ele juntou:

- E eu, no começo, não queria brigar... Foi ele que pegou no diabo da inticage... Até pisou no meu pé...

(...)

Novamente abatido, João Miguel baixou sua a cabeça. Um silêncio aflito sobreveio.. (QUEIROZ, 2004, p.16)

Amparou nas mãos a cabeça vazia, vazia... Com esforços, como quem recorda uma história de anos, procurava rememorar a tragédia da véspera, tentando reconstituir o início, o motivo da questão.

Mas, rebelde, o pensamento lhe fugiu, solicitado por qualquer vago ruído que viesse de fora.

E então João Miguel sentia, como um remorso, a vergonha da sua indiferença. Quer dizer que a gente mata um homem, vira criminoso - criminoso! - e não fica diferente, sente a cabeça no mesmo lugar, fica com o mesmo coração?

Quando, antes, pensava que, se talvez um dia chegasse a se desgraçar, a matar um vivente, haveria de ficar toda a vida com o remorso, com a lembrança do defunto, do sangue, no sentindo. E estava ali, se sentindo o João Miguel de ontem e de sempre...

De repente, porém, lhe vinha brutalmente à memória a imagem do morto na lama roxa do sangue, e a ideia clara dos soldados, da condenação, de todas as conseqüências do seu gesto tão rápido...

E sentia uma sensação sufocante de peso, de opressão, como se uma lhe esmagasse os peitos, o estômago... O coração entrava a bater depressa, mais depressa, em pancadas aflitas e rápidas, mais depressa, sempre mais depressa, até lhe esmurrar o peito como um punho furioso.

Pouco a pouco ia serenando, ia esquecendo. O pensamento se abatia, como uma espuma que baixa. E a sua atenção distraidamente se perdia num morcego que se balançava numa viga do teto, como um saco inchado e mole, ou numa grande aranha negra, toda pernas, que evoluía lentamente na penumbra lóbrega da parede. (QUEIROZ, 2004, p.18-19)

Aprendemos nestas passagens o conflito que João vai atravessando ao perceber o crime que cometera. É interessante notarmos que o turbilhão de sensações e sentimentos são ambíguos: ora vem o remorso, a culpa, a vergonha ainda que ele busque justificar para si e para o outro que ele tivera seus motivos, e que sinta também uma certa indiferença ou que vá se afastando desse “outro”, que também é ele.

Porém, essas sensações possuem corporeidade. Não é possível pensar em sentimentos, emoções, enfim, falarmos de sensibilidades se não refletirmos sobre os corpos. São eles que, substancialmente, são atravessados por essas descargas de emoções. Recuperando um pouco do que já analisamos sobre o trecho citado de Sandra Pesavento, se as sensibilidades seriam a primeira reação, elas só seriam possíveis a partir de uma ação sofrida ou realizada pelo corpo.

E uma determinada passagem deste romance, nos remete instantaneamente a memória proustiana, se o narrador-personagem da grande obra francesa é capaz de acessar seu passado após provar chá com madeleines, no personagem construído por Rachel de Queiroz, esse “gatilho” corporal é disparado após um gole de cachaça:

Era a primeira vez que João Miguel bebia, depois de preso. E, ao pôr o copo na boca, veio-lhe uma saudade tão aguda, tão dolorosa, como nunca a sentira desde muito. O cheiro familiar da aguardente trazia-lhe, de roldão, a memória de tudo o que passara, um atropelado montão de coisas queridas e perdidas, a amarga recordação de toda a sua vida apanhada de brusco e arrojada àquele buraco triste onde o chumbaram. E, engolindo depressa o trago, e cuspiendo grosso, parecia-lhe que expectorava de tédio e sofrimento. (QUEIROZ, 2004, p. 109)

Examinar essa materialidade física é entender que não tem como separar o que é apenas físico daquilo que convencionamos a compreender como emocional ou psicológico. Concebemos que estes corpos encarcerados traziam marcas indeléveis do seu passado pregresso, mas que carregarão também as experiências vivenciadas no período de cárcere. É, sobretudo, interessante notar como a construção literária se apropria dessas capacidades para aproximar o leitor desse outro, provocando também nele uma capacidade, ao nosso ver, de despertar nele também emoções e sentimentos.

Claro que ao escolher representar assim suas personagens e contar essa história a partir desse viés foi uma decisão pessoal da autora e que, de forma alguma, seria a única possível. Ao contrário, o que não falta no cânone literário mundial são formas de apropriação e de ressignificação desse espaço e dessas experiências, afora, as próprias e extensas pesquisas acadêmicas que se aprofundam em vários ramos do conhecimento, mas que procuram entender o impacto das prisões tanto no meio subjetivo, como de forma coletiva.

Contudo, mesmo essa escolha sendo pessoal da escritora, não podemos nos despegar de uma sociedade e de uma época que estava inserida. Os corpos também são marcas sociais, e neste caso, percebemos isso nas características físicas e psicológicas, bem como nas marcas de oralidade das personagens. Há um cuidado de Rachel de Queiroz, e neste caso já percebemos um traço do Modernismo, em transpor para o livro as particularidades no modo de se expressar dessas pessoas, trazendo a simplicidade no vocabulário e até nos gestos.

As personagens representam pessoas, majoritariamente, de uma classe econômica inferior: agricultores, desempregados, mulheres prostituídas, artesãos, não muito diferente dos perfis que observamos nas páginas dos jornais, contudo, nestes espaços raramente, esses sujeitos tinham vozes, e ainda mais para expressar como se sentiam. Por outro lado, não podemos e não devemos cair numa pretensa romantização do espaço prisional.

Mais uma vez salientamos que a liberdade criativa²⁹ da autora permitiu que ela assim quisesse representar este local, por outro lado, outros autores o perceberam de outra forma, e aqui, a fim de apresentar um contraponto, podemos inserir uma breve análise da passagem do personagem Fabiano, de “Vidas Secas” também pela prisão.

Assim como o protagonista do romance aqui estudado, o personagem de Graciliano Ramos também acaba por ser preso, dessa vez, por ter se desentendido, ou melhor, por ter desobedecido às ordens de um “amarelo” (um guarda). Sentindo-se desrespeitado, o soldado prende Fabiano.

A experiência dessa detenção será bem diferente da que João Miguel vivenciou, o sertanejo do autor alagoano sofrerá agressões físicas e psicológicas, ainda que o tempo da prisão seja bem inferior ao que João permaneceu, ainda sim os sofrimentos de Fabiano são mais agudos, pois apesar do pouco tempo, o tratamento despendido a ele é mais degradante:

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e agüentavam cipó de boi oferecia consolações: – “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.” (RAMOS, 2013, p. 18)

Até mesmo o espaço físico da cadeia e os companheiros de prisão parecem mais arredios. No entanto, não é nosso objetivo aqui fazer uma longa análise comparativa entre esses dois livros, haja vista que só o romance de Graciliano Ramos nos forneceria muitos elementos que mereciam um estudo bem mais apurado.

Trouxemos esses fragmentos apenas para ilustrar como mesmo na Literatura as percepções são distintas de acordo com o que o autor ou a autora quer atingir, além do próprio estilo literário e inspirações de cada um (a).

A partir desse brevíssimo exemplo, e aqui caberiam inúmeros outros, sobre como essa experiência prisional é vivenciada e retratada de forma distinta, queremos retomar a reflexão sobre essas “marcas do tempo” a quais podemos chamar também de sensibilidades, como já adiantamos anteriormente, esse conceito, ao mesmo tempo que subjetivo, não pode ser desassociado das experiências coletivas em dado grupo social.

As sensibilidades se apresentam, portanto, como operações imaginárias de sentido e de representação do mundo, que conseguem tornar presente uma

²⁹ Compreendemos, no entanto, que essa “liberdade” era delimitada pelas conjunturas sociais, políticas, temporais e culturais da sociedade/tempo que estava inserida e como já salientamos aqui nesta pesquisa, não acreditamos em neutralidade, dessa forma, mesmo com toda as possibilidades, cremos que as escolhas da autora se pautaram por preferências, conscientes ou não, e principalmente o modo que ela se relacionava com seu entorno e o ressignificam. Como ocorre com todos os sujeitos históricos, especialmente aqueles e aquelas que escolhem a Arte como meio de se expressar.

ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido. O sentimento faz perdurar a sensação e reproduz esta interação com a realidade. A força da imaginação, em sua capacidade tanto mimética como criativa, está presente no processo de tradução da experiência humana. A história cultural tem se empenhado, entre outras coisas, a resgatar estas tais sensibilidades do passado, ou as práticas culturais do sensível, através das marcas que deixaram nos materiais de arquivo, nas artes, na literatura. Estes seriam, por assim dizer, os indícios ou pegadas, deixados pelo homem e que se oferecem à leitura, desde que iluminados por uma pergunta ou questão. Em todas elas - até mesmo nos documentos oficiais, de que falava Huizinga - é possível encontrar registros da alma, traços do mundo sensível de uma outra época. (PESAVENTO, 2007, p. 15)

Para nós, esta definição, ou melhor, direção que nos oferece a professora Sandra Pesavento é o que nos instiga a pensar sobre esses “registros da alma de uma outra época”, e como temos visto até esse momento e ratificados por essa pesquisadora a Literatura, assim como outros documentos selecionados pelo historiador (a) podem ser capazes de nos dar essas pistas, desde que questionados.

E o que nos instiga até aqui é justamente perguntar como as cadeias, para além de espaços de disciplina e punição, poderiam ser também locais de afetos e sensibilidades? Cremos que ao longo deste capítulo, e até deste trabalho, essa tenha sido a indagação que nos moveu, como estamos tentando demonstrar, já percebemos que laços socioafetivos foram retratados entre diversas personagens, atravessando os diferentes tipos de relação, desde a solidariedade até o papel de cuidadoras que as mulheres historicamente exercem.

Inúmeras pesquisas, sobretudo nas áreas de Serviço Social e Psicologia apontam para a importância desses vínculos para as pessoas em situação de cárcere, no entanto, essas pesquisas geralmente estão situadas num passado muito recente. Assim, como acessar esses elos, se a maior parte dos documentos oficiais, e em nosso caso, os jornais não deixam escapar muita coisa, ainda que percebamos justamente nessa ausência traços da sua presença?

O romance de Rachel de Queiroz nos oferece um amplo panorama desse microcosmo que é a prisão. Desde um local para privar de liberdade aqueles que cometeram qualquer tipo de delito até para guardar “alienados”, mas interessante notar como a relação entre os personagens e este espaço vai também tomando outros contornos.

De início, João Miguel deveria ficar dentro da cela, trancado, pois ainda não havia sido “julgado”, logo estava “incomunicável”, ao passo que outros presos, que já estavam há mais tempo, poderiam circular livremente pela prisão, até mesmo sair durante o dia para trabalhar e voltar apenas à noite para dormir, numa espécie de semiaberto, apesar de legalmente esse regime ter sido legalizado apenas a partir do Código Penal de 1940.

Não podemos afirmar que esse tenha sido a realidade que a jornalista-escritora encontrou em suas pesquisas “para colher da fonte”, mas não é impossível crer que algo semelhante ocorresse, haja que observamos nas páginas dos jornais já citados no capítulo anterior, como especialmente os presos contumazes, geralmente que cometeram pequenas infrações como jogos de azar e abuso do álcool, já eram “íntimos” dos guardas, tendo até uma certa “simpatia” destes.

Assim, as relações que eram tecidas nesses espaços transpassaram, inclusive, a linha das hierarquias. Se pensarmos que a distância social entre os guardas dessas prisões não era muito grande daqueles e daquelas que se encontravam presos e presas. Havia, portanto, algumas brechas que algum tipo de camaradagem poderia passar, observamos isso, por exemplo, no caso da “Rapozinha”, ilustre figura da coluna *Chronicas da Cidade*, que de tanto ser detida por causa de suas “carraspanas”, já era, de certa forma uma personagem importante desse espaço.

Dessa forma, amor, amizade e solidariedade são alguns afetos que podemos perceber, claro que outros sentimentos como ciúmes, remorso, medo, raiva também estavam presentes, e, interessante notar como Rachel de Queiroz se apropria dessas ambiguidades humanas para justamente “humanizar” seus personagens e gerar uma identificação/aproximação com o seu leitor.

Mas, as interações entre esses sujeitos também levantavam questões sociais importantes. À medida que vamos nos familiarizando com essas personalidades e o ambiente da cadeia, percebemos que as sensibilidades são para além dos sentimentos. Há algo de mais profundo na vida dessas pessoas que fazem com que elas se liguem. A autora provoca, através de seus personagens, sobre temas relevantes a serem pensados na sociedade da época.

Com fins didáticos, geralmente o período Modernista no Brasil é dividido em fases, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado dentre outros, são, nesse contexto inseridos naquela que ficou conhecida como 2ª Geração Modernista, ou a Literatura “Regionalista”³⁰. Nessa etapa, uma das características mais pungentes é justamente o forte engajamento sociopolítico das tramas, geralmente alguma “denúncia social” é retratada nas tramas.

Em seu romance de estreia, a autora já havia levantado o assunto das desigualdades sociais no tocante aos impactos que a seca provocava no sertanejo de acordo de seu poder econômico: os pequenos camponeses, vaqueiros, empregados das grandes fazendas eram os

³⁰ Devemos e podemos questionar esse adjetivo, pois regional era tudo aquilo que não fazia parte da “Literatura Nacional”, ou seja, aquela produzida pelos escritores localizados geograficamente no Sudeste, em especial Rio de Janeiro e São Paulo.

primeiros a sentirem o peso da estiagem, eram eles que encontravam as maiores dificuldades e humilhações na emigração, ao passo, que muitos fazendeiros ricos aproveitavam justamente esse momento de penúria para aumentar seu gado e suas terras. (RODRIGUES, 2016)

Em *João Miguel* a autora utiliza este cenário de encarceramento para também provocar o leitor sobre as condições desiguais dos encarcerados, de acordo com sua posição social. O peso da prisão não é igual para todos. Coronel Nonato, mesmo sendo inimigo do delegado, ainda possui um poder simbólico e mesmo preso ainda detém de muito capital político e financeiro para se manter no poder e ser respeitado, o extremo oposto seria Maria Elói, por exemplo não vivenciava da mesma forma e com o mesmo “conforto” que o pai de Angélica, como já demonstramos anteriormente.

Pertinente sublinhar que essas inquietações majoritariamente partem dos personagens que estão em posição de subjugação. No caso desse romance, quem irá demonstrar esse panorama de desigualdade será o “milagreiro” José:

Não era muito mais direito que eu tivesse ficado trabalhando no meu canto, dando comida a esse bando de crianças que não tem culpa do que o pai fez, para serem elas que paguem? Não era muito melhor que me obrigassem a sustentar a viúva do finado e até criar os filhos dele? Isso é que era o direito, isso é que era a lei boa!

(...)

João Miguel, que, até ali, estivera calado, escutando, opinou:

- Na minha mente, este mundo é de quem pode... Nele só padece quem não tem o poder de ser grande... Isso de castigo era muito bom se fosse para todos. Mas os grandes, que pagam os bestas que nem nós pra matar quem eles querem, cadê que vêm uma amostra, ao menos de cadeia?
- Deus castiga a esses no outro mundo...
- Deus é para os ricos, Dona Angélica... (QUEIROZ, 2004, p.129-131)

Muito se pode retirar dos trechos acima, mas o principal é destacar a função que as sensibilidades possuem como esse mecanismo de tocar em temas, por vezes polêmicos, mas de uma forma que possa sensibilizar, aproximar o outro e ser palco de mudanças de mentalidades, ajudando a derrubar barreiras e fomentar uma discussão social saudável e progressistas.

Não à toa, muitos dos escritores dessa geração foram perseguidos politicamente, como o próprio Graciliano Ramos que citamos anteriormente, e como a própria Rachel de Queiroz se coloca, ainda que tenha sido, segundo ela, censurada pelos companheiros de Partido Comunista.

Mais uma vez, corroboramos como esse assunto é vasto e profundo e que suscita diversos debates, por último, queremos analisar um fator que nos chama atenção desde o primeiro momento e que será nosso último assunto: a relação entre o abuso do álcool e a cadeia.

4.4.1 O álcool e a cadeia

Um ponto que nos chamou atenção desde o início da pesquisa, ainda quando consultávamos os periódicos, é a estreita ligação que o abuso do álcool tinha com as detenções. Já dedicamos no capítulo anterior um tópico para relatar esses casos, tanto das desordens causadas por pessoas alcoolistas, quanto um amplo artigo escrito pelo sanitarista e escritor Rodolpho Teóphilo sobre os males físicos e sociais que o consumo de álcool causava tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

Para uma sociedade, ou parte dela, que ansiava o “progresso”, alguns hábitos eram vistos como inapropriados e indesejáveis e um dos mais combatidos era justamente o dos usos e abusos do álcool. Contudo, percebemos ainda nos jornais, e que como veremos adiante será mais reforçado ainda na Literatura, que esse Discurso moralizador não era destinado a todos os sujeitos, mas, mais uma vez estava destinado aqueles que eram considerados “vagabundos”, “inúteis”, ou seja, aqueles e aquelas que fugiam da regra do trabalhador produtivo que contribuiria para o crescimento social. (FONTELES NETO, 2005)

Ao nos voltarmos para o estudo do romance, isso tornar-se ainda mais evidente e central para nossa ponderação, o protagonista é preso justamente após se envolver em uma briga no qual encontrava-se bêbado, fato que sua defesa tentará transformar em alibi: “- É preciso garantir a embriaguez absoluta... Se eu consigo provar a privação de sentidos, dou uma rasteira nessa cambada!...” (QUEIROZ, 2004, p.41)

No entanto, esse é um assunto que tangencia toda a narrativa, desde João Miguel que assim se descreve:

- Só tem que eu nunca fui ruim, nunca fiz um malfeito, nunca andei desmatreado, nunca botei a mão no alheio... Sempre fui bem procedido e nem sei como foi que vim a fazer isto... Se seu doutor quiser punir por mim... (QUEIROZ, 2004, p.42)

Porém, o mesmo reconhece que tem problemas de “cachaça doida”, ou seja, fica mais violento quando bebe. Todavia, ele não é o único que enfrenta essa dificuldade, outras personagens durante a trama vão revelando sua alcoolemia. Uma delas é uma personagem anônima, mas era frequentemente detida justamente para “curar a bebedeira”, ela é uma mulher anônima, não tem rosto nessa trama, mas suas características nos fazem lembrar do tratamento dado à Rapozinha, a célebre figura que aparecia com frequência nas páginas do *Correio do Ceará*. Logo no início da obra assim essa personagem é descrita:

Uma velhota bêbada, desgrenhada e em farrapos, foi levada à força para a célula fronteira.
A chave rangeu, girando, e ouviu-se a voz da mulher:
- Desgraçado, sem vergonha, filho duma mãe!...

Um soldado gritou:

- Dorme em paz, belezinha!
- Me deixa, assassino, cachorro!...

Os soldados se afastaram, rindo. Muito tempo, agarradas às grades, a mulher continuou as descomposturas. Depois cansou: deitou-se no chão e começou a entoar um estribilho fanhoso, irritante, como para se embalar... (QUEIROZ, 2004, p.13)

Assim, o alcoolismo não era tratado como uma questão de saúde, mas de ordem pública. E não apenas nesse livro, mas em outras obras literárias, desde os clássicos russos, como o próprio *Crime e Castigo* até *Vidas Secas* que já citamos anteriormente, vão demonstrando como o abuso do álcool era uma questão que não poderia ser deixada de lado numa análise social.

No entanto, o consumo de bebidas alcóolicas não prejudicava somente os “cidadãos comuns”, sendo uma preocupação inclusive para a hierarquia da polícia, pois praças e soldados também não raro bebiam, inclusive em serviço. Sobre isso, nos relata o pesquisador Fonteles Neto (2005, p. 65): “Tem-se alguns casos de policiais que, no exercício das atividades e sob o efeito de bebidas, abriam espaços para uma série de tramas, desmandos, arbitrariedades e conchavos nas ruas da capital.”

Vislumbrar isso não apenas através de fontes ditas “oficiais”, mas perceber também esse cotidiano em livros e músicas faz-nos refletir enquanto historiadores, em especial, aqueles que perseguem uma tentativa de acessar as sensibilidades do passado, que as questões do dia-a-dia eram muito mais complexas do que por vezes somos capazes de pensar.

Eram nesses pequenos detalhes e deslizes que a vida era/é constituída. Falta-nos, na verdade, fôlego para tudo aquilo que podíamos extrair desse livro de pouco mais de 150 páginas, não que ele fosse um retrato fiel, e não era isso que buscávamos, mas como um registro de um olhar sensível sobre essa sociedade.

Olhar este que reconhecemos como enviesado, como todos os olhares o são, mas ainda sim, um documento importante para compreendermos que apesar das grandes transformações, dos “grandes” crimes ou de qualquer mudança brusca que se intentava implantar, sob o sol do cotidiano, a vida se movia mais devagar e com mais meandros do que somos capazes de captar.

Ainda assim, percebemos neste capítulo que quando expandimos nossos horizontes de pesquisa e tentamos formular questões para certas fontes é possível extrair do passado sentimentos, afetos e até um novo ponto de vista sobre ele. Não no sentido de julgar, mas no sentido de compreender que em todos os tempos e espaços há contradições e limites que são próprios do cenário e da sociedade em que foram constituídos e que a imperfeição pertence, também, à História.

5 CONCLUSÕES

Diante do exposto, foi possível analisar a complexidade de uma cidade e a dificuldade em definir suas características e habitantes. Foca em Fortaleza do final do século XIX até os anos 1930, destacando suas contradições, transformações culturais e sociais, além das desigualdades e exclusões presentes. Explora também os discursos sobre a modernização e o modernismo na cidade, bem como as disputas de poder entre grupos literários. O capítulo pretende analisar a obra "João Miguel," escrita por Rachel de Queiroz durante esse período, como uma maneira de entender essa realidade complexa e única da cidade.

O texto aborda a história de Fortaleza desde sua colonização até se tornar a capital do Ceará. A cidade desempenhou um papel importante no desenvolvimento do Estado, especialmente na coleta e exportação de algodão. Durante períodos de seca, a cidade enfrentou o desafio de receber milhares de retirantes que buscavam sobrevivência. A Grande Seca de 1877-1880 foi especialmente marcante, causando impacto no cotidiano da capital e trazendo desafios sociais e de infraestrutura. Essa convivência forçada gerou conflitos e sentimentos contraditórios em relação aos migrantes da seca. A urbanização da cidade também foi influenciada por esse contexto, com disputas de poder e sentimentos diversos. A seca deixou marcas no imaginário e nas emoções das pessoas, inspirando obras literárias significativas na Literatura Cearense.

No item 2.1.1, o texto aborda a marcante influência das secas no estado do Ceará, especialmente enfocando os eventos ocorridos em 1877. Duas obras literárias importantes são mencionadas: "A Fome," escrita por Rodolpho Teóphilo, e "O Quinze," de autoria de Rachel de Queiroz. "A Fome," publicada em 1890, retrata a história da família de Manuel de Freitas, um próspero fazendeiro que perde tudo devido à falta de chuvas e é obrigado a migrar com sua família para Fortaleza. O romance detalha as dificuldades enfrentadas durante o percurso, expondo as adversidades causadas pela seca, como a fome, o infanticídio e até mesmo o canibalismo.

Ao chegarem à capital, os Freitas não encontram uma situação melhor e são alojados em "currais," afastados da sociedade, enfrentando a terrível epidemia de varíola que dizima centenas de pessoas por dia. O autor, Rodolpho Teóphilo, além de romancista, desempenhou um papel ativo na vida real, liderando uma campanha de vacinação contra a varíola, que afetava especialmente os retirantes amontoados sem condições adequadas de higiene e enfraquecidos pela fome, tornando-se as principais vítimas da doença. Além da epidemia de varíola, que chegou a causar mais de mil mortes em um único dia, o romance também aborda outras questões

sociais que impactaram tanto os habitantes de Fortaleza quanto os imigrantes em busca de refúgio na capital cearense. O livro mostra a trajetória da personagem Carolina, filha de Manuel de Freitas, que quase se torna vítima dos abusos do comissário Simeão de Arruda, um distribuidor de socorros públicos. Enquanto a personagem branca e de família importante é poupada da desonra, Rosa, uma personagem mestiça e pobre, não tem a mesma sorte e acaba na prostituição.

Entendemos esses romances como importantes fontes históricas, fornecendo pistas sobre as disputas de poder que ocorriam na época. Manuel de Freitas, mesmo sendo um retirante como tantos outros que chegavam diariamente em Fortaleza, tentava se valer de seu prestígio político anterior para conseguir uma colocação melhor na nova cidade. Contudo, ele logo percebe que a seca não só destruiu sua fortuna, mas também o transformou em um "pária," sendo tratado como parte dos mais pobres e excluídos, invisível aos olhos da sociedade.

No item 2.2 "Fortaleza e a Belle Époque: Práticas e Discursos," o texto destaca o período de grandes reformas que Fortaleza passou no final do século XIX e início do século XX. O objetivo dessas transformações, de acordo com o historiador Sebastião Ponte, era a disciplinarização dos espaços e dos corpos, especialmente das camadas populares.

Essa disciplinarização incluía a organização urbana e social, visando controlar a saúde, os hábitos higiênicos e o comportamento da população. A modernização da cidade incluía a construção de palacetes, teatros, cinemas, praças, entre outras obras públicas. Fortaleza buscava se tornar uma cidade desenvolvida e deixar para trás a imagem de província. Essas mudanças foram influenciadas pela "Belle Époque," um movimento modernizador que também marcou outras cidades e capitais do Brasil. Inspiradas pelo modelo urbano europeu, especialmente de Paris, essas cidades buscavam se tornar civilizadas e modernas, deixando para trás o atraso rural e provinciano.

No entanto, as transformações não ocorreram de forma homogênea e não foram aceitas por toda a população. As desigualdades sociais e territoriais aumentaram, com o surgimento de favelas e periferias e a segregação das camadas mais pobres. O jornal "Mercantil" foi um veículo de comunicação que representava os interesses industriais e políticos da elite local. Através desse periódico, podemos analisar as práticas discursivas que buscavam legitimar as transformações em curso na cidade, ao mesmo tempo em que reforçavam a ideologia e os interesses da classe dominante. A partir do início do século XX, Fortaleza viveu uma série de transformações culturais e sociais. Inaugurou-se o Theatro José de Alencar, símbolo de modernização da cidade e alvo de disputas políticas e ideológicas. A cidade também foi palco

de várias manifestações artísticas, que contribuíram para consolidar a chamada "tradição literária cearense".

No entanto, ao analisarmos a "tradição literária cearense," devemos considerar que toda tradição é construída e selecionada, muitas vezes de forma seletiva e arbitrária. Há uma forte valorização do pioneirismo e da originalidade, que reforça a imagem de uma cultura cearense especial e diferente das demais. Através da análise crítica do discurso, podemos entender como essas representações são construídas e quais interesses estão por trás delas.

No item 2.3.1 "Histórias e Discursos," o texto destaca que Fortaleza e o Ceará foram formados por convergências de influências, sujeitos e discursos, que atuavam reciprocamente. Os discursos eram frutos de ideologias, práticas sociais, poderes e sujeitos de uma determinada sociedade, mas também atuavam sobre ela, em um esquema de retroalimentação. A História não é um percurso linear e hegemônico, mas permeada por brechas, resistências e ambiguidades. O texto busca entender as forças culturais que movimentavam as ruas e praças da capital cearense, valorizando as potências geradoras de novos discursos, práticas, sujeitos e espaços.

A cidade é um fenômeno cultural, onde são produzidas imagens e discursos que atribuem significados ao mundo e refletem emoções, sentimentos e utopias dos habitantes urbanos. Ao analisar os movimentos literários que ocupavam os espaços citadinos, o texto busca compreender as relações interpessoais e com o espaço que esses grupos ocupavam ou desejavam ocupar.

No item 2.3.2 "Modernidade, Modernização e Modernismo", o texto destaca a efervescência cultural que ocorreu no Brasil nas primeiras décadas do século XX, incluindo o Ceará. A modernidade, modernização e modernismo são conceitos diferenciados, mas interligados. A modernidade refere-se às mudanças políticas, econômicas, sociais, técnicas e culturais do capitalismo que perduram até a contemporaneidade. O modernismo é o conjunto de manifestações artísticas do final do século XIX e início do século XX. A modernização está relacionada ao desenvolvimento da tecnologia e da técnica. A modernização das cidades brasileiras influenciou o movimento modernista, que teve o cenário urbano como palco principal de desenvolvimento. Os grupos de escritores, artistas e intelectuais surgiram para oferecer uma nova linguagem, significado e estética para o mundo em transformação. No Ceará, assim como em outras regiões, grupos de intelectuais reuniram-se para afirmar a identidade e a cultura locais.

No item 2.3.3 "Desconstruindo tradições e a Disputa de saberes", o texto aborda a formação da identidade literária cearense, destacando a efervescência cultural no Ceará e o

papel das agremiações literárias na construção dessa identidade. Reflete sobre a busca por uma "origem" da tradição literária cearense e como isso pode ser uma invenção de tradições que visa legitimar um ethos. Também destaca a importância dos intelectuais na disputa e validação dos saberes, assim como nas relações de poder, tanto no campo da literatura quanto na sociedade em geral. Enfatiza a influência das ideologias modernizadoras da época na produção e propagação da tradição literária cearense.

O item 2.4 "O CAMPO CULTURAL E LITERÁRIO DE FORTALEZA NOS ANOS 1870 A 1930" aborda as transformações e permanências da capital do Ceará ao longo dos séculos XIX e XX, com ênfase nas manifestações literárias e culturais. Destaca a influência do pensamento positivista na busca por modernização da arte e literatura cearense, assim como o papel das agremiações literárias na construção da identidade cultural e literária do Ceará. Aborda o surgimento do Pré-Modernismo e do Simbolismo, com destaque para a Padaria Espiritual, e discute a influência do Modernismo no Ceará, destacando a importância do jornalismo como veículo propagador das ideias modernistas e a publicação do Suplemento Literário Maracajá. O texto também enfatiza a importância de retratar a alma da terra e da gente cearense na produção artística, buscando uma identidade caracteristicamente brasileira e nordestina. Além disso, mostra a relevância dos movimentos literários e agremiações como espaço para disputas de poder e expressão das ideologias da época.

O item 2.5 aborda a vida pessoal e os caminhos criativos da escritora Rachel de Queiroz, destacando como ela assimilava e recriava sua arte a partir de seu tempo e perspectivas. O texto destaca a estreia de Rachel de Queiroz no jornalismo aos 16 anos, sendo convidada para colaborar com o jornal "O Ceará" e depois com "O Povo". A autora relata a influência do ambiente familiar, o incentivo à leitura e o apoio de seus pais em sua formação literária. Além disso, mostra como a inserção social de Rachel no meio intelectual cearense foi fundamental para sua trajetória como escritora. A discussão ressalta a importância do contexto social e familiar na formação do talento da autora e na influência de seu meio na produção literária.

No item 4.3.1 do texto, são apresentadas diversas personagens femininas do romance "João Miguel", de Rachel de Queiroz, e a importância de suas representações na obra. A personagem Santa é descrita como companheira de João Miguel, que o apoia e dá suporte emocional e material após sua prisão. Ela se torna uma figura central na vida do protagonista, assumindo responsabilidades que vão além de ser apenas uma amante. Santa é retratada como uma mulher que enfrenta desafios e adversidades, mas que também exerce uma força significativa em sua trajetória. Maria Elói é outra personagem feminina importante no romance, uma prisioneira que lida com as dificuldades de criar seus filhos na cadeia. Ela representa a

situação das mães encarceradas e as dificuldades que enfrentam para manter os laços familiares em um ambiente hostil. A protagonista, Angélica, é filha de um dos detentos e mostra o impacto da prisão de seu pai na vida da família. Ela também enfrenta desafios emocionais e busca apoiar o pai durante esse período difícil. Outra personagem, Filó, é uma prisioneira responsável por cozinhar as refeições dos detentos. Ela é retratada como uma mulher ambivalente, com características físicas que apontam para sua vaidade, mas também com traços que denotam sua posição social mais empobrecida.

O texto destaca o papel de cuidadoras que essas mulheres desempenham nas vidas dos homens presos, mesmo enfrentando dificuldades e discriminação social. Também questiona o padrão de protagonismo feminino na literatura, defendendo a relevância de enxergar mulheres simples como personagens centrais em suas narrativas. Além disso, são feitas reflexões sobre a possibilidade de explorar sensibilidades e afetos em ambientes como a prisão, mesmo em personagens fictícios, e como essas representações podem contribuir para uma compreensão mais abrangente e complexa da sociedade e das relações humanas.

No item "a cadeia e o espaço do sensível", o texto explora como a obra "João Miguel" de Rachel de Queiroz aborda as sensibilidades e afetos presentes no contexto da prisão. A análise se concentra nas personagens femininas do romance, como Santa, Maria Elói, Angélica e Filó, e como elas exercem o papel de cuidadoras e são afetadas pelas prisões de seus familiares. O texto destaca a importância de considerar as sensibilidades dos personagens como uma forma de compreender suas experiências individuais e coletivas. Além disso, é mencionada a relevância do engajamento sociopolítico presente na literatura modernista da época, que aborda questões sociais e desigualdades nas tramas. O foco é voltado também para as ambiguidades humanas presentes na obra, que humanizam os personagens e geram identificação e aproximação com o leitor. O texto também sugere que as sensibilidades podem ser um mecanismo para abordar temas polêmicos e promover discussões sociais saudáveis e progressistas.

Diante desses contextos lembrados aqui, é possível concluir que a questão penitenciária é abordada de forma significativa. O protagonista do romance, João Miguel, é preso após matar um homem em uma briga. Ao longo da narrativa, a autora não apenas explora os motivos que levaram João à prisão, mas também se concentra nas sensibilidades e emoções que permeiam a experiência dos encarcerados e de suas famílias. Dentro da cadeia, o leitor é apresentado a um microcosmo de sensações, sentimentos e emoções que são retratados de forma realista e profunda. O autor explora o caráter reativo do sensível, que é pré-racional e individual, mas também intimamente ligado à vivência compartilhada social, cultural e historicamente.

Através dos personagens, podemos vislumbrar a complexidade das relações interpessoais e a forma como a prisão afeta profundamente suas vidas.

É interessante notar que Rachel de Queiroz destaca a humanidade dos personagens encarcerados, indo além do estereótipo de criminosos e destacando as nuances emocionais e psicológicas de suas experiências. Essa abordagem humanizadora permite ao leitor compreender as dificuldades e desafios enfrentados pelos detentos, bem como as implicações emocionais da vida atrás das grades. Além disso, a obra também retrata as personagens femininas que exercem papéis de cuidadoras dentro da prisão. Santa, Maria Elói, Angélica e Filó são algumas das mulheres que desempenham um papel crucial na vida dos detentos, fornecendo apoio emocional e material em um ambiente hostil. Suas histórias são marcadas por resiliência e força, enfrentando as dificuldades e discriminações sociais presentes na prisão.

Através da literatura, Rachel de Queiroz também aborda questões sociais e desigualdades que permeiam o sistema penitenciário da época. As condições precárias e a falta de oportunidades de ressocialização são abordadas de forma implícita na obra, permitindo ao leitor refletir sobre as injustiças e desafios enfrentados pelos encarcerados. Portanto, a obra "João Miguel" oferece uma visão mais profunda e humana da questão penitenciária na época em que foi escrita. Ao explorar as sensibilidades e afetos dos personagens, Rachel de Queiroz nos convida a compreender as experiências individuais e coletivas dos detentos e suas famílias, promovendo uma discussão social saudável e progressista sobre a realidade das prisões naquele período.

Na época retratada na obra, as condições nas prisões brasileiras eram extremamente precárias e desumanas. Os presos eram submetidos a péssimas condições de higiene, alimentação inadequada e falta de cuidados básicos de saúde. As prisões eram superlotadas e insalubres, propiciando a propagação de doenças e o aumento da violência entre os detentos. A prática de tortura e tratamentos desumanos era comum, sendo utilizada como forma de punição e controle dos prisioneiros. A tortura física e psicológica era uma realidade presente nas prisões, com casos de espancamentos, humilhações e até mesmo execuções sumárias. Além disso, a falta de oportunidades de ressocialização e de acesso a programas de educação e trabalho tornava a reincidência criminal um problema recorrente. Os presos enfrentavam dificuldades para reintegrar-se à sociedade após cumprir suas penas, o que perpetuava o ciclo de criminalidade. Essa realidade sombria contrasta com a visão mais humanizada e empática apresentada na obra de Rachel de Queiroz. Embora a autora tenha se preocupado em abordar as sensibilidades e emoções dos personagens, a obra é, afinal, uma obra de ficção, e a vida na prisão era muito mais dura e cruel do que o retratado no romance.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Priscylla Lima de. **Controle social na gestão de Manuel Cordeiro Neto na Secretaria de Polícia e Segurança Pública/CE (1935-1941)**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALEXANDROFF, Marlene Coelho. O Papel das emoções na constituição do sujeito. **Construção psicopedagógica**, v. 20, n. 20, p. 35-56, 2012.
- ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **A Fome: um romance do naturalismo?**. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- ALVES, Marinez (org.). **Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.
- ARRIGONI, Maria de Melo. Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM*, 3., 2011, Londrina. **Anais...** Disponível em: <https://bit.ly/34IIpuH>. Acesso em: 22 out.2020.
- BARROS, José D.'assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos históricos**, v. 15, n. 1, p. 317-343, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BEVILÁQUA, Leonardo Ibiapina. O automóvel e o ideário moderno em Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930. **Revista de História da UFBA**, v. 4, n. 1, 2012.
- BEZERRA, Victor Emanuel Lima *et al.* A prisão através dos sentimentos e percepções dos apenados. **Id Online Revista de Psicologia**, [s. l], v. 16, n. 54, p. 188-202, fev. 2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 309-322, 1995.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Desposesión: lo performativo en lo político**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2007.
- CADERNO DE LITERATURA BRASILEIRA**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, v. 4, set. 1997. Semestral.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPOS, Nelson. **História do Ceará**. Fortaleza: Smile Editorial, 2008.
- CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia Literária em Rachel de Queiroz**. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

COSSARI, Paulo Henrique. O cotidiano representado na crônica jornalística. **Anais do 6º Encontro Celsul-Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul. Santa Catarina**, 2004.

COSTA FILHO, Cícero João da. **O revoar das "ideias novas"**: o alvorecer de uma nova era na visão de Sílvio Romero. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. [S.L.]: Anpuh, 2013. p. 1-22. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1290. Acesso em: 04 jul. 2022.

DAMASCENO, Francisco José Gomes. **Versos quentes e baiões de viola**: cantorias e cantadores do/no nordeste brasileiro no século xx. Campina Grande: Edufcg, 2013.

DE CASTRO GARZONI, Lericce. Nas Fronteiras do Não-Trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 2, p. 65-93, 2009.

DE SOUZA, Rafael Benedito. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, 2014.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dovaga-lumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. São Paulo: Abril, 2010. 2 v.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

IRINEU, Lucieudo Machado *et al* (org.). **Análise Crítica do Discurso**: conceitos-chave. Campinas: Pontes Editores, 2020.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses "sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão**: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930). 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 40. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

FRAGAFILHO, Cid Seixas. Do Modernismo Paulista ao Regionalismo do Nordeste. **Nova leitura crítica de Jorge Amado**, p. 60, 2014.

FREITAS, Bianca Nascimento de. **Do Mané Xiquexique ao João Pergunta: educação no ceará nas décadas de 1920 e 1930**. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

 _____ . **Microfísica do poder**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
 GARCIA, Maria Manuela Alves. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de pesquisa**, n. 97, p. 64-72, 1996.

GAY, Peter. **O estilo em História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GONÇALVES, Adelaide. O papel educativo: imprensa e instrução para os trabalhadores no ceará de fins do século XIX aos anos 1920. **Trajetos: Revista de História da UFC**, Fortaleza, p. 85-116, 2007.

GONÇALVES, Daniel da Costa. **A insuficiência da ordem: discursos e reformas policiais (Fortaleza 1930-1945)**. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LÄMMERT, Eberhard. História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance. **Estudos avançados**, v. 9, p. 289-308, 1995.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NOBRE, Thiago da Silva. **A tribo da Antropofagia: práticas letradas, cotidiano, modernismo(s) em Fortaleza (1922-1931)**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PACHECO, Maria Luiza Leal. **Resposta ao teste contos de fadas em crianças com e sem vivência de abuso sexual**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. As leituras da memória: a cidade imaginária de um cronista do sul brasileiro (Antônio Alvares Pereira Coruja e a Porto Alegre do século XIX). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História**, Porto Alegre, n. 14, p. 47-60, dez. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000.

_____ **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres. **A invenção do Brasil: o país efabulado no modernismo**. Macapá: Unifap, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, p. 127-134, 2005. Anual.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do Cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e cultura política**. Fortaleza: UFC, 1998.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

QUEIROZ, Rachel de; SALEK, Maria Luiza de Queiroz. **Tantos Anos**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 72. ed. São Paulo: Arx, 2002.

RAYMUNDO NETTO (org.). **Curso Literatura Cearense**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. 12 p. 12 v.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 2. ed. Recife: Ed.UFPE, 2016.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Hannah Jook Otaviano. **Ser Tão Rachel: as representações dos sertões nos romances "O Quinze" e "Memorial de Maria Moura" de Rachel de Queiroz**. 2016. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SÁ, Adísia. Os meios de comunicação de massa e os grupos dominantes no Ceará. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, n. 12, p. 1-17, dez.1982.

SAMPAIO, Aíla. **Literatura no Ceará**. Fortaleza: Inesp, 2019.

SANTOS, Chrislene Carvalho. Corpos e comportamento: beleza, saúde e moda no sertão cearense no início do século XX. **Caderno Espaço Feminino, Uberlândia**, v. 26, n. 1, 2013.

SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos. **A face criminosa**: o neolombrosianismo no Recife da década de 1930. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, Nádia Maria Weber. **História de Sensibilidades**: espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937). 2005. 380 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Marcos José Diniz. “Que as minorias não sejam espezinhas em seus direitos”: igualdade religiosa em debate na imprensa cearense nas décadas de 1920 e 1930. **OP SIS**, v. 11, n. 2, p. 219-238, 2011.

SOUSA, Francisca Inar de. O território do prazer - a gênese da prostituição em Fortaleza. **Educação em Debate**, Fortaleza, n. 34, p. 13-23, 1997.

TOLSTÓI, León. **Ressurreição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

FONTES:

Periódicos:

Jornal Correio do Ceará (Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico)

- 1928 (janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho).
- 1930 (julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro).
- 1931 (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro).
- 1932 (janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho).
- 1933 (abril, maio e junho).
- 1934 (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro).

Maracajá

- abril/maio 1929

Mercantil

- 1877

O PÃO

- 1892

Revistas:

Moderna

- 1892

Literatura:

- TEÓFILO, Rodolpho. **A Fome/Violação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- QUEIROZ, Rachel de. **João Miguel**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record: 2013.